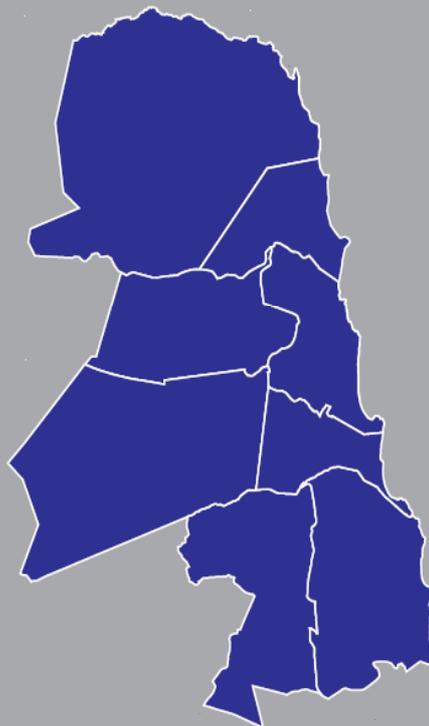


# como anda

a Região Metropolitana de

# NATAL



## ANÁLISE DA CONJUNTURA SOCIAL

Núcleo RMNatal  
Observatório das Metrôpoles  
PRODUTO 2

Natal/RN  
2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
NÚCLEO AVANÇADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NAPP)**

**OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES**

**INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR)  
FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE)**

**COMO ANDAM AS METRÓPOLES**

**REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**

**Natal/RN**

**2005**

## **EQUIPE DE TRABALHO**

### **Coordenação**

- Profa. Dra. Maria do Livramento M. Clementino – PPGCS/UFRN

### **Ciências Sociais/Núcleo Avançado de Políticas Públicas**

- Profa. Ms. Zoraide Souza Pessoa – UERN
- Prof. Ms. Marconi Gomes da Silva – DEPEC/UFRN (Doutorando)
- Luis Gustavo de Lima Sales – Mestrando PPGCS/UFRN
- Prof. Ms. William Eufrásio Nunes Pereira – DEPEC/UFRN (Doutorando)

### **Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia**

- Profa. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes – PPGGe/UFRN
- Prof. Ms. Sebastião Milton – Doutorando IGE/UNICAMP
- Ricélia Maria Marinho da Silva – Mestranda PPGGe/UFRN

### **Estatística/Núcleo de Estudos Demográficos**

- Prof. Dr. Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire – Depto. Estatística/UFRN

### **Arquitetura e Urbanismo-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

- Profa. Dra. Ângela Lúcia Ferreira de Araújo – PPGAU/UFRN
- Profa. Dra. Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – PPGAU/UFRN
- Prof. Ms. Alessandro Ferreira C. Silva – DARQ/UFRN

### **Bolsistas:**

- Algéria Varela da Silva – PIBIC/CNPq
- Franklin Roberto da Costa – AT/CNPq/FAPERN – Esp. Geógrafo
- Luana Moreira Pamplona – PPPg/UFRN
- Rosana Silva de França – AT/CNPq/FAPERN – Ms. Geografia
- Thiago Tito de Araújo – AT/CNPq – Geógrafo

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

## I – INTRODUÇÃO

## II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

II. 1 – Institucionalização e configuração do espaço metropolitano

## III. DIAGNÓSTICO SOCIOURBANO DA ÁREA METROPOLITANA

### III.1 – CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO E RENDA INTRA-METROPOLITANO

III. 1.1 – Taxa de desocupados

III. 1.2 – Tipologia sócio-ocupacional e segregação sócio-espacial

III. 1.3 – Renda familiar per capita

### III.2 –ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

### III.3 – CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO

### III. 4 – CONDIÇÕES DE MORADIA

### III. 5 – CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

### III. 6 – INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA

## IV – CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

IV. 1 – Quadro Institucional da Gestão e Representação em Conselhos

## V. DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS

V.1 - Distribuição das atividades econômicas e da População dentro da RMN

V.2 - A receita e a despesa da RMN

## VI. TENDÊNCIAS RECENTES DA RMNatal

## VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA RM

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## ANEXOS

## APRESENTAÇÃO

O presente documento registra os resultados do trabalho de pesquisa para diagnosticar as dimensões fundamentais da vida social no espaço metropolitano de Natal, no Rio Grande do Norte, bem como identificar o quadro estadual voltado para a gestão dessa área metropolitana em razão do contrato firmado pelo Ministério das Cidades e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), na qualidade de representante legal do conjunto de instituições integrantes da Rede Observatório das Metrôpoles.

Em sua realização, o trabalho foi coordenado em Natal, na UFRN, pela equipe do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles e, naturalmente, sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), instituições que firmaram diretamente o Convênio com o Ministério das Cidades. Contou também com a imprescindível colaboração do sociólogo Luiz César de Queiroz Ribeiro, coordenador nacional da Rede Metrôpoles e do projeto “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil” e de Rosetta Mammarella da FEE/RS, coordenadora dos trabalhos monográficos “Como Andam” além da participação dos integrantes das outras instituições que compõem o Observatório das Metrôpoles.

Este trabalho reveste-se da maior importância para o Rio Grande do Norte e para a Região metropolitana de Natal, entre outras, pelas seguintes razões:

- 1 - Dá uma compreensão da realidade sócio-espacial intra-urbana numa perspectiva metropolitana para subsidiar a gestão pública na elaboração e execução de políticas públicas;
- 2 - Fomenta uma concepção do aglomerado urbano no sentido de se pensar uma forma de gestão pública articulada, sem perder de vista as especificidades territoriais dos municípios que a compõem;
- 3 - Sistematiza, pela primeira vez um grande conjunto de informações, de dados, e análises articuladas à realidade metropolitana. Ou seja, o documento permite um olhar intra-urbano tendo como referência à região metropolitana.

A presente monografia faz parte do projeto “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil” desenvolvido em 2005 pelo Observatório das Metrôpoles, em atenção à demanda do Ministério das Cidades na gestão do ministro Olívio Dutra. Essa demanda, vem no sentido de “identificar o quadro institucional estadual voltado para a gestão das áreas

metropolitanas” (Termo de referência p. 20/32) e realizar um diagnóstico das dimensões fundamentais da vida social nos espaços metropolitanos, de acordo com as situações de vulnerabilidade, ou seja, focalizando áreas de concentração de segmentos da população que vive em situação de acúmulo de privações (termo de referência p. 22/32).

Esperamos haver contribuído para a formação de uma consciência metropolitana em Natal e municípios do entorno e para a compreensão da necessidade do planejamento de uma agenda pública comum.

Maria do Livramento Miranda Clementino

Coordenadora

## I - INTRODUÇÃO

Este trabalho decorre da constatação de que as regiões metropolitanas (RMs) se multiplicam no território nacional, mas não há formalmente uma política metropolitana. As primeiras RMs foram criadas em 1973 pela Lei Complementar Federal 14; hoje elas totalizam 26 legalmente constituídas, considerando-se, também a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal, por ser a única RIDE de porte metropolitano. Nas regiões metropolitanas brasileiras vivem um pouco mais de 70 milhões de habitantes, distribuídos em aproximadamente 167 mil km<sup>2</sup>. Conformam uma realidade muito diversificada em termos da efetiva metropolização do território nacional.

De um lado, temos São Paulo e Rio de Janeiro com densidades demográficas de 2.220 e 1.899 habitantes por km<sup>2</sup> respectivamente, e de outro Tubarão e Carbonífera, em Santa Catarina, com apenas 19,54 e 87,7 habitantes por km<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, nos últimos dez anos a população das sete principais regiões metropolitanas oficiais, saltou de 37 para 42 milhões de habitantes e suas periferias conheceram um incremento de 30%, enquanto as áreas urbanas mais centrais não cresceram no mesmo período mais de 5%, e em suas áreas núcleo verifica-se um processo de diminuição da população residente. O processo de metropolização avança e se diversifica no território nacional, de forma que se desconhecia até então. Como mencionamos anteriormente, há regiões metropolitanas com diferentes portes de população, desde megacidades como São Paulo, reunindo mais de 19 milhões de habitantes, até médias aglomerações urbanas que não chegam a um milhão de habitantes. Algumas delas crescem a taxas anuais superiores a 3% a.a., como Brasília, Goiânia e Curitiba, outras mantêm elevado apenas o crescimento de suas periferias. Muitas de nossas metrópoles e aglomerações se articulam configurando novos arranjos espaciais.

Cabe observar que uma das preocupações que norteiam o presente trabalho é compreender o fenômeno da metropolização que avança com vigor em Natal e municípios do entorno, configurando novos arranjos espaciais e redobrando a importância da capital no plano econômico e social do território potiguar.

A Região Metropolitana de Natal é muito recente; com pouco mais de 1 milhão de habitantes e 2,5 mil km<sup>2</sup>, foi criada formalmente em 1997. É formada de 8 municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibú<sup>1</sup>. Sua densidade demográfica é de 344 habitantes por Km<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Atualmente a Região Metropolitana de Natal, conta com mais um município, o de Monte Alegre, no entanto, devido a sua inserção muito recente, esse município não constará da pesquisa em tela.

O pólo, município de Natal, cresceu a uma taxa de (1,81 % a.a) no período 1991/2000 enquanto que o município de Parnamirim que tem alto nível integração com Natal cresceu em 7,9% a.a no mesmo período, seguido de São Gonçalo do Amarante com taxa de 4,86%. Entre os demais municípios, somente Extremoz e Nísia Floresta apresentam taxas superiores a 3%.

Em Natal, 100% urbana desde 1980, a concentração populacional cresceu de 24,28 hab/km<sup>2</sup> em 1980 para 35,26 hab/km<sup>2</sup> em 1991. Em 1991, a capital apresentava uma densidade demográfica de 3.572hab/km<sup>2</sup> e, em 2000, 4.192,6 hab/ km<sup>2</sup>. Depois de Natal a maior densidade é a de Parnamirim, atualmente terceiro município em população no Rio Grande do Norte (984,9hab/km<sup>2</sup>) e o que tem menor densidade na RMN é Nísia Floresta (60,7hab/km<sup>2</sup>).

As relações econômicas e funcionais entre o núcleo e a periferia metropolitana se dão sob forte liderança de Natal, devido à sua importância econômica e concentração de serviços públicos, cuja posição é marcante no tecido sócio-econômico da capital. Além de sediar a “parafernália” militar herdada do período da Segunda Guerra, Natal abriga as repartições públicas federais que usualmente devem, pela estrutura da administração pública federal, estar sediadas em uma capital de estado, acrescidas das instituições federais que existem especificamente para cuidar do “Nordeste Seco”, (CLEMENTINO, 1995).

A RMN se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia tanto públicas como privados, abrigando uma Universidade Federal e uma Estadual, um Centro Federal de Educação Tecnológica (nível médio e superior), o Centro de Tecnologia do Gás, uma Universidade Particular, sete Faculdades Particulares sendo uma em Parnamirim, os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, laboratórios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) e os Colégios Agrícolas de Jundiá e Ceará-Mirim, tornando-se assim importante centro estadual de produção de conhecimento e consolidando a posição de Natal na formação de recursos humanos qualificados no estado.

No tocante ao comportamento do emprego na RMN, os dados econômicos não parecem expressar-se neles. A aceleração do turismo não está devidamente refletida nas estatísticas globais do estado, particularmente no que se refere ao crescimento registrado pelo setor na década de 1990. Sendo hoje considerado o segundo maior segmento

empregador do estado – em primeiro estão os serviços públicos –, o turismo emprega de forma direta cerca de 26.500 pessoas em todo o Rio Grande do Norte. Segundo estatísticas do Sebrae *“já vivem dessa atividade, inclusive indiretamente, 119.524 norte-rio-grandenses, cerca de 50% deles atuando em Natal”* (DANTAS, 2003).

Trata-se de um mercado de trabalho heterogêneo, caracterizado por situações diversas. Nele aparecem empresas globalizadas dos ramos têxtil e de confecções que incorporam tecnologia e capital, mas que ainda empregam considerável contingente de trabalhadores; a rede hoteleira de primeira linha (hotéis de 3, 4 e 5 estrelas); a indústria da construção civil e, num outro extremo, uma variedade de pequenos negócios ligados ao turismo e a outras atividades correlatas ou dele decorrentes e que garantem ocupação a uma parcela também significativa de mão de obra, e que são marcados pela baixa produtividade, baixos rendimentos e pelas relações informais de trabalho.

Nesse espaço da RMN, a importância de Natal é insofismável e se expressa naqueles setores em que a capital consegue manter maiores percentuais da População Economicamente Ativa (PEA), no conjunto dos municípios que compõem a Região: são os de prestação de serviços, o referente às atividades administrativas e o do comércio de mercadorias. O segundo maior município da RMN, Parnamirim, também chama atenção por apresentar um percentual que pode ser considerado alto em se tratando de atividades administrativas, o que pode ser explicado pela forte presença das forças militares da Força Aérea Brasileira (FAB) lá sediadas. Chamam atenção, também, os dados de absorção da PEA referentes às atividades industriais: parte do distrito industrial de Natal se encontra em Parnamirim e nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Extremoz. Em Macaíba e em Ceará Mirim, tais atividades também aparecem com relativa representatividade. Em Macaíba, foi construído o Centro Industrial Avançado (CIA) e em Ceará Mirim estão instaladas unidades produtoras de açúcar e álcool. No setor agropecuário, continuam mantendo percentuais razoáveis de sua PEA os municípios de Extremoz (35,9%), Ceará Mirim (27,8%) e Macaíba (24,0%). (NESUR/IPEA, 1998).

A área da RMN vem sofrendo forte impacto desde a década de 1970. A conjuntura econômica da década de 1980 no Rio Grande do Norte merece algumas qualificações de modo a retirar a aparência de regressão econômica ocasionada pela crise. Sem dúvida, houve retrocesso na indústria de transformação, que agonizou face à abertura de mercado, principalmente aos têxteis. Da mesma forma, o setor agrícola tradicional (algodão) foi afetado seriamente, chegando a perecer. Há, no entanto, novos setores cujo dinamismo mantém efeitos muito positivos sobre a RMN: a fruticultura irrigada para exportação

voltou a fazer movimentar sistematicamente o porto de Natal, a continuidade dos investimentos da Petrobrás tiveram desdobramentos importantes no terciário, do mesmo modo que o turismo pode ser visto como aquele que manteve a região dinamizada. Não se percebe a existência de áreas estagnadas na RMN. Ao contrário, elas vão sendo incorporadas muito rapidamente pelos processos de transbordamento e conurbação.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, o turismo como alavancador de novos processos e espaços econômicos. Afirma-se que o turismo é um dos vetores que vem determinando a expansão metropolitana, vem criando novas espacialidades, novos processos, também responsáveis pelas atuais (e recentes) formas espaciais na RM.

A partir de análises preliminares, no âmbito do projeto “*O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal*”<sup>2</sup> permite-se apontar algumas questões/reflexões de pesquisa como:

- 1) Natal como pólo da aglomeração urbana, município com centralidade extrema, é concentrador de atividades econômicas e populacionais e definidor dos processos de metropolização, seja por transbordamento ou por conurbação nos anos mais recentes. Supõe-se a existência do núcleo metropolitano expandido: Natal - Parnamirim.
- 2) O turismo, cujo crescimento pelo litoral, via binômio sol e mar, evidencia e amplia a tendência do processo de conurbação entre o pólo e as localidades costeiras urbanizadas, propiciando o distanciamento das relações existentes entre tais localidades e a sede do seu próprio município. Um diferencial pode ser visto no município de Nísia Floresta, a única sede municipal que se integra à atividade turística.

Ocorre um transbordamento (periferização de um centro principal por sobre municípios vizinhos) de Natal para municípios vizinhos em parte pelo exíguo tamanho (169,9 Km<sup>2</sup>) do município e através de atividades historicamente concentradas no pólo.

Esse transbordamento se dá em áreas contíguas no sentido Natal - Macaíba, Natal - São Gonçalo e Natal - Extremoz (em diferentes intensidades) motivado, primordialmente, por novas relações do mercado imobiliário, especificidades da legislação, menor crescimento populacional do pólo - Natal - e crescimento das atividades econômicas em

---

<sup>2</sup> Projeto em desenvolvimento no âmbito da UFRN pela Equipe RMNatal com financiamento do CNPq-Pronex/UFRN/FAPERN e também vinculado a Rede Observatório das Metrôpoles.

áreas periféricas, notadamente em Parnamirim e na zona norte de Natal. Neste caso, o turismo é uma variável a ser considerada, mas não é a mais preponderante;

Um transbordamento já visível se dá na direção Parnamirim – Macaíba, e, ao mesmo tempo em que amplia a periferia, ratifica a situação de conurbação Natal - Parnamirim e de transbordamento Natal - Macaíba constituindo e fechando um primeiro arco justificado em parte pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 1990 e aí fortemente localizada pela indução governamental de um novo distrito industrial: o CIA - Centro Industrial Avançado.

Do mesmo modo, e de forma menos visível, é possível vislumbrar a configuração desse arco englobando São Gonçalo - Macaíba - Região Oeste de Natal. Essa periferia é justificada também pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 1990 e localizada na área industrial de São Gonçalo e Distrito Industrial de Natal. De certo modo vinha sendo abortado pela barreira física imposta pelo Rio Potengi e pela ocupação desordenada de suas margens.

Os municípios de São José do Mipibú e Ceará-Mirim formalmente incluídos na região metropolitana apresentam vinculação funcional urbana em relação ao pólo no que diz respeito, principalmente, aos serviços públicos - aterro sanitário, por exemplo em Ceará-Mirim. Sua vinculação mais que físico territorial com Natal é ainda incipiente funcionando em parte como cidades dormitórios apesar de manterem suas sedes municipais com certa independência econômica em relação a Natal. Ambos são historicamente municípios açucareiros. Isso pode ser observado, mais adiante através de seus níveis de integração com o pólo, apresentando-se baixo.

As localidades costeiras, dos quatro municípios litorâneos (exclusive Natal) apresentam uma tendência de diferenciação das sedes municipais, acirrando, ainda mais, a desigualdade intrametropolitana e a complementaridade das atividades do pólo a partir dos seguintes processos:

- 1) Natal exercendo forte centralidade (como espaço produtivo) em relação aos municípios vizinhos, acirra a desigualdade sócio-espacial;
- 2) As sedes municipais também apresentam uma relação desigual com algumas localidades costeiras, em particular no que diz respeito às dinâmicas imobiliárias, populacionais, econômicas e, sobretudo em relação à alocação de infra-estrutura;
- 3) Estas localidades, entretanto, não esboçam um papel de sub-centralidade com relação a Natal pelo fato de desempenharem atividades econômicas e

complementares ao pólo, no que tange as atividades turísticas. Nesse sentido, Natal também estabelece uma relação desigual com essas localidades, pois as mesmas não passam a desenvolver um setor terciário (hotelaria, comércio-serviço) de maior porte.

Enquanto tendência, ainda, aponta-se os futuros investimentos em infra-estrutura e equipamentos na área metropolitana como possíveis modificadores ou ratificadores dos processos em curso.

Destaca-se o Novo Aeroporto de São Gonçalo<sup>3</sup>; a nova ponte sobre o Rio Potengi<sup>4</sup> ligando o Forte dos Reis Magos à praia da Redinha, interligando todo o litoral oriental através da Rota do Sol; possibilitando o surgimento de uma nova tipologia habitacional e uma dinâmica da produção fundiária, incentivada pelo turismo.

Outros importantes investimentos estão sendo realizados na BR 101 no sentido Natal - Recife. Encontra-se em fase de conclusão o viaduto<sup>5</sup> e a rotatória em Parnamirim e a duplicação da mesma<sup>6</sup>, sendo cerca de 100 km no RN no sentido Natal - Sul. Acarretará uma intensificação da urbanização pela orla pela melhoria dos acessos da BR às praias além de provavelmente integrar de fato a praia de Pipa à área metropolitana.

Estes e outros investimentos previstos como a duplicação da Via Costeira, a construção de dois CEFET's, e a ampliação do porto de Natal incluindo o terminal pesqueiro e àqueles destinados ao Prodetur, chegam a somar mais de um bilhão de reais a serem investidos em infra-estrutura nos próximos anos.

Neste documento, desenvolvemos uma análise monográfica do espaço metropolitano de Natal. Observamos as desigualdades sociais e urbanas a partir de três dimensões analíticas: a) através dos níveis de integração metropolitana e para tanto utilizamos os resultados do estudo da hierarquia das metrópoles brasileiras (Rede Metrôpoles, 2004 - produto 1); b) por município; e, c) na escala intrametropolitana - escala das AED's do Censo Demográfico de 2000 - de modo a realizar um diagnóstico social e urbano da RMNatal segmentado em espaços, segundo os níveis de vulnerabilidade. De outro modo procuramos identificar as ainda tímidas ações de cooperação intermunicipais

---

<sup>3</sup> A obra do aeroporto já foi iniciada com previsão de término para 2010. Trata-se de uma nova concepção de aeroporto, concebido como um "aeroporto cidade" e custará aos cofres do governo federal (Infraero) e estadual cerca de R\$ 500 milhões de reais entre o aeroporto e seus acessos.

<sup>4</sup> Projeto que já leva mais de dez anos para ser concretizado. Encontra-se, mais uma vez em fase de construção e está orçada em R\$ 120 milhões de reais pelo governo do Rio Grande do Norte, sendo com financiamento de R\$ 90 milhões do BNDES.

<sup>5</sup> Teve o custo aproximado de R\$ 120 milhões de reais

<sup>6</sup> Em fase inicial, está orçada em R\$ 200 milhões de reais.

nas políticas urbanas e avaliar o quadro institucional dos municípios. Para tanto, complementamos os dados secundários com visitas de campo e fontes locais.

Em sua realização, o trabalho foi coordenado em Natal, na UFRN, pela equipe do Núcleo RMNatal da Rede Observatório das Metrôpoles, que congrega quatro Programas de Pós-graduação, dando um caráter multidisciplinar a análise do espaço metropolitano de Natal.

## II – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

### II. 1 – Institucionalização e configuração do espaço metropolitano

O processo de metropolização teve início já nos anos 1970. Nessa década, Natal foi reconhecida como *Aglomeração Urbana Não Metropolitana pelo governo estadual*. A essa iniciativa, foram seqüenciados os seguintes Planos:

a) Em 1977, o Plano de Desenvolvimento Regional e Urbano da Grande Natal, elaborado pelo escritório Luiz Forte Neto;

b) Em 1988, o Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Natal, elaborado pelo escritório Jaime Lerner<sup>7</sup>;

c) posteriormente, a prefeitura de Natal elaborou o Plano Natal visando orientar o crescimento da cidade na virada do século XX;

d) ainda, a Federação das Indústrias - FIERN patrocinou a elaboração do Plano “Natal no Terceiro Milênio” sendo que este último resgata a visão metropolitana. Em 1997 foi instituída a Região Metropolitana de Natal, através da Lei Complementar N°. 152, articulando 06 Municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim e Extremoz. Para tanto, foi considerada “a expansão urbana acelerada, a demanda por serviços e a necessidade de investimentos em parceira” (art.1). Através da Lei Complementar N° 221 de 2002 foram incluídos os Municípios de São José do Mipibú e Nísia Floresta. O Decreto nº 15.873/02 estabeleceu o Estatuto do Conselho de Desenvolvimento da RMN.

Para compreender a espacialidade do fenômeno metropolitano da aglomeração urbana de Natal, assim como para esboçar os limites reais da aglomeração observamos a região institucionalizada segundo o nível de integração na dinâmica do aglomerado Os indicadores para identificação do “espaço metropolitano de Natal” encontra-se na tabela II.1.

---

<sup>7</sup> Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (IDEC)

**Tabela II.1 - Indicadores para identificação do nível de integração na dinâmica da aglomeração da Região Metropolitana de Natal**

Município	INDICADORES					FATORIAL		Integração na dinâmica da aglomeração
	Taxa de Crescimento Pop. Total 1991/2000	Densidade (Hab/km <sup>2</sup> )	Número Pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios 2000.	% Pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios, 2000	% Ocupados Não-agrícolas, 2000	Escore	Índice	
Ceará-Mirim	2,02	84	3.321	9,05	73,9	-0,39	0,37	Baixa
Extremoz	3,05	156	2.254	19,06	80,17	0,02	0,48	Média
Macaíba	2,63	107	5.028	14,78	79,03	-0,13	0,44	Média
Natal	1,79	4.183	8.132	1,68	97,73	0,31	0,55	Pólo
Nísia Floresta	3,53	62	1.696	14,24	67,33	-0,33	0,39	Baixa
Parnamirim	7,91	1.037	25.090	30,21	95,3	1,17	0,77	Muito Alta
São G. do Amarante	4,82	276	11.223	25,83	90,45	0,54	0,61	Alta
São José de Mipibu	2,42	119	1.631	7,63	73,37	-0,37	0,38	Baixa

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Como pode ser observado o espaço urbano de Natal não contempla no nível de integração regional o aspecto extremado, muito baixo. A situação de Natal pode ser assim descrita:

- a. Três dos oito municípios do aglomerado apresentam níveis de **integração baixa** – Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibu. De um modo geral, são municípios que possuem distanciamento do pólo tanto em termos físicos (não se limitam com Natal), porém fazem parte da área de expansão regional. As características rurais desses municípios já não são tão marcantes uma vez que a ocupação não-agrícola desses municípios beira os 70%. Dos três, somente o primeiro tem população superior a 50 mil habitantes. Outra característica importante deste grupo é o volume de pessoas que realizam movimento pendular. Mais uma vez, somente Ceará Mirim apresenta esse volume superior a 3000 pessoas indicando que nesses aspectos o município aproxima-se de uma situação de média integração.
- b. Os municípios de Extremoz e Macaíba apresentam **média integração**. São municípios limítrofes ao pólo Natal e se diferenciam dos anteriores por apresentarem indicadores de concentração e de fluxos já significativos na dinâmica de aglomeração configurando-se como áreas de expansão da

mancha contínua de ocupação. Nesse grupo as ocupações não agrícolas se elevam a 80% . E o movimento pendular apresenta proporção superior. No caso de Macaíba tem população superior a 50 000 habitantes.

- c. O município de São Gonçalo do Amarante classifica-se como de **alta integração na dinâmica** da aglomeração. Além de apresentar interações mais fortes no espaço da aglomeração, configura área de contigüidade de ocupação com Natal. Tem volume populacional (cerca de 70 mil habitantes) e a segunda maior taxa de crescimento populacional do período 1991/2000 calculada em 4,86%. As atividades urbanas predominam e o percentual de população em atividades não agrícolas sobe para 90%. Do mesmo modo o volume de pessoas que realizam deslocamentos pendulares sobe para 25%.
- d. O único município considerado de **alta integração** é Parnamirim. Também apresenta área de ocupação contígua em relação a Natal e expressa intensa relação entre eles. Sua base populacional é bem mais elevada em relação aos demais, sendo o único fora Natal registrando população acima de 100 mil habitantes, apresenta a maior taxa de crescimento populacional do período 1991/2000 – taxa de 7,90% - e vem mantendo essa taxa sempre elevada desde os anos 70 do século passado. Desenvolve atividades urbanas cuja participação no total da ocupação é de 95%. O volume de deslocamentos envolve 25 mil pessoas, sendo a proporção dessas pessoas em relação à população do município é de 30%.

No caso de Natal, a dinâmica do aglomerado urbano de Natal se constitui pelo município de Parnamirim (altamente integrado ao pólo), pelo município de São Gonçalo do Amarante (com alta integração ao pólo) e pelos municípios de Macaíba e Extremoz (com média integração). Os demais compõem a RM institucionalizada, mas não contribuem para explicitação do fato urbano-metropolitano.

De um modo geral, observa-se que, à medida que os municípios se distanciam do pólo, ou quanto menor o seu nível de integração à dinâmica da aglomeração, sua condição social vai piorando. Na RMNatal nenhum município foi considerado de situação social muito boa. Natal apresenta situação social boa, Parnamirim média, São Gonçalo do

Amarante e Macaíba situação social ruim e Ceará Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e São José do Mipibú, muito ruim.

Sabe-se também que as desigualdades intra-municipais são imensas. Quanto maior a concentração espacial da população, maior o volume de pessoas em condição social desfavorável. Em Natal, por exemplo, que tem a menor taxa de pobreza (28,74%) o valor relativo dessa taxa refere-se a número absoluto (204.720 pessoas) muito elevado de pobres, que representa mais da metade de toda população em situação de pobreza nos municípios da região. Contudo, quatro municípios apresentam condição social muito ruim e dois com condição social ruim, neles são verificadas taxas de pobreza muito elevadas, concentrando cerca de 147.604 de pessoas, o que equivale cerca de 38% da população em situação de pobreza.

Esta classificação dos municípios segundo sua condição social (tabela II.2), considerando as condições de infra-estrutura de saneamento e de pobreza podem ser observadas na tabela 2. No geral, possuem estreita correspondência com o posicionamento dos municípios segundo classes do IDH – Municipal. Entretanto, essa não é situação da RMNatal onde embora não tenha sido encontrado nenhum município com IDH-M igual ou superior a 0,800 – logo muito bom- em todos os municípios o IDH-M situa-se no intervalo de 0,650 a 0,799, considerado como bom, quando pelos demais indicadores quatro municípios são considerados com sendo de condição social muito ruim e dois, ruim. Como os municípios classificados na condição social muito ruim apresentam bases populacionais reduzidas, em nenhum espaço foi verificada a concentração populacional expressiva neste tipo de município e, portanto, (no âmbito das metrópoles brasileiras) Natal insere-se na classe considerada como aglomerado urbano de situação social “média baixa” (Produto 1, p.62) Ou seja, compõe um grupo de aglomerações que se caracteriza por não possuir nenhum município considerado socialmente muito bom.

**Tabela II.2 – Indicadores para identificação da condição social da Região Metropolitana de Natal 2000**

Município	Número de pessoas pobres <sup>8</sup>	Número de domicílios carentes <sup>9</sup>	Número de domicílios deficientes <sup>10</sup>	IDH-M <sup>11</sup>	ICH <sup>12</sup>	Taxa de pobreza <sup>13</sup>	Índice de Pobreza	Índice da condição social	Classe
Ceará-Mirim	39.333	5.617	4.285	0,646	0,603	63,01	0,370	0,486	5
Extremoz	10.048	2.834	551	0,694	0,665	51,34	0,487	0,576	4
Macaíba	31.064	5.385	6.589	0,665	0,553	56,60	0,434	0,494	5
Natal	204.720	9.448	45.680	0,788	0,892	28,74	0,713	0,802	2
Nísia Floresta	11.588	1.886	2.150	0,666	0,575	60,86	0,391	0,483	5
Parnamirim	39.789	3.287	7.755	0,760	0,885	31,91	0,681	0,783	3
São G. do Amarante	33.933	5.250	4.765	0,695	0,717	48,87	0,511	0,614	4
São José de Mipibu	21.638	3.074	4.706	0,671	0,527	61,98	0,380	0,454	5

Fontes: Censo IBGE ,2000, METRODATA, PNUD.

NOTAS:

8 - São consideradas pobres pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* até 1/2 salário mínimo.

9 - Domicílios carentes é aquele que apresenta falta de algum serviço básico de saneamento (abastecimento de água, instalação sanitária ou escoadouro e destino do lixo).

10 - Domicílio deficiente é aquele que apresenta algum tipo de deficiência no acesso, ou seja, aqueles que têm infraestrutura mínima, porém de forma deficiente.

11 - IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

12 - ICH - Índice de Carência Habitacional.

13 - A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total.

Observa-se, portanto, que essa aglomeração encontra-se fortemente concentrada na Capital onde o poder de gestão, seja público ou privado, aí se localiza; concentra também o poder financeiro e grande massa da população. Na capital estadual localizam-se as duas sedes de empresas dentre as 500 maiores do Brasil, o maior número de empregos, de agências bancárias e dos rendimentos. Na classificação por condição social, dos oito municípios que compõem esta aglomeração, quatro estão em situação muito ruim Ceará-Mirim, Macaíba, (Nísia Floresta e São José do Mipibu), dois em situação ruim (Extremoz e São Gonçalo do Amarante), um em situação média (Parnamirim) e Natal em boa situação, concentrando, todavia, 45.680 dos 76.481 domicílios deficientes da área, correspondendo a 38% da população pobre.

Quanto à hierarquia **Natal** se insere como aglomerado urbano **não metropolitano** quanto ao nível de integração é considerada de **alta integração**, quanto ao grau de concentração urbana é **muito concentrada** e no que tange a **condição social é muito baixa**.

No processo histórico de formação da rede urbana do Rio Grande do Norte, Natal, começou a se constituir como centro polarizador e receptor dos contingentes

populacionais vindos do campo. Do início da colonização ao século XVIII a pecuária extensiva realizada entre o litoral e no interior respondeu pela formação da rede urbana do estado. Entre os séculos XVIII e XX, a produção de algodão na região do Seridó teve papel central na economia do Rio Grande do Norte, ao lado da produção de sal na região Oeste. Durante a década de 1940, a exploração de shelita foi relevante na região do Seridó. Nessa década, a cidade teve um crescimento populacional expressivo, em função da sua condição geográfica estratégica no contexto da 2ª Grande Guerra.

A Região Metropolitana de Natal iniciou, de fato, seu dinamismo na década de 1970, refletindo de forma significativa o desempenho dos segmentos mais modernos da economia estadual naquela década. São estes segmentos (extrativo-mineral inclusive o petróleo, têxtil e agricultura de exportação) que, juntamente com iniciativas de políticas governamentais (estadual e federal), comandam as transformações verificadas em Natal e no seu entorno naquele momento. Juntamente a isto na década de 1970 expandiram-se em Natal: o setor da construção civil, as atividades administrativas da Petrobrás e a presença de instituições militares com a instalação do CATRE (Formação de Pilotos) e do Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, pela Aeronáutica. Acrescenta-se também a transferência do Comando do III Distrito Naval do Recife para Natal (em 1975) e a instalação dos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Faz necessária também a menção acerca da representatividade da indústria tradicional (têxtil e confecções) na RMN, principalmente do ponto de vista de sua capacidade de oferta de empregos. (CLEMENTINO, 1995). Nos anos 1980, essa indústria foi acentuadamente influenciada pelo processo recessivo e inflacionário que desestabilizou a economia do país. A indústria de transformação apresentou grande inflexão na participação do PIB setorial, após o extraordinário desempenho da década de 70. Seu maior suporte, a indústria têxtil e de confecções, teve suas indústrias “sucateadas” pela crise econômica dos anos 80. Em 1989, esse ramo industrial empregava formalmente na RMN 52% da mão-de-obra ocupada na atividade industrial. Em 1996, esse percentual caía para 42% (IPEA/RAIS), em virtude também da transferência para o interior, através da difusão da produção facionada de confecções, reflexo da terceirização acentuada que passou a caracterizar o setor fabril em unidades de menor porte, (PESSOA, 2000).

Nos anos mais recentes, tem crescido na RMN a participação da indústria de produtos alimentares, principalmente no que se refere à ocupação de mão de obra. Em 1989 o ramo de alimentos e bebidas correspondia a 27% do emprego formal da atividade industrial, e em 1996 esse percentual elevava-se para 36% (IPEA/RAIS).

Identifica-se assim que o processo de crescimento populacional da RMN e a expansão da sua estrutura física foi condicionada por estruturas econômicas localizadas fora da Região. Em que pese à existência de um pólo industrial na RMN, constata-se a presença do setor agrícola e dos setores de comércio e serviços. A cultura canvieira, por exemplo, confere especificidades ao crescimento regional, quer seja, pela atração expressiva do contingente populacional para o campo, quer seja pela definição de eixos viários necessários ao escoamento dessa produção. O município que mais se destaca é Ceará Mirim, que concentra 28,72% da produção de cana-de-açúcar do estado.

A base econômica agrícola da RMN é acentuadamente diversificada. Outros municípios que apresentam alguma importância em relação à produção estadual são Macaíba, com a produção de laranja, mandioca, castanha de caju e manga; São Gonçalo do Amarante com manga e abacaxi; Parnamirim com a cultura do abacate e Extremoz com o abacate e a banana.

Na pecuária, em relação à produção de leite, apenas o município de São Gonçalo do Amarante apresenta produção significativa em relação ao estado (2,74%) e na produção de ovos o município de Natal é responsável por quase metade da produção do Rio Grande do Norte (48,60%) (TINÔCO & QUEIROZ, 1998).

Uma das atividades econômicas mais recentes e de crescimento acelerado nos últimos anos no RN é a *carcinicultura*. A atividade consolidou-se há pouco mais de dez anos, mas já alcança números expressivos na economia da Região Nordeste. São nada mais nada menos que 97% de todo camarão que é produzido em cativeiro, por todo o País. Desse total, o Rio Grande Norte é responsável por cerca de 29%, algo em torno de sete mil toneladas, o que rende ao Estado o título de líder nacional em produção e na área cultivada.

A partir da década de 1980, a atividade turística conferiu uma dinâmica diferenciada ao crescimento da RMN. Na primeira metade da década de 1970, o Rio Grande do Norte passou a integrar a agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com ênfase nas oportunidades turísticas. A implantação do projeto Parque das Dunas Via Costeira é exemplar principal dessas ações. Na Década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – PRODETUR I houve investimentos na modernização do Aeroporto Augusto Severo, que está instalado no Município de Parnamirim, além de melhorias nas estradas e rodovias intermunicipais e alocação de subsídios para o setor hoteleiro, com concentração dos investimentos em Natal e municípios entorno. A partir dos anos de 1990 intensificou-se a integração metropolitana através da infra-estrutura turística, verificando-se:

- a) A integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas à sede municipal;
- b) A transformação de terra rural em urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários;
- c) Uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão de obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários);
- d) A emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, resorts, condomínios fechados, flats, casas de veraneio, entre outro.

O setor terciário – comércio e serviços – vem se evidenciando como uma grande potencialidade para a RMN, particularmente para Natal e para os municípios litorâneos que vêm demonstrando a sua vocação para abrigar atividades turísticas e a vasta rede de comércio e serviços desencadeados pelo turismo é bem verdade que a modernização do comércio fora iniciada em Natal nos anos 1940 quando da presença Norte-Americana durante a Segunda Guerra. No entanto, nos anos 1970 esse segmento sofre grande impacto das transformações ocorridas na atividade industrial fortemente concentrada em Natal. O segmento “comércio de artigos pessoais e domiciliares” alocava metade do emprego nos serviços distributivos nas datas censitárias de 1970 e 1980 (CLEMENTINO, 1995). Nesta mesma época, emergem na praça de Natal as redes nacionais de supermercados. O comércio de artigos passa a viver uma fase de descentralização comercial, com a especialização dos bairros comerciais de Natal (Ribeira, Cidade Alta e Alecrim) em determinados artigos, e ocorre uma acirrada avalanche de empresas regionais nos ramos de eletrodomésticos, calçados, automóveis, máquinas e implementos agrícolas. No segmento “comércio de matérias primas e atividades auxiliares do comércio”, expandiram-se às atividades de corretagem de mercadorias e produtos agropecuários na década de 1970, sendo que o ramo comercial que mais cresceu foi o de veículos, máquinas e lubrificantes. Setores tradicionais, como o de transporte e armazenagem teve desempenho pífio na década de 1970, ao contrário, por exemplo, dos transportes rodoviários e urbanos. (CLEMENTINO, 1995).

No quadro do setor de serviços o desempenho dos “serviços produtivos” corrobora a situação antes explicitada para o setor industrial, com destaque para o emprego nos serviços técnico-profissionais. Completando esse quadro, expandiram-se as atividades

financeiras e o setor imobiliário, entretanto, os segmentos do terciário ligados aos serviços pessoais – hotelaria e alojamento, higiene pessoal, alimentação, conservação de edifícios, esporte, cultura, diversão e lazer – só serão dinamizados a partir de 1980, quando tem início o já citado “*boom*” turístico.

### **III. DIAGNÓSTICO SOCIOURBANO DA ÁREA METROPOLITANA**

Nesta parte, desenvolveu-se uma análise monográfica no sentido de diagnosticar o espaço metropolitano. Observou-se as desigualdades sociais e urbanas da RMNatal a partir de três dimensões analíticas: a) através dos níveis de integração metropolitana; b) por município; e, c) na escala das AES's - intra-metropolitana. Complementou-se as informações, quando possível, com estatísticas locais e visitas de campo.

Para a análise do níveis de integração metropolitana utilizou-se os resultados do estudo da hierarquia das metrópoles brasileiras (Rede Metrôpoles, 2004 – Produto 1).

Na leitura dos dados considerou-se como integrados à dinâmica da aglomeração aqueles municípios com maior expressão absoluta e relativa dos fluxos pendulares, dinâmica do crescimento e densidade demográfica elevada, e ocupação predominantemente não agrícola. Os cinco grupos, exclusive o pólo, foram classificados em: muito baixo, baixo, médio, alto, muito alto. A tipologia e o agrupamento dos municípios foram obtidos por dois métodos estatísticos multivariados: análise fatorial por componentes principais e análise de agrupamento<sup>14</sup>.

Para identificar o quadro de desigualdades sociais foram escolhidas o Índice de Carência Habitacional e a taxa de pobreza<sup>15</sup>. A análise realizada desses dois indicadores classificou os municípios em 5 grupos conforme sua condição social: muito boa (média igual ou maior que 0,900); boa (média entre 0,800 e 0,899); média (média entre 0,650 e 0,799); ruim (média entre 0,500 e 0,649) e muito ruim (média inferior a 0,500).

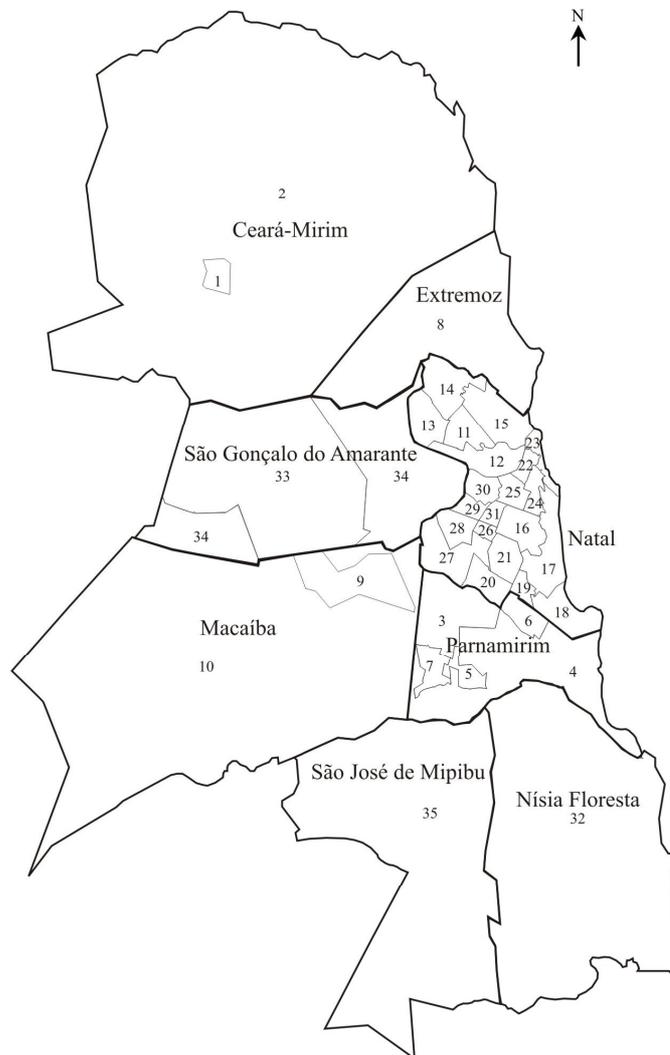
A análise por município foi feita considerando o corte político administrativo municipal respaldado pela legislação estadual sobre a constituição da metrópole. Por fim, privilegiou-se a análise por AED (Área de Expansão da Amostra) do Censo demográfico de 2000. A sistematização dos dados por AED permitiu ampliar a análise no nível intra-metropolitano. Na RMNatal são 35 as AED's, conforme mapa III.1 a seguir:

---

<sup>14</sup> A tipologia e o agrupamento dos municípios que compõem as unidades em análise do Produto 1 do projeto “Análise das regiões metropolitanas do Brasil” estão expressas em uma matriz contendo 470 unidades geográficas e os cinco indicadores previamente escolhidos. Evitando distorções, foi “suavizado” o indicador de densidade demográfica através de método estatístico apropriado.

<sup>15</sup> A taxa de pobreza, calculada pelo PNUD (2003), registra o percentual de pessoas cuja renda domiciliar mensal per capita é de até ½ SM, com base nos dados do censo 2000. A partir dessa taxa foi calculado um índice como medida de distância entre os municípios, numa escala similar ao ICH, variando de 0 até 1, com os valores próximos de zero sinalizando situações mais críticas de pobreza, e próximos de 1, as menores incidências de pobreza.

## MAPA DAS AED'S - RMNATAL - 2000.



### Identificação das AED's

01. Parte urbana de Ceará Mirim
02. Parte rural de Ceará Mirim
03. Parnamirim Centro Antigo - Aeroporto - Catre
04. Parnamirim Centro CLBI Pium Pirangi
05. Parnamirim Centro Distrito Industrial
06. Parnamirim Centro BR 101
07. Parnamirim Centro Área Comercial
08. Extremoz
09. Parte urbana de Macaíba
10. Parte rural de Macaíba
11. Potengi
12. Salinas Igapó
13. Nossa Senhora da Apresentação
14. Lagoa Azul
15. Pajuçara Redinha
16. Lagoa Nova Nova Descoberta
17. Parque das Dunas Capim Macio
18. Ponta Negra
19. Neópolis
20. Pitimbú
21. Candelária
22. Cidade Alta Ribeira Rocas
23. Santos Reis Praia do Meio Areia Preta Mãe Luíza
24. Petrópolis Tirol
25. Barro Vermelho Lagoa Seca Alecrim
26. Cidade da Esperança
27. Cidade Nova Guarapes Planalto
28. Felipe Camarão
29. Bom Pastor
30. Bairro Nordeste Quintas
31. Dix-Sept-Rosado Nazaré
32. Nísia Floresta
33. Distrito de São Gonçalo do Amarante
34. Agregado de distritos de São Gonçalo do Amarante
35. São José de Mipibu

5.0 0 5.0 10.0 15.0 20.0 Km  
Escala 1:500000

### **III.1 – CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO E RENDA INTRA-METROPOLITANO**

No presente item da pesquisa são enfocadas a desocupação, as categorias sócio-ocupacionais e a incidência de famílias em que a renda per capita foi de até ½ salário mínimo médio mensal segundo os dados do Censo 2000, tendo como âmbito espacial de análise, as dimensões municipal e intramunicipal (Áreas de Expansão Demográfica – AED's) da Região Metropolitana de Natal.

#### **III. 1.1 – Taxa de desocupados**

No ano de 2000, a *população em idade ativa* (PIA) - parcela da população com idade igual ou superior a dez anos - da Região Metropolitana de Natal (RMN) foi de 881.251 pessoas (o equivalente a 80,3% da sua população total). Por sua vez, a *população economicamente ativa* (PEA) – *população ocupada* mais a *população à procura de ocupação* – da Região Metropolitana, no mesmo ano, foi de 468.993 pessoas. Por conseguinte, a *taxa de atividade* – relação entre a PEA e a PIA – foi de 53,2%, significando que somente pouco mais da metade da parcela da população disponível para a produção constituiu-se em força efetiva de trabalho.

No mesmo ano, a *taxa de ocupação*, indicador que é dado pela relação entre a quantidade das pessoas que no período da pesquisa encontravam-se economicamente ativas na condição de ocupadas (383.968 pessoas) comparativamente ao total das pessoas economicamente ativas (468.993 pessoas), ou seja, ao quantitativo que incorpora também as pessoas temporariamente desocupadas, porém à procura de ocupação (85.025 pessoas) foi de 81,9%. Por conseguinte, a *taxa de desocupação*, dada pela relação entre a quantidade de *pessoas à procura de ocupação* e a *população economicamente ativa* foi de 18,1% da força efetiva de trabalho na Região Metropolitana de Natal, significando que aproximadamente 1 em cada 5 trabalhadores não conseguiram ocupação no período de referência definido pelo levantamento censitário.

Ao focar-se a desocupação por município ou por AED constata-se grande dispersão entre as taxas de desocupação relativamente à média apresentada pela Região Metropolitana. No âmbito municipal o espectro de variação encontrou-se compreendido entre 13,0%, caso de Nísia Floresta (município com baixo nível de integração ao pólo), e 20,7%, casos de Ceará-Mirim e São Gonçalo do Amarante (municípios com baixo e alto nível de integração ao pólo, respectivamente). Destaca-se que o pólo metropolitano (Natal)

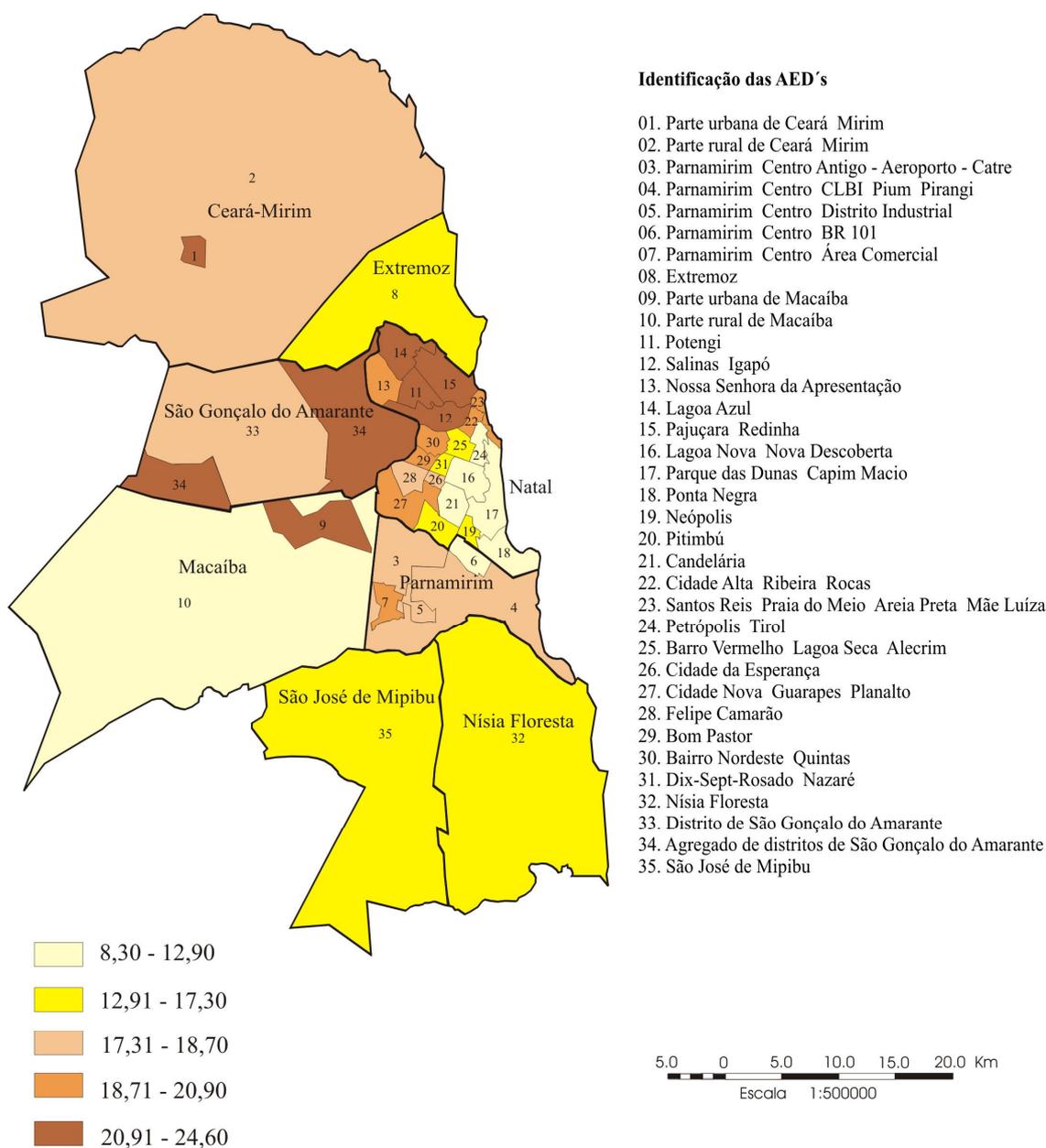
apresentou taxa média de desocupação igual à média da Região Metropolitana tomada conjuntamente e, ao mesmo tempo, uma grande dispersão das taxas de desocupação entre as distintas AED's nas quais foi dividido para fins de realização da pesquisa (**mapa III.1.1**).

As taxas de desocupação total por AED encontram-se divididas em cinco faixas apresentadas em ordem crescente. As taxas de desocupação mais baixas, na faixa de 8,30 a 12,90% verificaram-se em sete AED's, sendo duas localizadas fora do pólo metropolitano: *Parnamirim-Centro-BR 101 (AED 6)*, *Parte Rural de Macaíba (AED 10)*, respectivamente, municípios com muito alto e alto níveis de integração ao pólo. As demais se verificaram em AED's contíguas situadas em Natal: *Lagoa Nova-Nova Descoberta (AED 16)*, *Parque das Dunas-Capim Macio (AED 17)*, *Ponta Negra (AED 18)*, *Candelária (AED 21)* e *Petrópolis-Tirol (AED 24)*.

Na faixa de desocupação de 12,91 a 17,90%, situaram-se sete AED's. Três delas coincidem com os limites dos municípios, quais sejam: *Extremoz (AED 8)*, *Nísia Floresta (AED 32)* e *São José de Mipibu (AED 35)*, sendo o primeiro um município com médio e os dois últimos com baixo nível de integração ao município pólo e as outras quatro AED's, contíguas duas a duas, encontravam-se situadas em Natal, quais sejam: *Neópolis (AED 19)* / *Pitimbu (AED 20)* e *Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim (AED 21)* / *Dix-Sept-Rosado-Nazaré (AED 25)*.

Na faixa em que as taxas de desocupação variam de 17,31 a 18,70% situaram-se seis áreas de expansão demográfica, sendo cinco fora do pólo: *Parte rural de Ceará-Mirim (AED 2)*, *Distrito de São Gonçalo do Amarante (AED 33)* e as outras três pertencentes ao município de Parnamirim (município com nível de integração muito alto) – *Centro Antigo-Aeroporto-Catre (AED 3)*, *Centro-CLBI-Pium-Pirangi (AED 4)* e *Centro-Distrito Industrial (AED 5)*. A AED pertencente a Natal foi a correspondente a *Felipe Camarão (28)*. No segmento compreendido por taxas de desocupação variando de 18,71 a 20,90% apenas uma AED pertencia a um município fora do pólo metropolitano: *Parnamirim-Centro-Área Comercial (AED 7)*. As demais pertenciam às áreas norte, leste e oeste do pólo da Região Metropolitana. Especificamente se está tratando das seguintes AED's: *Nossa Senhora da Apresentação (13)*, *Cidade Alta-Ribeira-Rocas (22)*, *Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta-Mãe Luísa (23)*, *Cidade Nova-Guarapes-Planalto (27)*, *Bom Pastor (29)* e *Bairro Nordeste-Quintas (30)*.

### TAXA DE DESOCUPAÇÃO TOTAL POR AED'S - RMNATAL - 2000.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrópoles, 2005.

Por fim, destaca-se a faixa que compreende as maiores taxas de desocupação, ou seja, de 20,91% a 24,60%. Três áreas de expansão demográfica situavam-se fora do pólo, sendo uma no município de Ceará-Mirim (baixa integração), *Parte urbana (AED 1)*, uma no de São Gonçalo do Amarante (média integração), *Agregado de distritos (AED 34)* e uma no município de Macaíba (média integração), *Parte urbana (AED 9)*. As demais

AED's situavam-se no pólo metropolitano, sendo que se localizavam mais precisamente na chamada Zona Norte da cidade: *Potengi (11)*, *Salinas-Igapó (12)*, *Lagoa Azul (14)* e *Pajuçara-Redinha (15)*. Assim, constata-se que o pólo metropolitano foi o único município em que as AED's encontraram-se distribuídas por todas as faixas de desocupação e, ademais, aquele que concentrou os maiores quantitativos concernentemente à desocupação: 57.649, ou o equivalente a 68%, das 85.025 pessoas desocupadas na Região Metropolitana de Natal, de acordo com os resultados do Censo 2000.

### ***III. 1.2 – Tipologia sócio-ocupacional e segregação sócio-espacial***

Os dados constantes da **tabela III. 1.1** e as informações do **mapa III.1.2** propiciam a compreensão do processo de distribuição espacial dos trabalhadores ocupados no ano de 2000, classificados com base nas nove **tipologias sócio-ocupacionais utilizadas** na presente pesquisa, segundo as áreas de expansão demográfica (AED's) dos municípios constitutivos da Região Metropolitana de Natal, definidas no Censo Demográfico realizado no mesmo ano.

A ***elite dirigente com predomínio das ocupações vinculadas ao setor público*** - composta por um quantitativo de 26.735, ou 7%, do total de 383.967 pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Natal - apresentou-se dominante em três áreas de expansão demográfica. Pela ordem numérica constante do mapa, a primeira foi a AED que congrega os bairros de *Parque das Dunas e Capim Macio*; a segunda a correspondente ao bairro de *Candelária* e a terceira a equivalente aos bairros de *Petrópolis e Tirol*. As três AED's congregaram, respectivamente, 35,3%, 34,7% e 30,1% do total das 26.735 pessoas que integraram a categoria sócio-ocupacional em pauta. Ou seja, a elite dirigente, com base nos dados do Censo de 2000, continuava residindo em áreas já historicamente habitadas pela elite natalense.

A tipologia que reúne os ***setores médios com ênfase em ocupações técnico-administrativas*** mostrou-se distribuída por quatro AED's, sendo três no pólo metropolitano e uma no município com alto nível de integração (Parnamirim). As AED's do pólo foram: a que reúne as localidades de *Lagoa Nova e Nova Descoberta*; a que equivale ao bairro de *Ponta Negra*; a correspondente a *Neópolis* e a referente ao bairro de *Pitimbu*. A AED pertencente à *Parnamirim*, por sua vez, engloba parte do *Centro do município* e da área identificada como sendo da *BR-101*. A aludida tipologia foi composta por aproximadamente 16% do total das pessoas ocupadas na Região Metropolitana, sendo

que apenas 18% esteve localizada no município de Parnamirim. Das AED's do pólo, a referente aos bairros de *Lagoa Nova-Nova descoberta* concentrou parcela superior a 34%, enquanto as *demais* congregaram cada uma, aproximadamente 16% do efetivo da categoria sócio-ocupacional.

As ***ocupações manufatureiras e artísticas***, com 1,8% (6.914 pessoas) da população da Região Metropolitana, centralizaram-se em uma única AED, a que engloba bairros que podem ser considerados da antiga Natal, quais sejam: *Cidade Alta, Ribeira e Rocas*. Da mesma forma, os *setores médios com ênfase em ocupações de escritórios*, com 4,7% da ocupação do espaço metropolitano, reuniram-se numa só AED – a correspondente aos bairros de Barro Vermelho, Lagoa Seca e Alecrim. Já os ocupados vinculados aos ***setores médios com ênfase na prestação de serviços sociais, segurança pública e empregados do comércio e comerciários***, perfizeram 21% da ocupação metropolitana e distribuíram-se por sete AED's, das quais cinco pertencentes a Natal. Estas AED's, por ordem decrescente de participação relativa no quantitativo da categoria sócio-ocupacional, foram: a primeira, correspondente ao bairro de *Potengi*; a segunda, aos bairros *Nordeste e Quintas*; a terceira, aos de *Dix-Sept-Rosado e Nazaré*; a quarta, aos de *Santos Reis, Praia do Meio, Areia Preta e Mãe Luíza* e a quinta, ao bairro da *Cidade da Esperança*. As outras duas AED's localizam-se no município de Parnamirim, sendo a primeira correspondente a parte do *Centro* e ao *Distrito Industrial* e a segunda ao *Centro Antigo* e a área o *Aeroporto/Catre*.

A última tipologia cujas ocupações foram predominantes, principalmente, em AED's que pertencem à cidade de Natal é a que reúne os ***trabalhadores vinculados às atividades inerentes à indústria moderna e aos serviços auxiliares***, concentrando aproximadamente 28% da ocupação da Região Metropolitana. Essas ocupações, em Natal, encontraram-se distribuídas em sete áreas de expansão demográfica. Quatro dessas áreas de expansão, pertencentes à área norte da cidade. São elas: a primeira, a que reúne os bairros *Salinas e Igapó*; a segunda, ao bairro de *Nossa Senhora da Apresentação*; a terceira, ao de *Lagoa Azul* e a quarta, aos de *Pajuçara e Redinha*. Assim, três das AED's reúnem bairros pertencentes a zona oeste da cidade “lado de cá” do rio Potengi. São os casos das AED's que reúnem os agregados de bairros de: a) *Cidade Nova, Guarapes e Planalto*; b) *Felipe Camarão* e c) *Bom Pastor*. Uma última AED pertence ao município de Parnamirim e engloba a área da cidade correspondente ao Centro municipal.

A tipologia intitulada ***trabalhadores domésticos*** concentrou 1,6% da ocupação da Região Metropolitana e foi predominante em uma ampla área do município de Parnamirim, a saber, a correspondente à AED envolvendo *parte do Centro, o CLBI, Pium e Pirangi*.

A penúltima tipologia enfocada é a dos *trabalhadores da indústria tradicional e prestadores de serviços*, detentora de 9,6% das ocupações metropolitanas. As ocupações pertencentes a esta tipologia encontraram-se distribuídas na AED correspondente ao *agregado de distritos de São Gonçalo do Amarante* (município com alto grau de integração ao pólo metropolitano), na AED correspondente à *parte urbana de Macaíba* (município com nível de integração médio) e na *AED urbana de Ceará-Mirim* (município com baixa integração ao pólo).

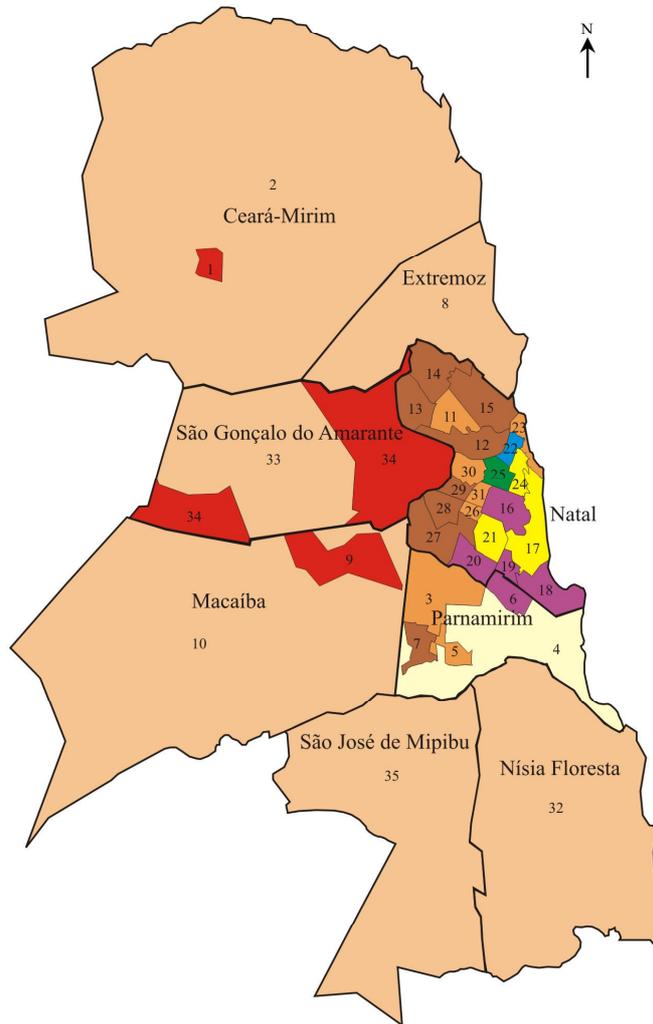
Finalizando, destaca-se que a tipologia dos *ocupados em atividades rurais*, correspondente a 10,6% das ocupações da Região Metropolitana, apresentou-se dominante, mas dispersa por vastas áreas de seis dos oito municípios da Região Metropolitana de Natal. Estas ocupações encontraram-se distribuídas espacialmente nas *partes rurais* dos municípios de *Ceará-Mirim, São Gonçalo e Macaíba* e nos *municípios de Extremoz, São José de Mipibu e Nísia Floresta* - considerados em termos censitários como sendo exclusivamente rurais.

**Tabela III.1.1 - Tipologia Sócio-Ocupacional, RMNatal, 2000**

Municípios	Elite dirigente com ênfase no setor público	Setores médios com ênfase em ocupações técnicas e administrativas	Ocupações manufatureiras e artísticas	Setores médios com ênfase em ocupações de escritório	Ocupações rurais	Setores médios com ênfase em prestação de serviços sociais, segurança pública e comércio	Trabalhadores domésticos	Trabalhadores da indústria tradicional e prestação de serviços	Trabalhadores vinculados as atividades inerentes indústria moderna e serviços auxiliares	Total
Ceará-Mirim					8.802			8.629		16.711
Parnamirim		11.009				15.608	6.242		12.344	45.203
Extremoz					5.561					5.561
Macaíba					5.955			11.220		17.175
Natal	26.735	50.125	6.914	17.920		64.541			94.937	261.172
Nisia Floresta					5.993					5.993
São G. do Amarante					5.039			16.859		21.898
São J. do Mipibú					10.254					10.254
RMNatal	26.735	61.134	6.914	17.920	40.884	80.149	6.242	36.708	107.281	383.967

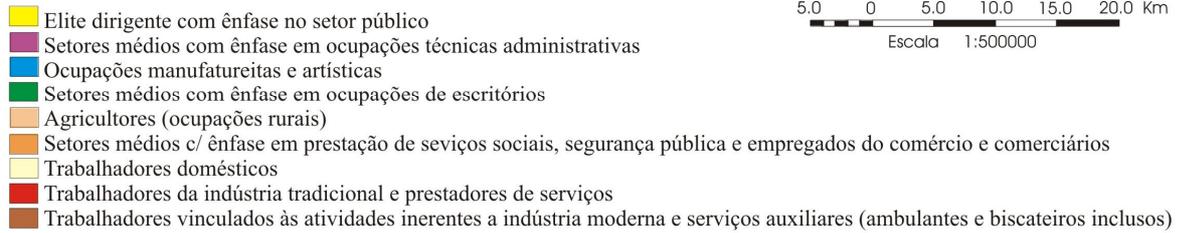
Fonte: Censo Demográfico, 2000 (Metrodata)

**TIPOLOGIAS SOCIO-OCUPACIONAIS - RMNATAL - 2000**



**Identificação das AED's**

01. Parte urbana de Ceará Mirim
02. Parte rural de Ceará Mirim
03. Parnamirim Centro Antigo - Aeroporto - Catre
04. Parnamirim Centro CLBI Pium Pirangi
05. Parnamirim Centro Distrito Industrial
06. Parnamirim Centro BR 101
07. Parnamirim Centro Área Comercial
08. Extremoz
09. Parte urbana de Macaíba
10. Parte rural de Macaíba
11. Potengi
12. Salinas Igapó
13. Nossa Senhora da Apresentação
14. Lagoa Azul
15. Pajuçara Redinha
16. Lagoa Nova Nova Descoberta
17. Parque das Dunas Capim Macio
18. Ponta Negra
19. Neópolis
20. Pitimbu
21. Candelária
22. Cidade Alta Ribeira Rocas
23. Santos Reis Praia do Meio Areia Preta Mãe Luíza
24. Petrópolis Tirol
25. Barro Vermelho Lagoa Seca Alecrim
26. Cidade da Esperança
27. Cidade Nova Guarapes Planalto
28. Felipe Camarão
29. Bom Pastor
30. Bairro Nordeste Quintas
31. Dix-Sept-Rosado Nazaré
32. Nísia Floresta
33. Distrito de São Gonçalo do Amarante
34. Agregado de distritos de São Gonçalo do Amarante
35. São José de Mipibu



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

### **III. 1.3 – Renda familiar per capita**

Esta parte do trabalho tem como fulcro de análise a distribuição domiciliar da renda, a partir do indicador da renda familiar per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo da época da pesquisa.

De acordo com os dados do Censo 2000, constata-se que na Região Metropolitana de Natal das 303.314 famílias arroladas na pesquisa, 98.931 receberam renda mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo ou o equivalente a  $\frac{1}{3}$  do conjunto das famílias. Portanto, tem-se a indicação, ainda que se trate de um único estrato de renda, de uma distribuição, em vários municípios e AED's de uma renda com nível muito baixo e, ademais, profundamente desigual.

Inicialmente tendo como foco os municípios, é importante destacar que Natal dado o seu papel superlativo na Região Metropolitana concentrou, ao mesmo tempo, 55% do total dos domicílios da Região Metropolitana com renda familiar per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, mas também a menor incidência de famílias neste estrato de renda relativamente ao total de famílias do município, da ordem de 27%. A ordem municipal por incidência de domicílios com renda familiar per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo foi a que segue: Natal (pólo), 27%, Parnamirim (integração em nível muito alto), 29%, Extremoz (médio), 44%, São Gonçalo do Amarante (alto), 45%, Nísia Floresta (baixo), 50%, Macaíba (médio), 51%, São José de Mipibu (baixo), 56% e Ceará-Mirim (baixo), 56%.

No **mapa III. 1.3** encontram-se representadas as AED's da Região Metropolitana de Natal distribuídas por cinco faixas que exprimem a incidência (percentual) de famílias/domicílios que recebem rendimento per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo mensal.

A faixa com a menor incidência, de 3,6% a 11,90% das famílias com renda média mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo teve a participação das seguintes AED's contíguas, sendo seis das partes leste e sul do município pólo e uma do município com nível de integração muito alto: *Parque das Dunas-Capim Macio (AED 17)*, *Neópolis (18)*, *Candelária (21)*, *Petrópolis-Tirol (24)* e *Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim (25)* (em Natal) e *Parnamirim-Centro-BR 101(AED 6)*, em Parnamirim.

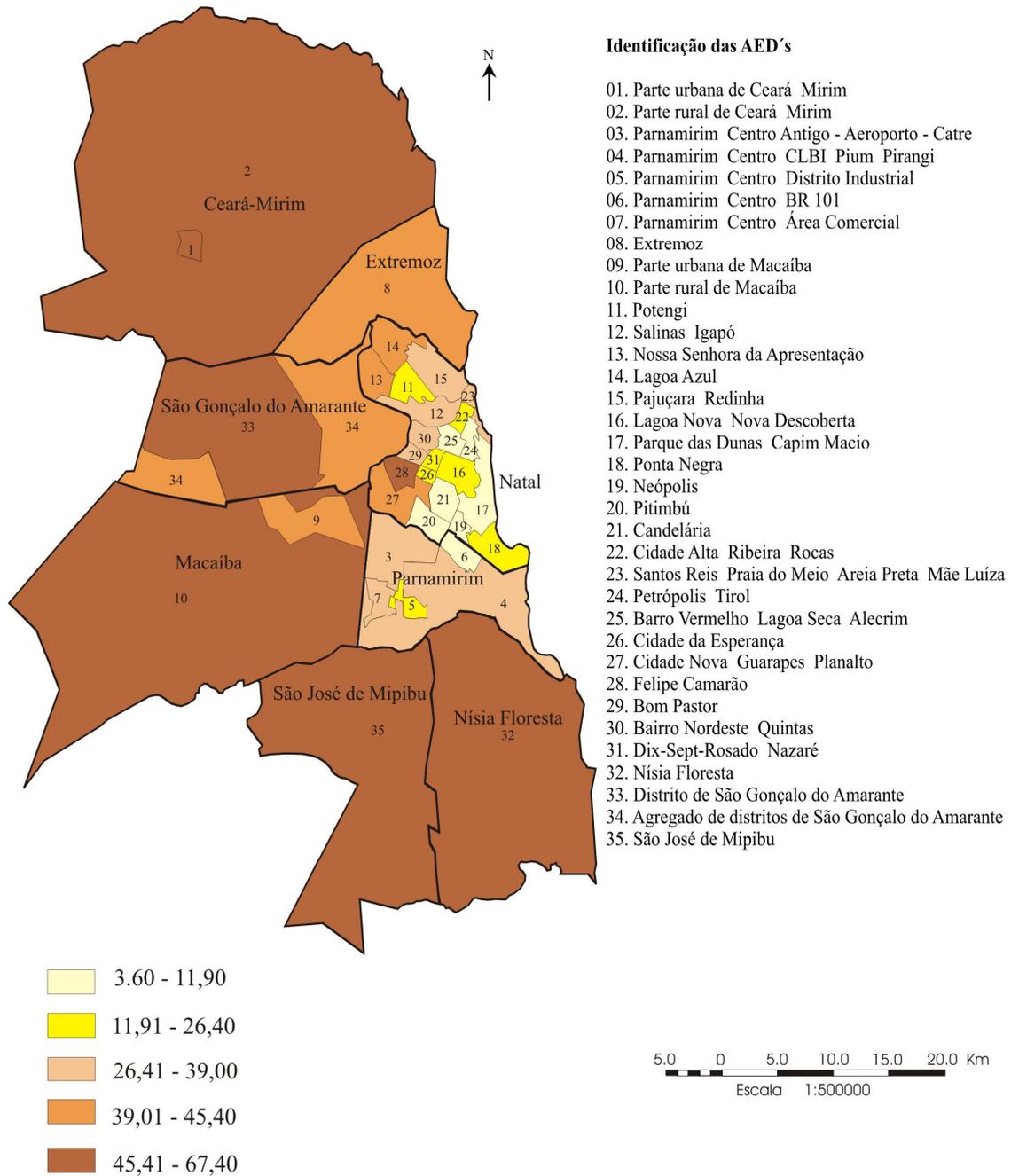
No segmento com incidência de 11,91% a 26,40% de renda familiar per capita no nível aludido, a situação foi idêntica. Em Natal as AED's foram as seguintes: *Potengi (AED 11)*, *Lagoa Nova-Nova Descoberta (16)*, *Ponta Negra (18)*, *Cidade da Esperança (26)* e *Dix-Sept-Rosado-Nazaré (31)*. Em Parnamirim, a AED foi *Parnamirim-Centro-Distrito Industrial (AED 5)*.

Na faixa que destaca a frequência de famílias com renda familiar de até ½ salário mínimo, de 26,41% a 39,00%, estiveram presentes cinco AED's contíguas em Natal e três em Parnamirim. Em Natal, foram as que seguem: *Salinas-Igapó (AED 12)*, *Pajuçara-Redinha (15)*, *Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta-Mãe Luísa (23)*, *Bom Pastor (29)* e *Bairro Nordeste-Quintas (30)*. Em Parnamirim, as seguintes: Parnamirim (município com nível de integração muito alto) – *Centro Antigo-Aeroporto-Catre (AED 03)*, *Centro-CLBI-Pium-Pirangi (4)* e *Centro-Área Comercial (7)*. Assim constata-se que nas faixas com os mais baixos níveis de incidência de famílias que recebiam até ½ salário mínimo mensal situaram-se, tão-somente, AED's localizadas em Natal (município pólo) e Parnamirim (município com alto nível de integração ao pólo).

No intervalo que compreendendo de 39,01% a 54,40% de famílias com renda per capita até o nível já aludido, situaram-se seis AED's, sendo três em Natal: *Nossa Senhora da Apresentação (13)*, *Lagoa Azul (14)* e *Cidade Nova-Guarapes-Planalto (27)*; uma em Macaíba, *Parte urbana (AED 9)*; uma em São Gonçalo do Amarante, *Agregado de distritos (AED 34)* e o município de *Extremoz (AED 8)*.

Para finalizar, apresenta-se a faixa de maior incidência de famílias que receberam até ½ salário mínimo mensal per capita, qual seja aquela com 45,41 a 67,40% de famílias em tal situação. Nesta condição encontraram-se os municípios de *São José de Mipibu (AED 35)*, de *Nísia Floresta (AED 32)* e de *Ceará-Mirim (AED's 1 e 2)*; a *Parte rural de Macaíba (AED 10)*; *Distrito de São Gonçalo do Amarante (AED 33)* e apenas uma AED do município pólo – a de *Felipe Camarão (28)*.

**PERCENTUAL DE FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO  
POR AED'S - RMNATAL - 2000.**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

### III. 2 – ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

O quadro demográfico da região metropolitana de Natal indica uma distribuição espacial da população bastante concentrada no município pólo - Natal. Em 2000, Natal detinha quase 65% da população de toda a região. Se juntarmos a essa população o contingente populacional de Parnamirim, que tem integração muito alta com Natal, somam-se 76,28% de toda a população da Região Metropolitana em apenas dois municípios.

Numa percepção temporal, analisando o crescimento populacional da Região Metropolitana na década de 1990 do século passado, observa-se que se Natal já vem experimentando um arrefecimento no seu crescimento populacional, com taxa de crescimento de 1,81% ao ano. Por outro lado, os municípios de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim ostentam as maiores taxas de crescimento populacional da Região, 4,86% e 7,90% respectivamente (Tabela III.2.1).

**Tabela III.2.1 - Taxa de Crescimento Populacional - RM de Natal, entre 1991 e 2000.**

Municípios	Urbana		Rural		Total		t	Tx Geométrica de Crescimento (91- 00)		
	1991	2000	1991	2000	1991	2000		Urbana	Rural	Total
Ceará-Mirim	26.002	30.839	26.155	31.585	52157	62424	8,916667	1,93	2,14	2,04
Extremoz	8.169	13.418	6.772	6.154	14941	19572	8,916667	5,72	-1,07	3,07
Macaíba	29.019	36.041	14.431	18.842	43450	54883	8,916667	2,46	3,04	2,65
Natal	606.887	712.317	0	0	606887	712317	8,916667	1,81	0	1,81
Nisia Floresta	6.023	8.638	7.911	10.402	13934	19040	8,916667	4,13	3,12	3,56
Parnamirim	48.593	109.139	14.719	15.551	63312	124690	8,916667	9,5	0,62	7,9
São G. do Amarante	8.241	9.798	37.220	59.637	45461	69435	8,916667	1,96	5,43	4,86
São José do Mipibu	12.858	15.508	15.293	19.404	28151	34912	8,916667	2,12	2,71	2,44
RM de Natal	745.792	935.698	122.501	161.575	868293	1097273	8,916667	2,58	3,15	2,66

Fonte: Site IBGE.

No que tange a mortalidade, os dados apontam para um declínio durante a década de 1990 do século passado. A esperança de vida ao nascer da Região Metropolitana de Natal, apresenta significativo avanço durante esse período. Em 1991, a maior esperança de vida ao nascer era da ordem de 66,59 anos, para Natal. Por outro lado, Nisia Floresta tinha o menor valor (58,73). Em 2000, esses valores eram respectivamente iguais a 68,78 e 65,44.

**Tabela III.2.2 - Esperança de vida ao nascer - RM de Natal, 1991 e 2000.**

<b>Nível de Integração</b>	<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Baixo	Ceará-Mirim	59,06	65,32
Médio	Extremoz	60,47	67,67
Médio	Macaíba	59,06	66,62
Pólo	Natal	66,59	68,78
Baixo	Nísia Floresta	58,73	65,44
Muito Alto	Parnamirim	60,56	68,27
Alto	São Gonçalo do Amarante	60,78	69,11
Baixo	São José de Mipibu	59,06	68,59

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em 2000, o valor mais baixo de esperança de vida ao nascer entre todos os municípios foi o valor registrado em Ceará-Mirim (65,32 anos). Em 1991, a esperança de vida ao nascer para Ceará-Mirim era de 59,06 anos (Tabela III.2.2).

São José de Mipibu foi o Município onde a esperança de vida ao nascer obteve os maiores ganhos, com variação de 16,14%. Nesse município, esse indicador que era de 59,06 em 1991, em 2000 atingiu o valor de 68,59. Os demais municípios registraram os seguintes valores em 2000: Parnamirim (68,27), São Gonçalo do Amarante (69,11), Extremoz (67,67) e Macaíba (66,62).

Com relação à fecundidade, os dados mostram que Natal tem a menor fecundidade da região 1,99 filhos por mulher em 2000. Um ponto relevante para ser ressaltado é que a queda da fecundidade em Natal no período 1991-2000 foi significativa, com uma variação de 18,44%. Em 1991, a taxa de fecundidade total em Natal era de 2,44. Esse declínio da fecundidade em Natal só não foi maior do que o ocorrido em Nísia Floresta e Macaíba, que tinham, em 1991, taxa de fecundidade total igual a 4,16 e 3,75 filhos em média por mulher, respectivamente. Em 2000, esses valores eram, respectivamente, 2,87 e 2,89.

**Tabela III.2.3 - Indicadores de Fecundidade - RM de Natal, 1991 e 2000**

<b>Município</b>	<b>Taxa de fecundidade total, 1991</b>	<b>Taxa de fecundidade total, 2000</b>	<b>% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 1991</b>	<b>% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 2000</b>	<b>% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 1991</b>	<b>% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 2000</b>
Ceará-Mirim	4,09	3,58	...	1,24	11,11	8,93
Parnamirim	2,87	2,49	...	0,22	8,11	7,09
Extremoz	3,88	3,53	...	0,02	10,65	12,76
Macaíba	3,75	2,89	...	1,06	8,38	11,62
Natal	2,44	1,99	...	0,44	4,11	7,66
Nísia Floresta	4,16	2,87	...	0,03	10,44	15,13
São G. do Amarante	3,73	3,23	...	0,49	8,57	11,61
São José de Mipibu	4,08	3,31	...	0	12,78	8,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em 2000, a taxa de fecundidade total dos demais municípios da Região Metropolitana de Natal foi de: São Gonçalo do Amarante (3,23), São José de Mipibu (3,31), Ceará-Mirim (3,58), Parnamirim (2,49) e Extremoz (3,53) (Tabela III.2.3).

É fundamental destacar o aumento de gravidez na adolescência no período 1991-2000, em cinco dos oito municípios da RMN: Natal, Extremoz, Macaíba, Nísia Floresta e São Gonçalo do Amarante. Em Natal, por exemplo, o percentual de mulheres adolescentes entre 15 e 17 anos que têm filhos aumentou de 4,11 para 7,66 entre 1991 e 2000.

Os indicadores de mortalidade e fecundidade estão intrinsecamente ligados ao ritmo do crescimento populacional. Em Extremoz e Nísia Floresta, que têm fecundidade relativamente alta, o crescimento populacional no período 1991-2000 ficou acima dos 3% ao ano. Contudo, quando se trata de crescimento populacional na Região Metropolitana de Natal, as atenções se voltam para Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, dois municípios que tem nível alto e muito alto de integração com Natal. Parnamirim e São Gonçalo do Amarante cresceram respectivamente, entre 1991 e 2000, a taxa de 7,9% e 4,86% ao ano.

No que se refere à taxa de urbanização, observa-se um resultado intrigante. Cotejando os valores de 1991 com os resultados para o ano 2000, observa-se que apenas dois municípios, Parnamirim e Extremoz aumentaram significativamente suas taxas de urbanização no período, com variação de 13,25% e 25,38% respectivamente. Excetuando-se Natal que, praticamente não tinha população rural já em 1991, os outros cinco

municípios da Região Metropolitana de Natal, ou manteve estabilizada a taxa de urbanização ou perdeu população urbana com relação à população rural.

**Tabela III.2.4 -Taxa de Urbanização - RM de Natal, 1991 e 2000.**

<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Ceará-Mirim	49,85	49,40
Extremoz	54,68	68,56
Macaíba	66,79	65,67
Natal	99,93	100
Nísia Floresta	43,23	45,37
Parnamirim	77,29	87,53
São Gonçalo do Amarante	18,13	14,11
São José de Mipibu	45,68	44,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Contudo, parece mais provável que a classificação de rural destes municípios precise sofrer alterações, pois não está possibilitando diagnosticar corretamente a situação de domicílio da população. Em 2000, as taxas de urbanização da Região Metropolitana de Natal eram: Ceará-Mirim (49,40%), Extremoz (68,56%), Macaíba (65,67%), Natal (100%), Nísia Floresta (45,37%), Parnamirim (87,53%), São Gonçalo do Amarante (14,11%) e São José de Mipibu (44,69%) (Tabela III.2.4).

De posse dos indicadores demográficos das Áreas de Expansão Demográfica – AEDs é possível traçar um panorama geral de como andam as diversidades demográficas dentro da Região Metropolitana de Natal em 2000.

Nesse sentido, o **mapa III. 2.1** mostra que a região Oeste da Capital apresenta forte adensamento populacional, com exceção da AED 27, que abrange os bairros de Cidade Nova, Guarapes e Planalto. Entretanto, a densidade demográfica dessas áreas ainda não está nos níveis encontrados nas AEDs de Cidade da Esperança e Felipe Camarão por serem áreas de expansão mais recente, com bairros que surgiram na última década e último quinquênio do século anterior.

Outra área de forte expansão está ao sul de Natal limitando-se com as AEDs 3 e 6 do município de Parnamirim. **O mapa III. 2.1** indica que essas AEDs ainda não estão com densidade demográfica nos níveis de outras áreas mais populosas. Essas são áreas de expansão mais recente, que estão passando por um forte dinamismo imobiliário e que, conforme revelado pelo mapa da densidade demográfica, têm grande potencial de absorção

populacional. Observa-se, ainda, grandes áreas com baixa densidade demográfica, sobretudo nos municípios com média e baixa integração com o município pólo.

O **mapa III. 2.2** indica que todo o município de Parnamirim, a área de São Gonçalo do Amarante limítrofe com Natal, além da região Sul da capital, mais precisamente o bairro de Ponta Negra, são áreas onde o percentual de imigrantes com relação a população censitária em 2000 excede 16%.

O resultado desse mapa levanta a hipótese de que grande parte do crescimento populacional dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim se deve à migração. Além disso, Ponta Negra é o bairro de Natal com maior participação de imigrantes na população.

O **mapa III. 2.3** mostra a configuração espacial do envelhecimento populacional da RMN em 2000. Cotejando esse mapa com o mapa do percentual de imigrantes de data fixa, observa-se uma correlação entre eles. Justamente nas áreas com maior percentual de imigrantes, encontram-se os menores índices de envelhecimento. Todo o município de Parnamirim, como também o município de São Gonçalo do Amarante, tem Índice de envelhecimento baixo, com no máximo 14,93%, ou seja, a população acima de 65 anos não representa 15% da população abaixo dos 15 anos.

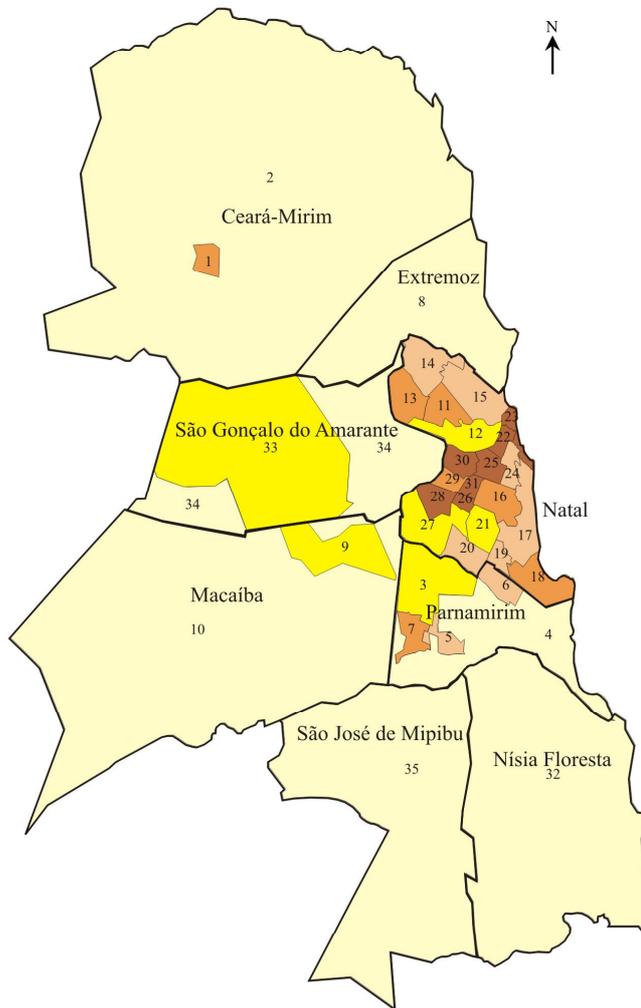
Outra área com população muito jovem é o município de Extremoz, além das áreas de maior expansão demográfica da cidade do Natal, composta pelas AEDs: Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Pajuçara - Redinha, na Região Norte e, Cidade Nova - Guarapes -Planalto e Felipe Camarão, na Região Oeste do município pólo.

A área com maior número de população acima de 65 anos com relação à população menor que 15 anos concentra-se na região central de Natal, em bairros como: Alecrim, Cidade Alta, Ribeira, Petrópolis, Lagoa Nova e Nova Descoberta.

No que se refere à distribuição do percentual da população de cor parda e preta com relação à população total, o Mapa III.2.4 mostra uma distribuição mais homogênea no espaço metropolitano do que outros indicadores demográficos. Grande parte da RMN é composta por no mínimo 65,51% de pardos ou pretos.

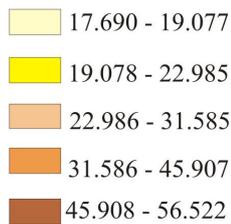
Contudo, os municípios de Natal e Parnamirim têm menor percentual de pardos ou pretos com relação ao total da população.

**DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR AED'S - RMNATAL - 2000.**



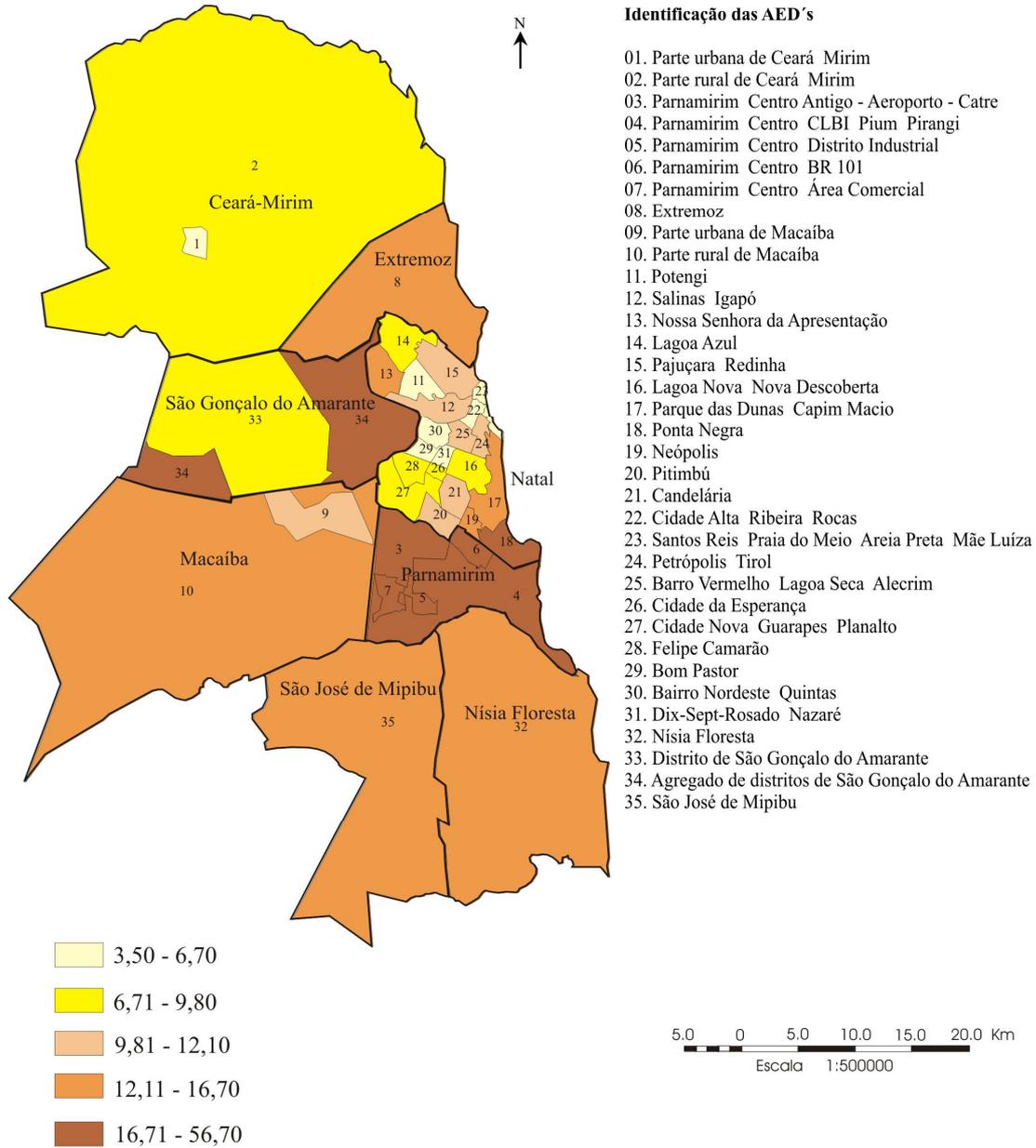
**Identificação das AED's**

- 01. Parte urbana de Ceará Mirim
- 02. Parte rural de Ceará Mirim
- 03. Parnamirim Centro Antigo - Aeroporto - Catre
- 04. Parnamirim Centro CLBI Pium Pirangi
- 05. Parnamirim Centro Distrito Industrial
- 06. Parnamirim Centro BR 101
- 07. Parnamirim Centro Área Comercial
- 08. Extremoz
- 09. Parte urbana de Macaíba
- 10. Parte rural de Macaíba
- 11. Potengi
- 12. Salinas Igapó
- 13. Nossa Senhora da Apresentação
- 14. Lagoa Azul
- 15. Pajuçara Redinha
- 16. Lagoa Nova Nova Descoberta
- 17. Parque das Dunas Capim Macio
- 18. Ponta Negra
- 19. Neópolis
- 20. Pitimbu
- 21. Candelária
- 22. Cidade Alta Ribeira Rocas
- 23. Santos Reis Praia do Meio Areia Preta Mãe Luiza
- 24. Petrópolis Tirol
- 25. Barro Vermelho Lagoa Seca Alecrim
- 26. Cidade da Esperança
- 27. Cidade Nova Guarapes Planalto
- 28. Felipe Camarão
- 29. Bom Pastor
- 30. Bairro Nordeste Quintas
- 31. Dix-Sept-Rosado Nazaré
- 32. Nísia Floresta
- 33. Distrito de São Gonçalo do Amarante
- 34. Agregado de distritos de São Gonçalo do Amarante
- 35. São José de Mipibu



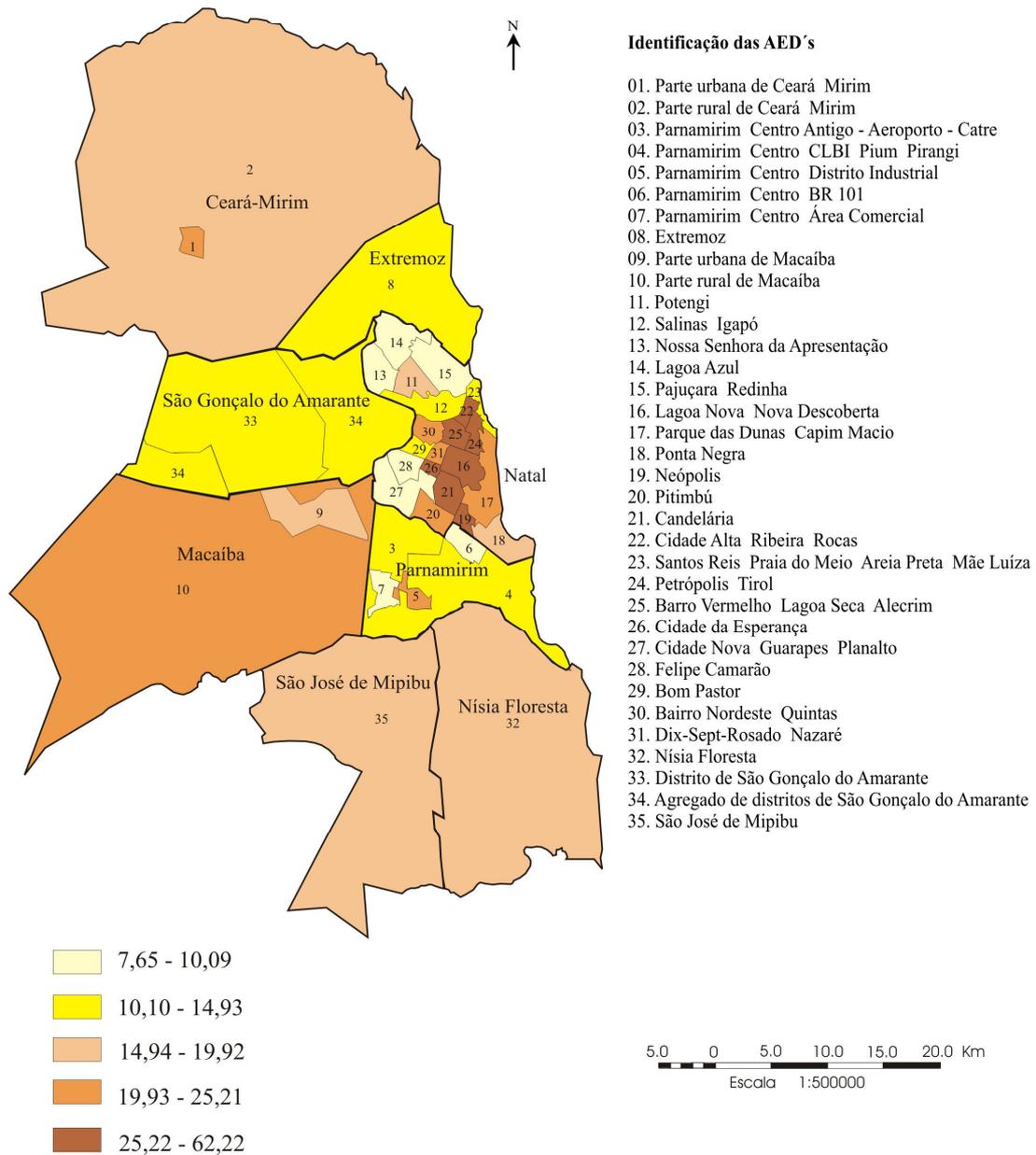
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

PROPORÇÃO DE IMIGRANTES DE DATA FIXA POR AED'S - RMNATAL - 2000



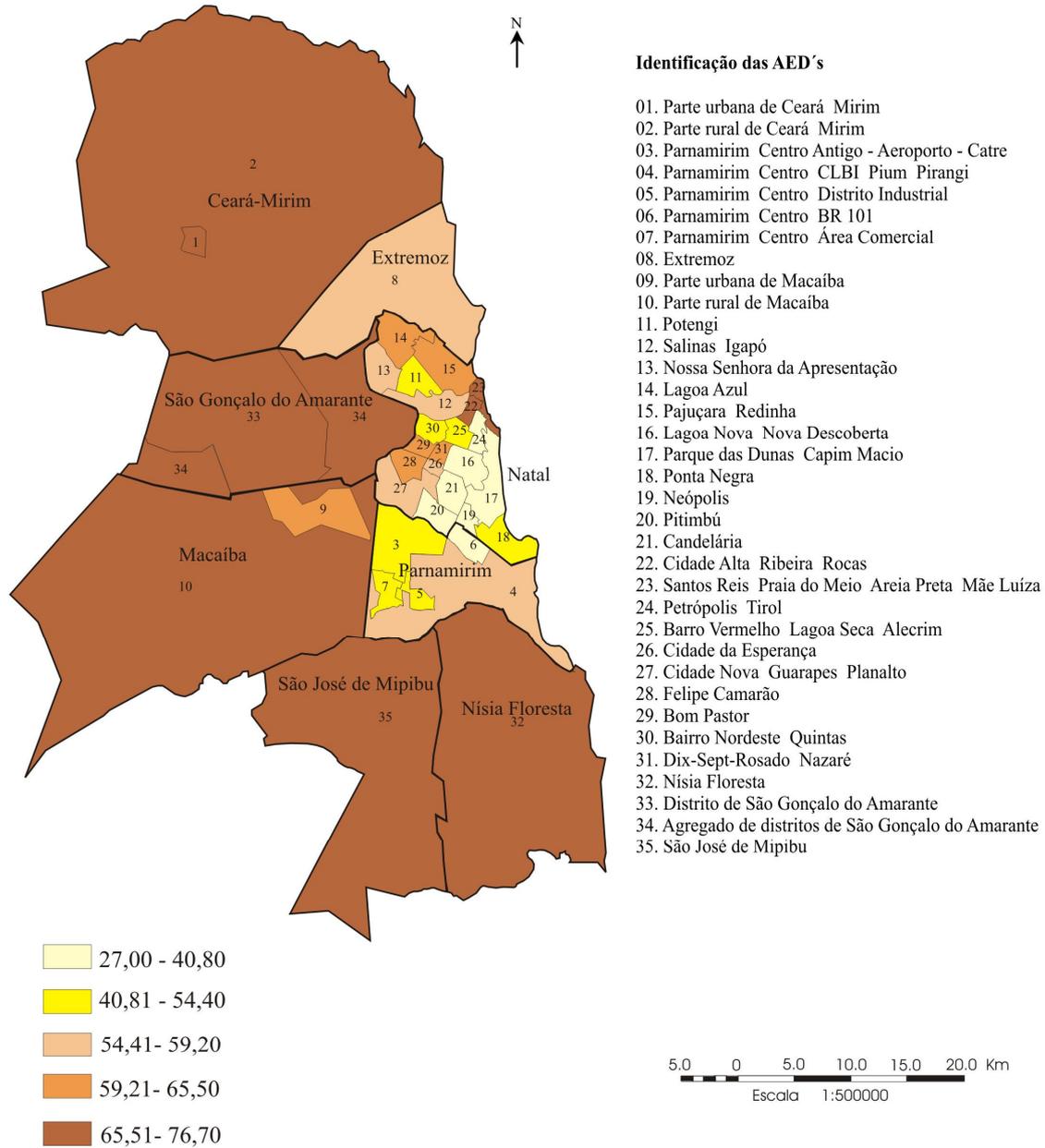
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

## ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR AED'S - RMNATAL - 2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO A COR OU RAÇA SOBRE POPULAÇÃO TOTAL PRETA/PARDA POR AED'S - RMNATAL - 2000**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

### III. 3 – CONDIÇÕES DE EDUCACAO

A sociedade atual, por suas características atreladas à tecnologia e à técnica informacional, impõe às sociedades, realidades socioespaciais que possam dar resposta imediatas ao seu próprio movimento de (re)produção. Nesse sentido, entende-se a educação como elemento chave nessa direção, não apenas no sentido da resposta a essa sociedade, mas como instrumento de resposta à construção da própria cidadania. Sendo assim faz-se mister o estudo e a compreensão da realidade da educação da RMNATAL, para que se possa avaliar até que ponto a realidade atual permite que a mesma seja esse instrumento de transformação.

Segundo o censo demográfico efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a Região Metropolitana de Natal possuía, em 2000, um contingente populacional na idade de 15 anos e mais em torno de 765.815 mil Este número era equivalente a mais de 70% da população total. Contudo, desse contingente populacional 110.392 não sabiam ler, isto é a taxa de analfabetismo funcional da região metropolitana era de 14,4 % (tabela III.3.1). No entanto, quando considerado os municípios individualmente, os dados apresentados, embora aparentemente baixos, são dados preocupantes, já que o momento atual caracteriza-se como sendo a era da ciência, da técnica e da informação.

**Tabela III.3.1 - Municípios da Região Metropolitana de Natal por pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler - 2000**

Municípios	Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Ceará-Mirim	40.288	11.516	28,6
Extremoz	12.717	2.886	22,7
Macaíba	36.461	9.900	27,2
Natal	510.990	54.783	10,7
Nísia Floresta	12.338	3.275	26,5
Parnamirim	84.972	10.902	12,8
São Gonçalo do Amarante	45.443	10.285	22,6
São José de Mipibu	22.606	6.845	30,3
Total	765.815	110.392	14,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Dentre os municípios que apresentam o maior índice de analfabetos destacam-se os municípios de São José de Mipibu e Ceará-Mirim, que possuem respectivamente 30,3 % e

28, 6% da sua população com mais de 15 anos analfabeta (mapa III.3.1). Essa realidade pode ser explicada pelo domínio da atividade canavieira que tem como uma das marcas do seu processo de expansão a concentração de terra e de renda.

Tratando-se do analfabetismo funcional (isto é, a população com menos de quatro anos de estudo e que não dominam o código escrito e falado) novamente Ceará-Mirim ocupa a primeira posição com mais de 43% seguido dos municípios de São José do Mipibu e Nísia Floresta. São Gonçalo do Amarante, embora tenha alto nível de integração em relação ao pólo e está no mesmo patamar de Macaíba que tem médio nível de integração. Já o município de Parnamirim apesar de possuir alto nível de Integração, ainda possui 7% de analfabetos funcionais a mais em relação ao Pólo. E, embora Natal ocupe o menor percentual de analfabetos funcionais, quando a referência é o universo populacional, pode-se perceber que esse percentual ainda é elevado.

No ano 2000 o número de crianças de 10 a 14 anos analfabetas funcionais diminuiu em relação a 1991, porém ainda mantém elevados percentuais, Nísia Floresta ocupa a posição de maior índice percentual com 65,29% de crianças na idade de 10 a 14 anos com baixa instrução. Natal é o único município que se encontra no patamar em torno de 38%, enquanto nos demais municípios os números ultrapassam 43%. São Gonçalo outra vez mostra uma elevada taxa neste indicador com 60,11%.

Observando os percentuais de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas funcionais tanto em 1991 como em 2000 e, analisando o mesmo indicador no recorte de idade de 10 a 14 anos, constata-se que há um decréscimo considerável em toda RMN, os percentuais estão abaixo de 46%. São Gonçalo do Amarante com 38,19% é superado por um município de integração média como Extremoz que obteve um percentual de 35,24%.

No que diz respeito ao percentual de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos analfabetas em 1991, com exceção de Natal os demais municípios ultrapassavam 14% de sua população jovem e adulta analfabeta. O maior percentual de Analfabetismo Funcional da população entre 18 e 24 anos, está concentrado nos municípios de São José do Mipibu com quase 45%, Nísia Floresta com 40% e Macaíba (tabela III.3.2).

**Tabela III.3.2 - Taxa de Analfabetismo por faixa etária - RM de Natal 1991 e 2000**

<b>Municípios</b>	<b>Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas, 1991</b>	<b>Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas, 2000</b>	<b>Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 1991</b>	<b>Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000</b>
Ceará-Mirim	26,87	15,11	50,37	35,96
Extremoz	21,86	11,79	42,7	28,38
Macaíba	25,57	13,28	50,98	34
Natal	9,33	4,73	19,02	13,44
Nísia Floresta	26,16	11,93	50,52	33,67
Parnamirim	14,88	6,03	31,33	15,9
São G.do				
Amarante	19,59	11,03	41,64	28,61
São José de Mipibu	28,8	10,46	53,58	39,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tratando-se da freqüência à escola por parte das pessoas com idade de 7 a 14 anos (mapa III.3.2), a região metropolitana apresenta dados satisfatório, sendo de 95,3%. Já a freqüência à escola por parte das pessoas com idade de 15 a 17 anos não se configura da mesma forma que aquela anteriormente analisada. Isto porque, na região metropolitana o percentual chega apenas a 82,5%.

Embora os dados apontem um percentual elevado das pessoas que freqüentam a escola em idade escolar, isto é de 7 aos 14 anos, quando se analisa essa realidade, considerando somente aqueles que se encontram em serie adequada, isto é aqueles que não estão fora da faixa etária adequada, há uma redução significativa nos números. Em Natal esse número percentual é de apenas 59,7%. No caso específico de Ceará Mirim este percentual sai de 91,6% para 39,4%. Assim sendo, fica evidenciado por meio dos dados que há uma interrupção muito acentuada no processo de acesso à escola, sendo este compreendido como uma resultante da evasão escolar que se caracteriza como um dos principais problemas da educação brasileira e, de forma particular no RN. Outra evidência que fica patente é que as respostas dadas através das políticas para o setor ainda não são respostas satisfatórias.

Outra inferência que pode ser feita a partir dos dados analisados é de que na medida em que a idade vai aumentando, diminui o índice de freqüência. Natal município pólo é aquele que apresenta os melhores percentuais de freqüência, mesmo assim, não chegando a 50%. No entanto, os mais baixos índices percentuais, mais uma vez são capitaneados pelos municípios de Nísia Floresta, Ceará-Mirim e São José de Mipibu.

A análise da realidade educacional da região Metropolitana de Natal a partir dos números percentuais do IBGE, permite afirmar que existe um número bastante elevado de pessoas na faixa de 15 a 17 anos que estão em séries inadequada.

Com relação à faixa etária de 18 a 25 (mapa III.3.3 ) anos os percentuais são também baixos em toda região metropolitana. Vale registro os percentuais de São José de Mipibu, 5,1%, Nísia Floresta, 6,7 e Ceará-Mirim, 6,2%. Esses dados sugerem a ocorrência da baixa qualificação profissional.

Trabalhando a mesma questão anterior sob a ótica do nível de integração dos municípios ao Pólo, isto é à Natal, fica evidente que quanto menor o nível de integração, mais baixo é o percentual de população com faixa etária de 18 a 25 anos, cursando a série adequada à sua faixa etária.

No que diz respeito à frequência ao ensino médio observa-se um decréscimo nos percentuais exceto no município pólo que apresenta um percentual de 63,18%, sendo o município que apresenta a melhor taxa, enquanto os demais municípios estão abaixo de 38% e Nísia Floresta que no indicador anterior obteve 100% neste indicador obteve o resultado mais inexpressivo com 18,6%.

No indicador taxa bruta de frequência ao ensino médio os percentuais ficam em torno de 91%. O menor percentual encontra-se em Nísia Floresta que obteve 42,84%. A frequência ao ensino superior por parte da população na faixa etária entre 18 a 22 anos (Mapa III.3.4) é muito pequena. Os números apontam para uma inexpressiva entrada de jovens que no nível universitário, ficando em menos de 6%. Nesse contexto, Natal está muito à frente dos demais município. Parnamirim, embora com índices bem inferiores à Natal, apresentou números bem melhores que os demais. Entretanto, considerando o percentual de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam o curso superior, pode-se afirmar que esse é muito baixo em toda RMNATAL, mas é Ceará-Mirim que detém o menor percentual: 1,34% (Tabela III.3.3)

**Tabela III.3.3 - Percentual de Pessoas por Nível de Ensino - RM de Natal, 2000**

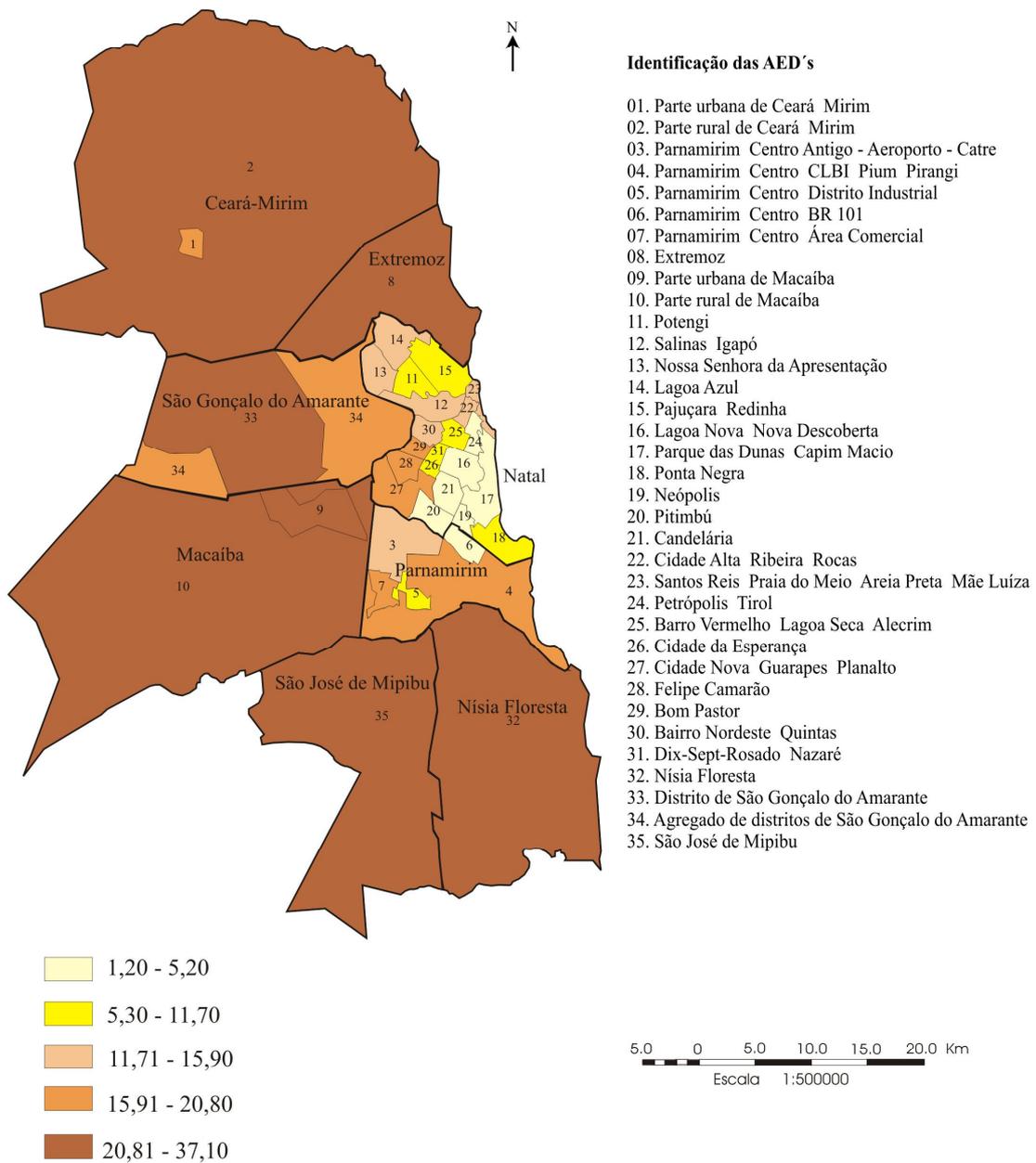
Município	Taxa bruta de frequência ao fundamental, 2000	Taxa bruta de frequência ao ensino médio, 2000	Taxa bruta de frequência ao superior, 2000	% 18 a 22 anos que freqüentam curso superior, 2000	% 18 a 22 anos com acesso ao curso superior, 2000
Ceará-Mirim	129,65	56,22	4,9	1,34	1,34
Parnamirim	124,46	80,91	24,01	7,79	7,85
Extremoz	133,93	59,82	10,03	4,05	4,05
Macaíba	132,42	59,54	5,27	1,73	1,73
Natal	133,75	90,63	27,71	12,59	12,7
Nísia Floresta	133,82	42,84	6,4	1,39	1,39
São G. do Amarante	133,29	63,41	4,62	1,67	1,67
São José de Mipibu	141,94	55,1	6,83	1,68	1,68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na taxa bruta de frequência ao ensino superior apenas o município pólo - Natal e o município Parnamirim com integração muito alta, obtiveram percentuais superiores a 20% seguidos pelo município de Extremoz com o percentual de 10,0%. Nos demais municípios os percentuais ficaram abaixo de 7%, sendo São Gonçalo do Amarante, com um percentual de 4,62% é o município com menor resultado, embora apresentando uma alta integração em relação ao pólo. Entretanto, chama a atenção o fato de os municípios mesmo com melhor nível de integração, assim como Macaíba, apresentarem percentuais bem mais inferiores, sugerindo, então, que o nível de integração não interfere nesse aspecto, devendo ser investigados outros fatores.

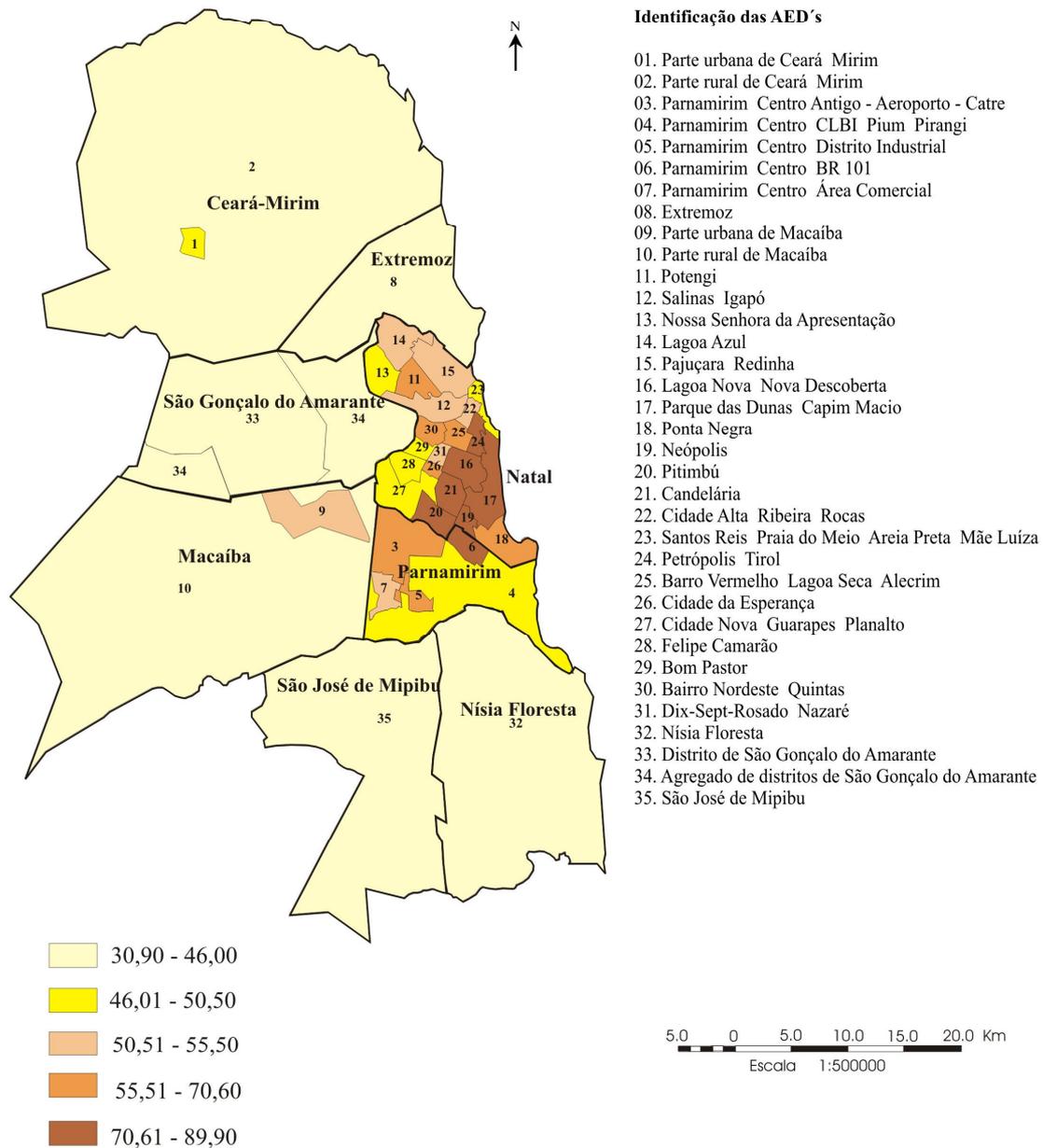
A partir desse quadro simplificado da realidade educacional RMNATAL, evidencia-se que, embora se perceba dados estatísticos mais positivos, socialmente falando, de um censo para outro, os resultados espaciais ainda são muito pouco percebidos. O analfabetismo funcional é algo que deve fazer parte apenas de um passado, pois cada vez mais a qualificação profissional é exigida. No início da análise a educação foi pensada como um instrumento de transformação e de conquista da cidadania. Porém, a análise dos dados aqui ressaltados parece ficar claro que ainda está muito distante essa conquista de forma integral, pois nessa sociedade, cuja marca maior é a ciência, a técnica, e a informação, os analfabetos não fazem parte.

## TAXA DE ANALFABETISMO POR AED'S - RMNATAL - 2000



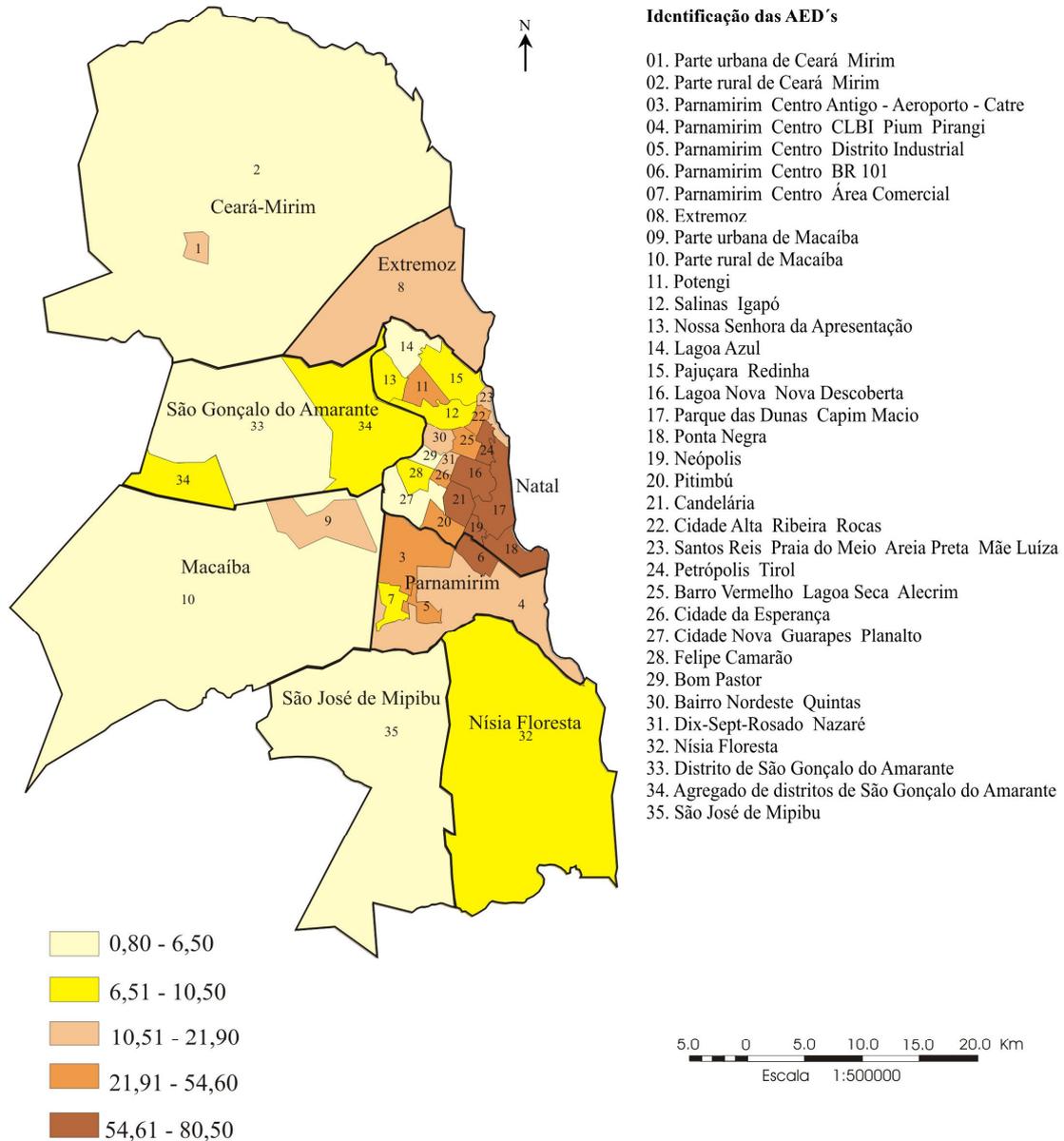
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrópoles, 2005.

## TOTAL DE PESSOAS DE 7 A 14 ANOS QUE FREQUENTAM ESCOLA EM SÉRIE ADEQUADA POR AED'S - RMNATAL - 2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

**TOTAL DE PESSOAS DE 18 A 25 ANOS QUE FREQUENTAM ESCOLA EM SÉRIE ADEQUADA POR AED'S - RMNATAL - 2000**



### III. 4 – CONDIÇÕES DE MORADIA

O acesso da população aos serviços públicos e a infra-estrutura, demonstra claramente um quadro de desigualdade entre as AEDs da Região Metropolitana como um todo, além de uma desigualdade interna em cada município. Em uma análise geral, pode-se inferir através dos mapas que as AEDs do pólo metropolitano de Natal apresentam um melhor desempenho em termos de moradia do que as AEDs integrantes dos municípios vizinhos. Os mapas analisados a seguir são reveladores desse quadro.

Em relação ao acesso adequado à água encanada, apenas seis AEDs localizadas em Natal, apresentam mais de 96,70% de acesso; ainda nessa categoria, as AEDs Nísia Floresta, São José do Mipibú, São Gonçalo do Amarante, área urbana de Ceará Mirim e AEDs da região oeste de Natal estão em uma faixa entre 0,01% e 86% de acesso, o que representa quase a totalidade das AEDs da Região Metropolitana, se considerarmos que as AEDs rurais de Macaíba e Ceará-Mirim estão abaixo de 0,01% (mapa III.4.1).

Situação semelhante no acesso adequado à coleta de lixo: apenas as AEDs da região leste e sul de Natal possuem quase a totalidade dos seus domicílios atendidos; em direção a periferia da RM o acesso diminui, chegando a estar abaixo dos 46,81% na AED rural de Ceará-Mirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante. No acesso ao esgotamento sanitário, continua o padrão das melhores AEDs estarem localizadas na região leste e sul de Natal, em oposição às demais AEDs da periferia; entretanto, cabe destacar a AED Distrito de São Gonçalo como apresentando uma melhor situação: mais de 83% dos domicílios tem acesso ao esgotamento. As partes rurais de Macaíba e Ceará-Mirim são as mais críticas em todos os itens analisados; já as AEDs de Parnamirim localizam-se em uma situação intermediária, muito próxima aos valores de Natal.

Em relação à propriedade domiciliar, a distribuição por AEDs revela que a média de domicílios próprios em toda a RM é de 76,58% e alugados 16,22%; as AEDs com maior presença de domicílios próprios não estão nas áreas centrais do pólo metropolitano: três AEDs na região norte de Natal, Extremoz, parte urbana de Macaíba e Distrito de São Gonçalo do Amarante estão em uma faixa de 80,41% a 85%; entretanto, nestas mesmas AEDs o percentual de domicílios sem propriedade do terreno varia entre 2,01% e 3,27% (a média metropolitana é de 2,85%). As AEDs com maior presença de domicílios alugados estão em Natal, em áreas de centro expandido, ou no caso de Igapó-Salinas, em bairros da periferia norte com ocupação mais antiga. Fora do pólo, a AED Parnamirim-Centro Antigo desta-se com 18,41% de domicílios alugados, acima da média metropolitana.

Tais dados, entretanto, não chegam a configurar um claro rebatimento das condições das moradias das AEDs na forma de aglomerados subnormais; se observada a distribuição desse tipo de assentamento, apenas o pólo metropolitano apresenta aglomerado subnormais: em Ponta Negra (0,01% a 1,00%), Cidade Nova-Guarapes e Felipe Camarão (1,31% a 3,00%), Areia Preta – Mãe Luiza – Santos Reis – Praia do Meio (1,00 a 1,30%) e Cidade Alta-Ribeira- Rocas (3,01% a 12,90%). Tais números, entretanto, não podem esconder o fato da existência de áreas no pólo metropolitano carentes de habitabilidade como, por exemplo, os loteamentos irregulares e vilas.

Ao cruzar o mapa III.4.5 demonstrativo de aglomerados subnormais com o mapa III.4.3 do déficit habitacional e domicílios inadequados, vê-se o agravamento do quadro sócio-espacial. O mapa de déficit apresenta uma heterogeneidade de faixas: no pólo, existem AEDs com diferentes situações, sendo as mais graves as AEDs da região leste e oeste; fora do pólo, destaca-se as duas AEDs de Ceará-Mirim entre 16% a 22,9% de déficit habitacional. Agregados de Distrito de São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta e parte Urbana de Macaíba são AEDs na faixa de 13,11% a 16% de déficit. No caso de Parnamirim, percebe-se que as duas AEDs com valores de déficit menores são as que fazem contato direto com o pólo metropolitano de Natal e a AED com maior área territorial e litorânea; tais AEDs apresentaram um forte crescimento populacional e domiciliar na última década, como decorrente do processo de transbordamento das áreas periféricas de Natal.

Em termos de inadequação da moradia, a AED rural de Ceará-Mirim apresenta as maiores taxas de inadequação, se comparada com a AED urbana, principalmente relacionada com carência de instalação sanitária (19,8% contra 1,5% na área urbana) e inexistência de sanitário nos domicílios, que na área urbana alcança apenas 0,9% do total e na AED rural 16,1%.

Em Parnamirim, a AED com piores taxas é a Parnamirim- Centro – CLBI- Pium-Pirangi: 5,5% dos domicílios não possuem sanitários, 1,8% possuem carência iluminação e 6,9% carência de instalação sanitária. A AED com melhor desempenho é Parnamirim-Centro-BR 101, área contígua ao pólo de Natal.

Em Natal, persiste a diferenciação das AEDs localizadas na região oeste e norte da cidade das AEDs localizadas na região sul e leste. Em todos os indicadores de inadequação e carência, as AEDs da região oeste (principalmente Guarapes-Planalto, Felipe Camarão e Bom Pastor) destacam-se das demais. Como contraponto, nas AEDs da região sul e leste (principalmente Petrópolis-Tirol, Candelária e Neópolis) praticamente inexistem problemas

de carência domiciliar. Em São Gonçalo do Amarante a AED Distrito de São Gonçalo apresenta-se com taxas muito acima das verificadas na AED Aglomerado de Distrito: 13,1% dos domicílios não possuem sanitário, 13,3% com carência de água e 13,5% carência de instalação sanitária (muito acima da média metropolitana).

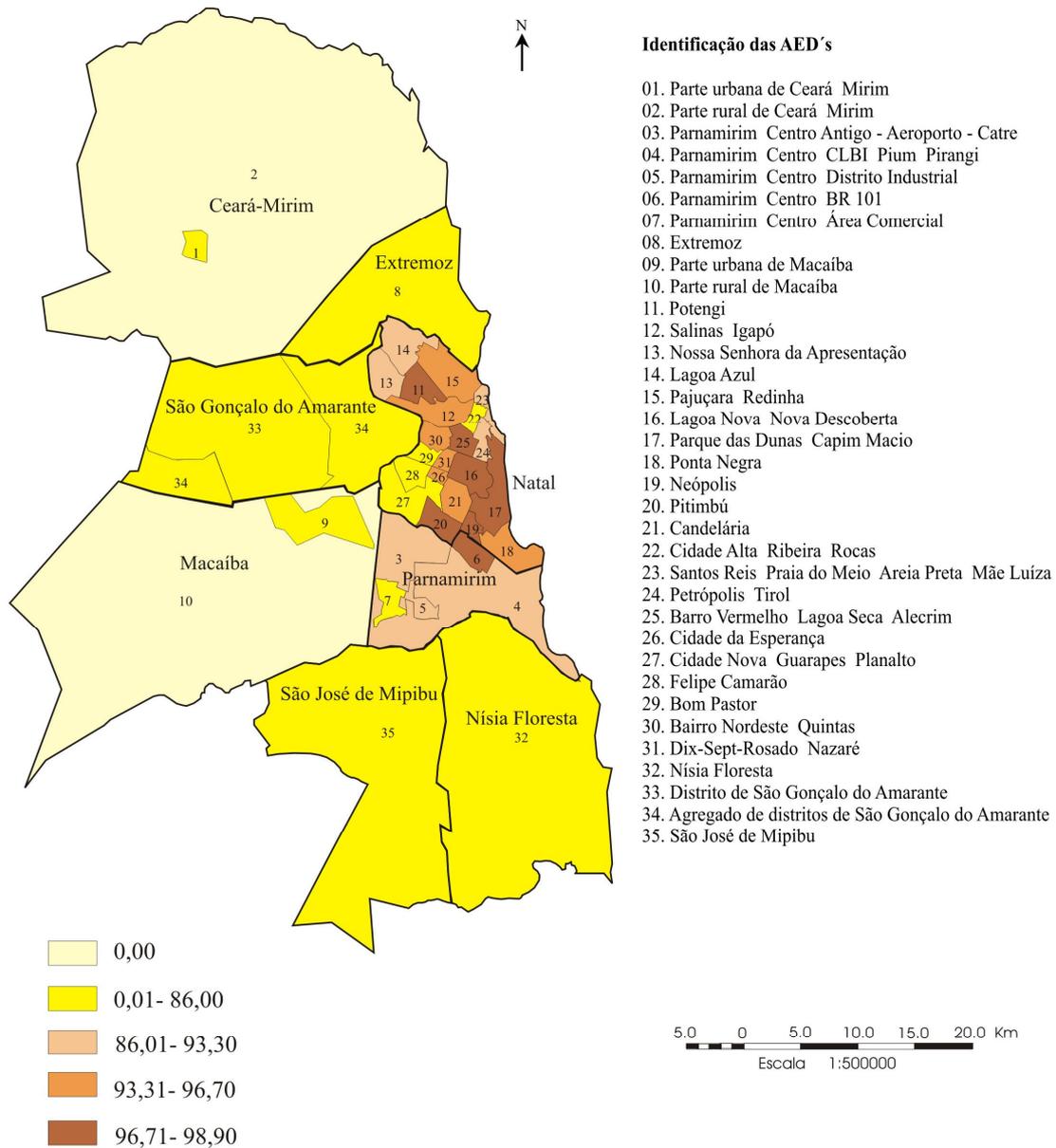
Extremoz, por seu lado, é um dos municípios com piores indicadores de inadequação e carência domiciliar: 8,1% dos domicílios não possuem sanitário, 38% apresentam carência na destinação do lixo e 19,8% com carência de instalação sanitária.

Como contraponto dessa situação sócio-espacial, as moradias tipo apartamento representam na Região Metropolitana os espaços de moradia preferenciais da elite; a distribuição dos apartamentos por AEDs revela a concentração dessa tipologia habitacional em AEDs da região leste e sul do pólo de Natal (faixa de 23,5% a 54,20%), principalmente em Petrópolis-Tirol, áreas tradicionais da cidade. Fora do pólo, destaque para a AED Parnamirim Centro-BR 101 com 39,5% de moradias tipo apartamento. Esse dado revela o transbordamento do mercado imobiliário da região sul de Natal para Parnamirim, em área limite. As demais AEDs estão localizadas na faixa de 0% a 3,9%.

Outro dado revelador da diferenciação sócio-espacial é o acesso a bens de uso difundido (mapa III.4.4). Nesse caso, o mapa revela os dados anteriores: na faixa de 86,91% a 95,60% estão as AEDs do pólo de Natal, nas regiões leste e sul da cidade, com transbordamento para a AED Parnamirim-Centro-BR 101. As AEDs que integram o município de Ceará-Mirim, Extremoz, São José do Mipibú e o Distrito de São Gonçalo estão na menor faixa, entre 42% a 65,40%, de acesso a bens de uso difundido.

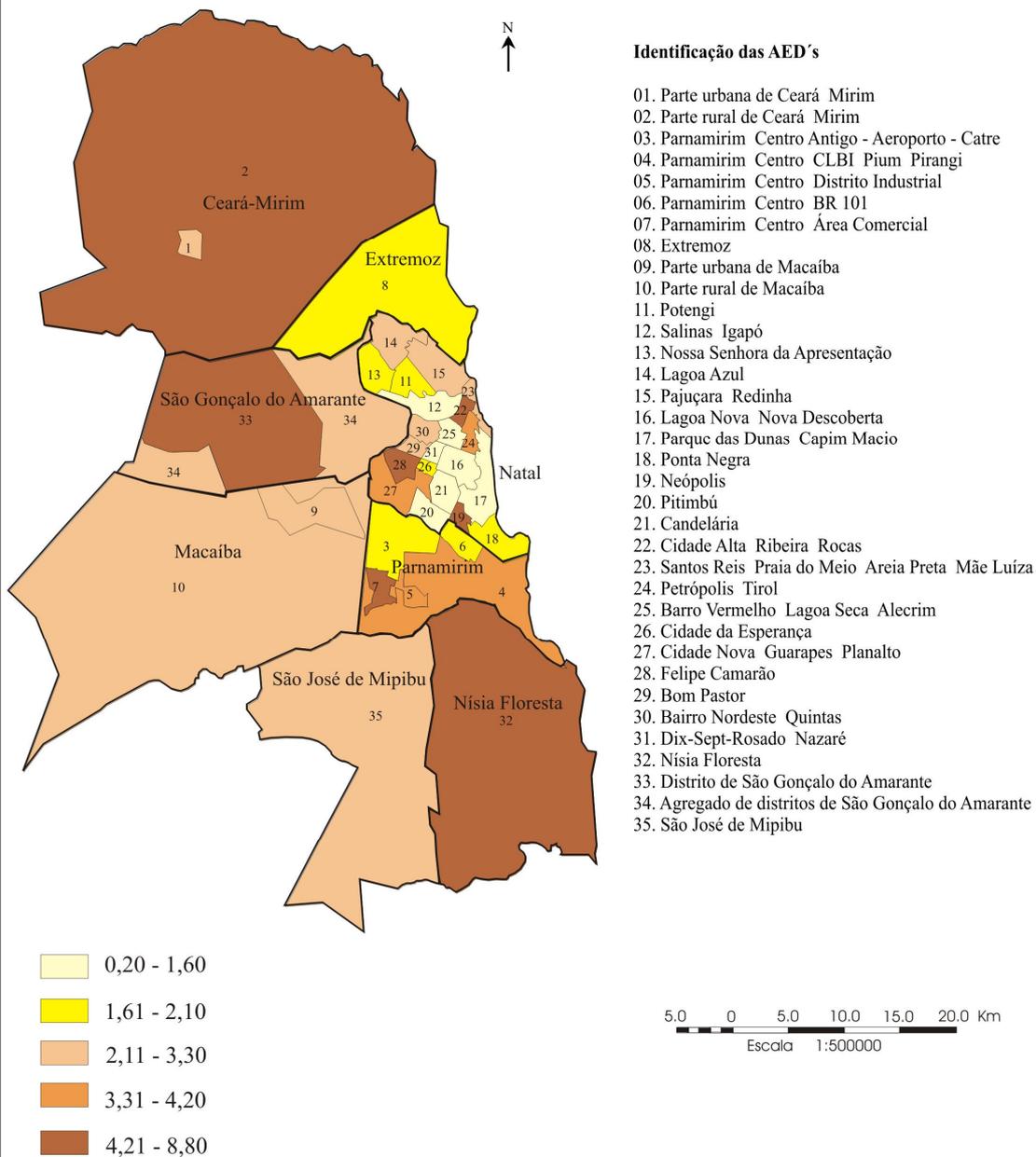
Considerando os dados acima, percebe-se claramente a desigualdade de acesso e a diferenciação sócio-espacial da Região Metropolitana de Natal: as moradias em melhor situação estão localizadas na área central ou sul do pólo (em oposição as AEDs nas regiões oeste e norte), com transbordamentos para o município de Parnamirim; socialmente, as moradias com menores acessos e maior grau de inadequação estão fora do pólo, principalmente em áreas rurais e também urbanas. Este fator revela a extrema concentração de bens, serviços, equipamentos e infra-estrutura em uma faixa específica de população e em espaços também pontuais; tais espaços configuram-se como pertencentes as melhores rendas, de interesse turístico ou imobiliário, em oposição aos espaços onde o quadro sócio-espacial é marcadamente da pobreza e da exclusão.

**DOMÍCIlios PARTICULARES PERMANENTES URBANOS COM ABASTECIMENTO ADEQUADO DE ÁGUA POR AED'S - RMNATAL - 2000.**



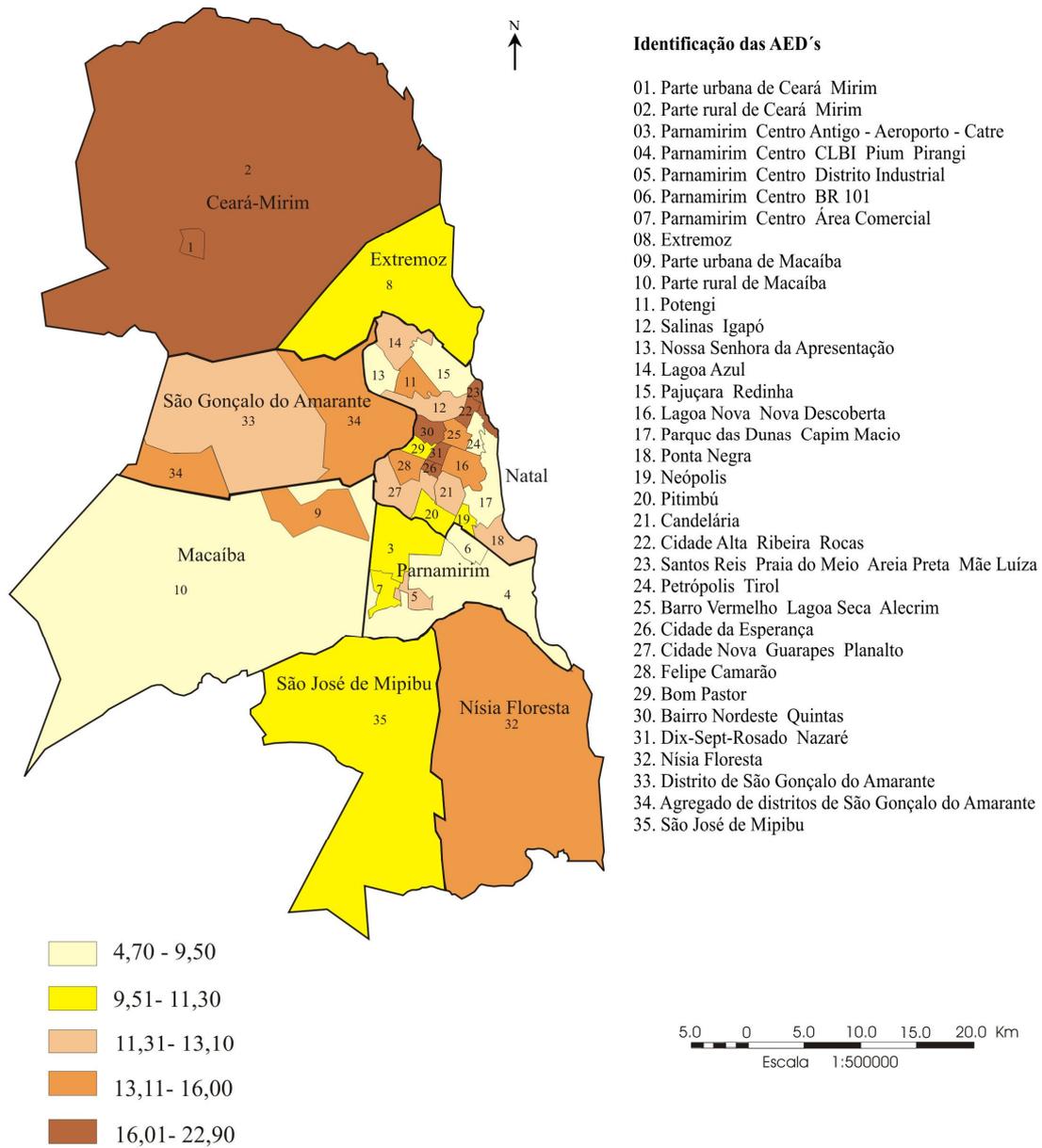
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

## PERCENTUAL DE DOMÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM TERRENO NÃO PRÓPRIO POR AED'S - RMNATAL- 2000.



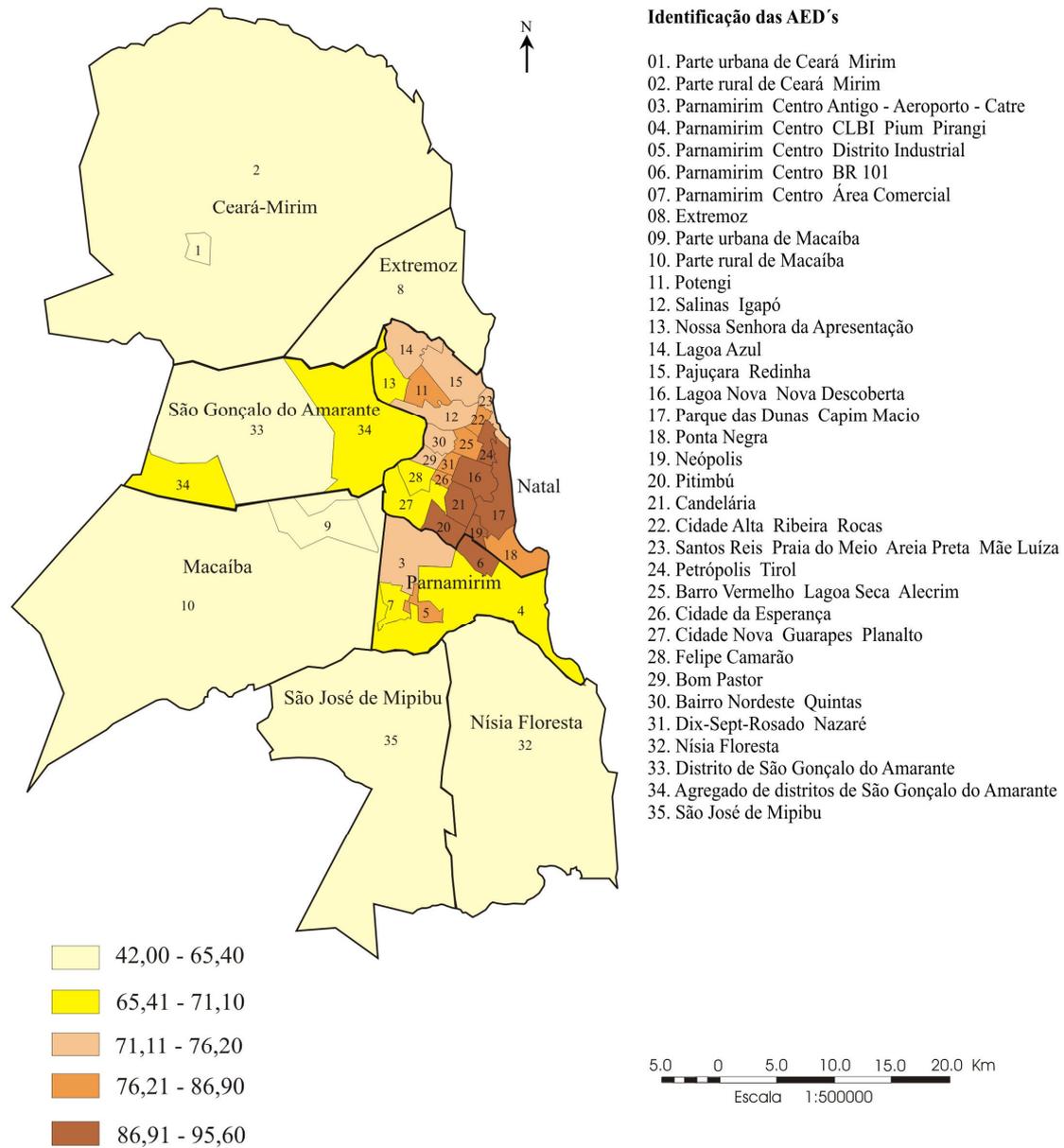
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

**DÉFICIT HABITACIONAL POR AED'S - RMNATAL - 2000.**



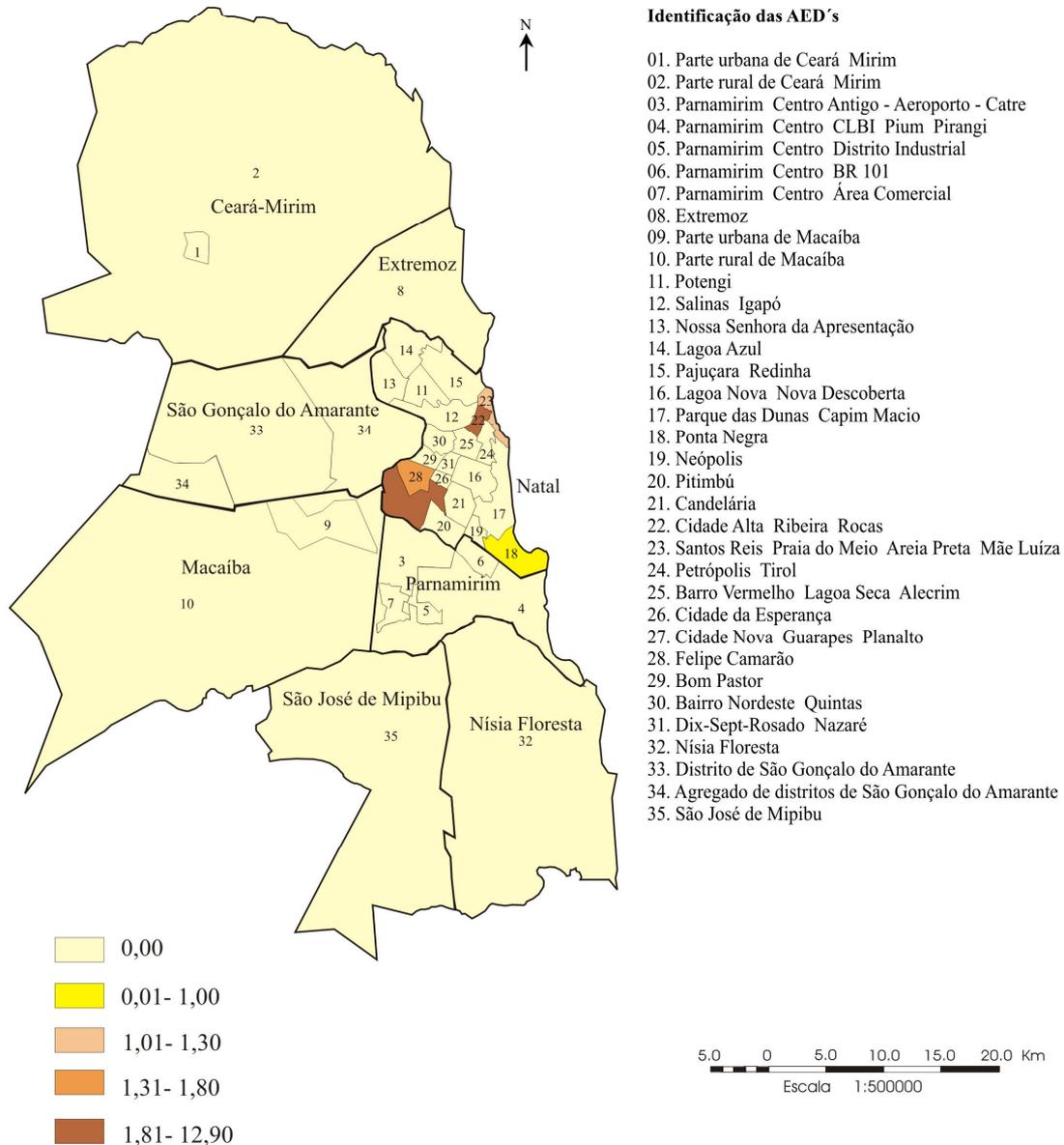
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

**PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS QUE POSSUEM TODOS OS BENS DE USO DIFUNDIDO POR AED'S - RMNATAL - 2000**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

**PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS  
POR AED'S - RMNATAL - 2000**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

### III. 5 – CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

A mobilidade populacional é um fator essencial para se observar como os espaços urbanos estão se constituindo, sobretudo, na análise da configuração dos territórios aproximando-os da realidade que os constituem. Já que a mobilidade dos indivíduos é um fenômeno que influencia o processo de mudança social na determinação territorial.

Atualmente, o processo de mobilidade agrega o movimento pendular, que se conforma como um fenômeno urbano-metropolitano em sua gênese, delineando a mobilidade das pessoas e dos serviços de transportes assistidos a população, que carece de estruturas político-governamentais que a promova.

Em termos de definição, o movimento pendular é fenômeno social, que delimita os fluxos de mobilidade entre as pessoas e os territórios, sendo influenciados pela estrutura urbana e serviços que os mesmos dispõem ou não na busca de absorção no mercado de trabalho ou acesso instituições educacionais mais diversificadas e especializadas.

No entanto, o movimento pendular, deve ser apreendido com uma alternativa mais abrangente a migrações, pois parte significativa dos movimentos populacionais com impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais não é caracterizada por uma mudança permanente ou semipermanente de sua residência, mas como movimentos pendulares, temporários ou de curta duração, (HOGAN, 1996, p.83).

A intensidade de fluxos pendulares exige a efetividade de um sistema de transporte eficiente e de qualidade, que permita a ampliação da integração entre os municípios e de toda estrutura social que caracteriza os territórios, dando mais mobilidade às pessoas e opções de escolhas para se deslocarem no espaço e território.

A análise dos dados privilegiou o recorte por municípios e nível de integração, os quais apontaram que a população metropolitana apresenta uma tendência de concentração populacional entre o município pólo e os demais municípios que a compõem. Tal relação é substantiada pelo intenso fluxo pendular, dirigidos, sobretudo em direção ao pólo, que caracteriza o chamado movimento pendular, um fenômeno migratório, diferente dos tradicionais fluxos de longos períodos.

Isso porque, o movimento pendular vem se caracterizando, sobretudo, como um fenômeno recorrente em áreas metropolitanas. No Brasil se constitui num fenômeno bastante expressivo em suas áreas metropolitanas ou de aglomerações urbanas, sendo fortemente, influenciado pela oferta e/ou demanda de postos de trabalho nos municípios, se

tornando um atrativo para as populações que tem mercado de trabalho restritivos ou poucos dinâmicos.

Nesse sentido, se observa que os fluxos pendulares na RMNatal, vem provocando impactos na estrutura urbana da região, delineando o seu território, porém é processado de forma diferenciada pelos seus oito municípios.

O percentual de pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência é bem expressivo entre os municípios de Macaíba, Extremoz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, que são os principais distritos industriais da região, expressando percentuais acima de 20% da população de 15 anos e mais que realizaram o movimento pendular no período em análise. Observa-se que Nísia Floresta com 45,8% e São José de Mipibú com 61,6% são os que apresentam percentuais bem inferiores aos demais que tem mais de 72% de sua população que se dirigem ao pólo. Sendo Parnamirim, o que mantém um fluxo mais intenso com 92,2% de sua população que se desloca do seu domicílio residencial para estudar e trabalhar no pólo (Tabela III.5.1).

Tabela III.5.1 - Municípios da Região Metropolitana de Natal segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular - 2000

Nível de Integração	Municípios	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B	D / C <sup>2</sup>
		Total (A)	Que trabalham ou estudam			(em %)	(em %)
			Total (B)	fora do município de residência <sup>1</sup> (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Baixo	Ceará-Mirim	40.288	21.865	3.188	2.475	14,6	77,6
Médio	Extremoz	12.717	7.066	1.847	1.569	26,1	84,9
Médio	Macaíba	36.461	20.803	4.681	3.406	22,5	72,8
Pólo	Natal	510.990	329.923	7.488	0	2,3	0
Baixo	Nísia Floresta	12.338	7.203	1.207	553	16,8	45,8
Muito Alto	Parnamirim	84.972	54.518	20.656	19.050	37,9	92,2
Alto	São Gonçalo do Amarante	45.443	26.883	9.559	8.521	35,6	89,1
Baixo	São José de Mipibu	22.606	12.897	1.498	923	11,6	61,6
	Total	765.815	481.157	50.124	36.496	10,4	72,8

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (1) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular.

(2) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

Do ponto de vista do nível de integração metropolitana, a mesma tendência dos dados abertos por municípios. O município pólo tem um percentual bem abaixo se comparado aos demais municípios da RM com apenas 2,3% da população acima de 15 anos e mais que trabalha ou estuda fora do seu local de residência. Já, nos municípios de nível muito alto se destacam por apresentar um intenso fluxo em direção ao pólo com mais de 92%. Tal tendência é seguida pelos demais municípios independentes de seu nível de integração metropolitana.

A análise dos dados de mobilidade espacializados por AED's nos permite observar os dados no nível intrametropolitano, nos quais se acentuam a tendência já vislumbrada nos dados observados por município e por nível de integração metropolitana.

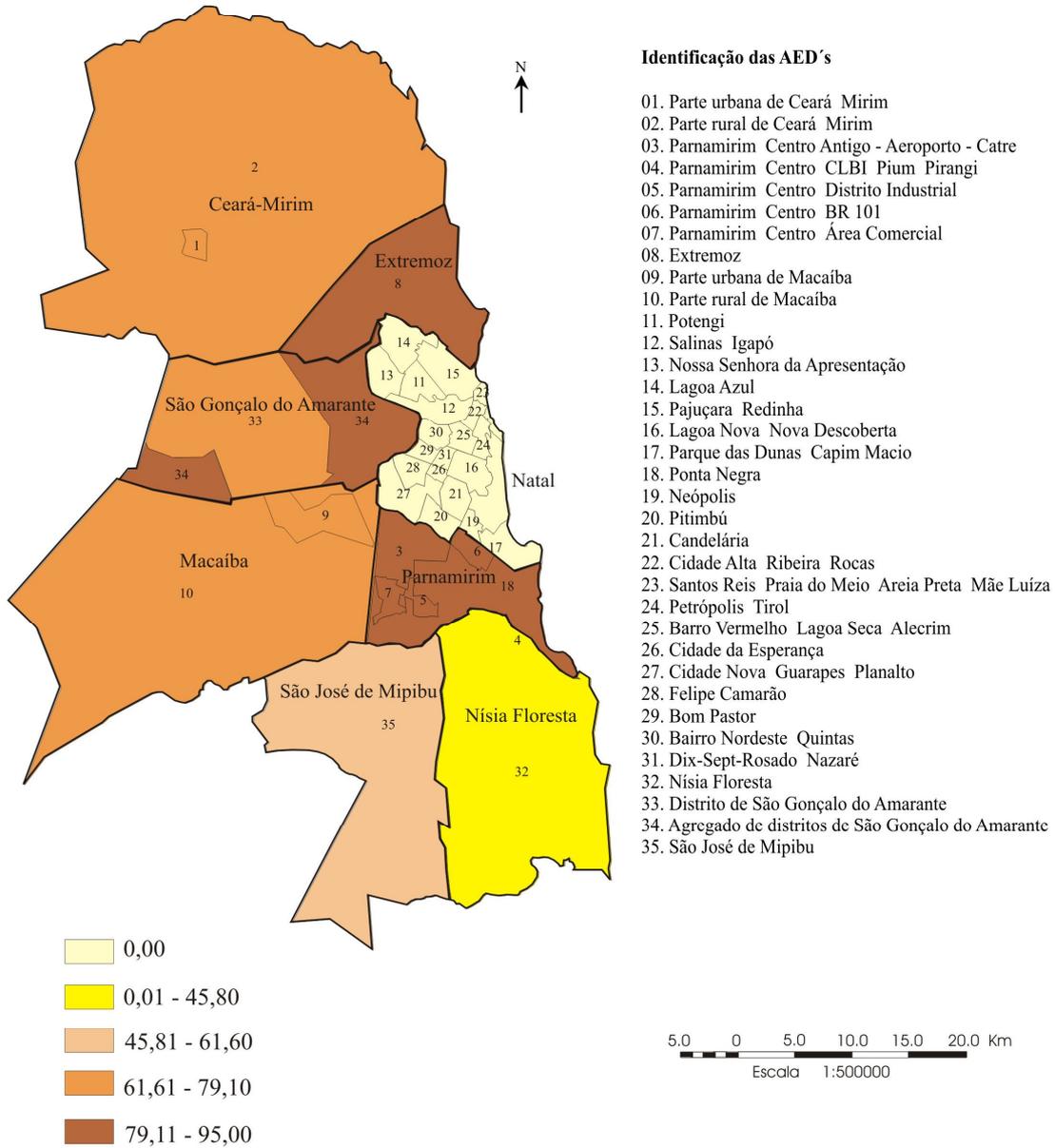
Não diferente, de outros contextos de forte aglomeração urbana, se observou que a RMNatal também apresenta significativos fluxos de movimentos pendulares, sobretudo em direção ao pólo. Sendo bastante significativo em todas as AEDs que compõem os municípios do entorno metropolitano, observados no Mapa 3.6.9.1 que aponta a proporção

de pessoas de 15 anos e realizaram movimento pendular, ou seja, se deslocaram para trabalhar ou estudar no pólo.

Analisando qual o destino das pessoas que realizaram movimento pendular percebe-se que ele é absolutamente dirigido a Natal, apresentando percentuais entre (79,11% a 95,00 %) de pessoas vindas de Extremoz, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim que se constituem nos espaços mais integrados ao pólo e acompanhado pelos demais municípios explicitados no **mapa III.5.1**. O movimento inverso é praticamente nulo, das AEDs de Natal em direção as demais AEDs que compõem o aglomerado urbano, acentuado o caráter concentrador do pólo em relação à periferia.

Apesar de o movimento pendular caracterizar os fluxos de mobilidade na região, a mesma apresenta forte carência na estrutura de transporte metropolitano. Tal falta de atenção política se verificou durante a coleta de informações primárias sobre os sistemas de transportes e atendimento à população, que, sobretudo, as rurais ficam isoladas, sem um acesso digno, dependendo de sistemas precários irregulares, do tipo lotação ou opcionais em veículos de menor porte.

**PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS QUE TRABALHAM OU ESTUDAM E REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR EM DIREÇÃO AO PÓLO METROPOLITANO POR AED'S - RMNATAL - 2000**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000. Adaptado pelo Núcleo RMNatal - Observatório das Metrôpoles, 2005.

### III. 6 – INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA

A violência se constitui num fenômeno social crescente nas cidades seja qual for o seu porte, grande, média ou pequena se constitui num problema de difícil solução, por está relacionado à estrutura de desigualdades social presentes nos territórios urbanos brasileiros e que se agravam nos espaços metropolitanos.

Na RMNatal, a violência também se comporta com um fenômeno social agravador da vulnerabilidade que sua população está sujeita, sendo preocupante os indicativos que apontam uma tendência de crescimento da violência.

Nesse sentido, os dados do SENASP, que tem como escala de análise as regiões metropolitanas no período de 1998 a 2002, teve um incremento nos números de homicídios por 100.000 habitantes registrados.

No caso, da RMNatal houve o acompanhamento desse incremento, sendo percentualmente bem inferior aos da demais regiões metropolitanas com o registro 0,70%. Significa observar que a violência um fenômeno social presente, mas em termos de proporcionalidade não tão acentuados como em outras metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Contudo, os dados sobre a taxa de homicídios por 100.000 habitantes na RMN apontou uma tendência constante de 20,8%, o que é um número bem elevado para a região se comparadas a outras de seu porte. No tocante ao comportamento da taxa de homicídios, percebe-se que a RMNatal ocupa uma posição abaixo se comparadas às demais metrópoles brasileiras.

A violência ganha contornos mais problemáticos quando se analise os dados de homicídios registrados relacionando-o com a causa morte derivada de armas de fogo que cresceu como causa morte, mas, sobretudo, nos anos de 2000 a 2001 ela aumentou de forma crescente, apesar de representar menos de 1% dos casos registrados para a RMNatal.

A taxa de homicídios levando em consideração a causa morte por armas de fogo é de 15,3% na RMNatal, conforme visualizamos na tabela III.6.1, o que é muito alto. Apesar da região ocupar uma posição abaixo das demais metrópoles em estudo, a tabela III.6.2 indica que esse tipo de homicídios apresenta uma taxa evolutiva crescente de 41,9% entre os casos registrados no período.

Apesar dos dados serem expressivos da violência na região, decorrente sem dúvida do agravamento do processo de concentração das desigualdades sociais, a mesma apresenta

indicadores bem abaixo das médias nacionais metropolitanas, no entanto, não significa a necessidade de atenção pública no seu tratamento, no sentido de criar alternativas as populações vulneráveis e assim reverte a perspectiva de crescimento da violência urbana no espaço metropolitano.

**Tabela III.6.1 - Distribuição da Taxa de Vítimas de Homicídios<sup>1</sup> Registrados pelo Ministério da Saúde por 100.000 Habitantes, nas Regiões Metropolitanas<sup>2</sup>, entre 1998 e 2002**

Regiões Metropolitanas	Taxa de Vítimas de Homicídios por 100.000 Habitantes				
	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>46,0</b>	<b>46,9</b>	<b>45,1</b>	<b>44,6</b>	<b>46,0</b>
Belém	25,2	17,9	18,3	20,2	23,6
São Luís	20,6	16,0	15,1	22,0	17,8
Fortaleza	17,7	21,6	24,8	23,6	26,2
Natal	18,3	21,3	20,8	20,1	20,8
Recife	80,9	74,2	72,0	81,3	69,4
Maceió	26,3	24,9	35,0	45,2	50,1
Salvador	34,9	19,5	28,0	31,1	38,4
Belo Horizonte	23,5	22,1	29,4	31,5	37,9
Vale do Aço	6,8	6,7	10,8	11,8	14,3
Vitória	92,5	85,1	71,2	70,7	80,4
Rio de Janeiro	64,7	64,1	55,9	53,3	60,2
Baixada Santista	56,3	65,2	60,7	52,7	57,2
Campinas	40,0	46,6	44,7	43,0	40,5
São Paulo	61,9	68,8	64,1	60,8	58,1
Curitiba	23,3	26,0	28,4	28,3	29,5
Londrina	15,4	14,5	17,3	24,9	31,1
Maringá	12,4	8,6	7,6	8,7	10,3
Carbonifera	6,6	5,4	5,5	5,4	8,4
Florianópolis	8,8	7,2	9,9	12,9	18,2
Foz do Rio Itajaí	9,9	10,7	10,3	15,1	20,3
Norte/Nordeste Catarinense	9,6	8,1	9,5	9,1	9,3
Tubarão	4,4	2,6	3,4	4,2	5,0
Vale do Itajaí	5,1	3,2	2,5	6,4	4,3
Porto Alegre	23,4	23,7	27,5	26,8	29,0
Goiânia	23,5	25,6	24,5	25,4	32,8
RIDE-DF	34,8	35,0	35,7	34,3	33,3

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública -SENASP /Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de pesquisa e Coordenação Geral de Análise de Informação/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde –FUNASA.

<sup>1</sup> Valores Absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação Sobre Mortalidades (SIM) – 1996 a 2002

<sup>2</sup>Forma Consideradas as Regiões Metropolitanas e os Núcleos Metropolitanos divulgados pelo Censo 2000 do IBGE e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

**Tabela III.6.2 - Distribuição do Número de Vítimas de Homicídios<sup>1</sup> Causados por Armas de Fogo Registrados pelo Ministério da Saúde, nas Regiões Metropolitanas<sup>2</sup>, entre 1998 e 2002**

Regiões Metropolitanas	Número de Vítimas de Homicídios Registrados						Percentual (%)
	1998	1999	2000	2001	2002	1998 a 2002	
Regiões Metropolitanas	18.159	19.187	21.672	22.861	23.318	105.197	100
Belém	243	179	189	229	266	1.106	1,1
São Luís	103	77	72	106	79	437	0,4
Fortaleza	255	301	423	391	446	1.816	1,7
Natal	104	99	149	158	167	677	0,6
Recife	2.198	2.119	2.150	2.448	2074	10.989	10,4
Maceió	189	192	245	349	411	1386	1,3
Salvador	848	509	663	831	1028	3.879	3,7
Belo Horizonte	685	431	990	1.139	1438	4.683	4,5
Vale do Aço	22	16	28	30	43	139	0,1
Vitória	981	943	821	819	999	4.563	4,3
Rio de Janeiro	5.108	5.131	5.152	4.912	5443	25.746	24,5
Baixada Santista	213	242	398	415	474	1742	1,7
Campinas	579	738	800	778	726	3.621	3,4
São Paulo	4.539	5.978	7024	7576	6706	31.823	30,3
Curitiba	399	461	495	529	588	2472	2,3
Londrina	56	47	69	119	177	468	0,4
Maringá	34	23	19	22	24	122	0,1
Carbonifera	10	8	10	11	16	55	0,1
Florianópolis	33	31	45	61	103	273	0,3
Foz do Rio Itajaí	14	19	19	36	38	126	0,1
Norte/Nordeste							
Catarinense	17	23	32	31	26	129	0,1
Tubarão	1	0	2	3	1	7	0,0
Vale do Itajaí	9	4	2	11	7	33	0,0
Porto Alegre	654	673	850	824	884	3885	3,7
Goiânia	201	253	272	299	409	1.434	1,4
RIDE-DF	664	690	753	734	745	3586	3,4

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública -SENASP /Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de pesquisa e Coordenação Geral de Análise de Informação/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde -FUNASA.

<sup>1</sup> Valores Absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação Sobre Mortalidades (SIM) – 1996 a 2002

<sup>2</sup>Forma Consideradas as Regiões Metropolitanas e os Núcleos Metropolitanos divulgados pelo Censo 2000 do IBGE e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

## **IV – CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS**

### **IV. 1 – Quadro Institucional da Gestão e Representação em Conselhos**

Neste item apresenta-se a análise institucional das estruturas de gestão metropolitana. A rigor, são insipientes as iniciativas de gestão metropolitana na RMN. O que existe é uma recente legislação que apresenta uma situação política reveladora das dificuldades de sua implementação. Um ponto que merece destaque na legislação é a criação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, vinculado à Secretaria de Planejamento Estadual.

A criação do Conselho revestiu-se da maior importância haja vista ser de sua competência a gestão metropolitana, dada a sua condição de conselho deliberativo. Entretanto, até o presente às ações do Conselho foram limitadas a debates que somente reconhecem a necessidade conjunta das ações referentes aos problemas da RMN debitando ao governo estadual as dificuldades para o avanço das ações cooperadas. Foi criada recentemente no âmbito Estadual uma Coordenadoria Técnica para assessorar e secretariar o Conselho. Mesmo assim, as ações são desenvolvidas de forma desarticulada e os municípios cuidam de seus problemas particulares.

Apesar de surgir como uma forma positiva de gestão metropolitana, o Conselho teve até hoje uma atuação muito limitada e reduzida. Pouco se reuniu no passado, sendo a primeira reunião, em 2001. Atualmente, há iniciativas por parte do governo estadual e do município de Natal para fazê-lo funcionar. As cinco reuniões efetuadas entre 2004 e 2005 têm sido precedidas de divulgação e debates na imprensa acerca da necessidade de construir-se um “projeto metropolitano” para Natal consubstanciado na idéia da formulação de um “Plano de Desenvolvimento Sustentável”. Mesmo assim, observa-se a pouca importância dada ao Conselho e a falta de uma visão mais ampla e compartilhada para solução dos problemas metropolitanos.

Conforme cresce a RM agudizam-se os problemas referentes à questão ambiental (utilização e preservação de recursos hídricos, principalmente), ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo. As questões do lixo juntamente com a gestão do uso do solo são os problemas que mais têm demandado iniciativas conjuntas. No entanto, sua resolução permanece dependente de iniciativas isoladas das prefeituras e dos burocratas das

secretarias de governo. Do ponto de vista dos programas governamentais, tem sido executado em alguns municípios da RMN o PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial) e o Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo), frutos de parcerias entre o governo estadual e o federal e a iniciativa privada.

A implantação desses programas de forma desarticulada reforça a necessidade de fazer funcionar, de fato, o Conselho Metropolitano. Como exemplo dessa desarticulação e dos prejuízos que ela pode causar aponta-se a construção do novo aterro sanitário em 2003. A criação do Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal, como idéia proposta nas reuniões do Conselho, foi desenvolvida sem que as deliberações ocorressem dentro deste, mas sim, fora dele; as negociações aconteceram somente entre os municípios envolvidos (Natal e Ceará Mirim), enfatizando ainda mais a gradativa não utilização desse espaço de deliberação política.

A ausência de funcionamento do Conselho, de operacionalização de mecanismos institucionais com visão metropolitana, de articulação política com interesses metropolitanos, faz com que a chamada Região Metropolitana de Natal não exista realmente no que tange ao aspecto da gestão de políticas públicas.

A solução aos problemas ditos metropolitanos ou de “interesse metropolitano” são buscados pela negociação entre municípios, de forma desarticulada e orientada por interesses próprios de cada ente municipal. No geral o pólo metropolitano (Natal) e entre um ou mais municípios de sua periferia urbana. Desse modo, permanece uma grande lacuna no que se refere às experiências de gestão conjunta dos problemas de interesse comum. Os problemas oriundos da coleta de lixo, limpeza das praias, localização de cemitérios, remoção do aterro sanitário e tarifas de transporte intermunicipais, continuam em aberto por não haver iniciativas de ações conjuntas na área.

A necessidade de prestação de serviços de saúde, educação, transporte, segurança e limpeza pública, representam uma forte sobrecarga de serviços ao serem prestados pela capital. Terminam por acirrar os impasses nos espaços de limitação entre um município e outro. Há, por conseguinte, necessidade de implementação efetiva da legislação de modo a proporcionar a RMN uma gestão metropolitana aos moldes de outras existentes no Nordeste, ampliando as possibilidades de resolução de problemas, otimizando recursos e realizando um planejamento compatível com as necessidades da área em questão.

Com o agravamento dos problemas comuns aos municípios da região o governo do estado publicou em 1994 a Lei Complementar nº 119/94 que institui a regionalização do Rio Grande do Norte, prevendo a criação da Região Metropolitana de Natal. Na ausência

de um conjunto de instrumentos que incidam sobre a RMN acaba sempre por “valer” legislações aplicáveis a todo o estado ou aquelas de âmbito municipal, principalmente relacionadas ao controle e a preservação ambiental e os de uso e ocupação do solo.

Em relação ao meio ambiente essas legislações se apresentam como diretrizes orientadoras mas que ainda precisam avançar nos procedimentos de sua aplicação. Esses instrumentos demandam regulamentação que definam efetivos mecanismos de controle. Em geral as diretrizes estabelecidas pela legislação federal são repetidas como tal pelo estado e municípios.

Quanto ao uso e ocupação do solo vários instrumentos incidem sobre o espaço urbano, com destaque para a Lei nº 6.766/79 que trata do parcelamento do solo, e que vem sendo utilizada pelos municípios que não têm instrumentos próprios, com exceção de Natal e Parnamirim. Dos oito municípios constituintes da RMN 05 possuem Planos Diretores (Natal, Parnamirim, Extremoz, Nísia Floresta e Ceará-Mirim) e 02 apresentaram propostas para revisão/elaboração nos editais 2004/2005 do Ministério das Cidades (Macaíba e São Gonçalo do Amarante), ficando de fora apenas São José de Mipibu.

Em Parnamirim, constata-se um quadro de legislação urbanística desatualizado frente ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal (artigos 192 e 195). Em Natal, desde 1901 existe legislação urbanística. O atual Plano Diretor – Lei Complementar nº 07/94 – avançou na adoção de parâmetros urbanísticos, possibilitando a isonomia quanto à apropriação do solo urbano, provocando mudanças na apropriação dos benefícios públicos pelos diversos agentes. Avançou ainda na visão do Planejamento da cidade devendo esse ser orientado pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido estabelece áreas da cidade que, por suas características sociais, culturais, históricas e ambientais, merecem tratamento diferenciado. Neste aspecto destacam-se as Áreas de Interesse Social, as Áreas de Operação Urbana e as Áreas de Proteção Ambiental. Entretanto, o Plano diretor de Natal carece de detalhamento e regulamentação previsto na própria Lei e nunca realizado. Atualmente encontra-se em curso um processo de sua revisão. Isso tem gerado muitos conflitos, principalmente entre a prefeitura, os empresários imobiliários e as ONG's que atuam no município, também na questão ambiental.

Um outro ponto que merece ser pensado com muita urgência se refere à disciplina ambiental e de uso e ocupação do solo no espaço costeiro. Na medida em que o turismo se consolida como importante atividade econômica esse problema se agrava uma vez que nem o estado nem os municípios costeiros contam com regulamentação específica. Um

exemplo, é a tentativa de constituição de um consórcio para recuperação do rio Pitimbu (banha Macaíba, Parnamirim e Natal).

Muitos são os problemas já detectados no Rio Pitimbu, dos quais se destaca a ocupação irregular do solo (especulação imobiliária e instalações industriais em área ambientalmente sensível) -Degradação ambiental (destruição das matas ciliares, erosão acentuada nas margens do rio) - Poluição doméstica, agrícola e industrial (associado ao descarte inadequado de esgotos domésticos e industriais, uso incorreto de defensivos agrícolas, construção de curtumes, matadouros, pocilgas e currais nas proximidades do leito) - Barramentos irregulares (que alteram significativamente o curso normal das águas do rio).

Entre as dificuldades enfrentadas na implementação do novo modelo no qual são os Estados Federados que criam institucionalmente as metrópoles, prevalece ainda no governo do RN e entre os prefeitos uma visão tradicional, de municipalismo autárquico, essencialmente local, que dificulta ou se opõe à visão regional. Essa lacuna começou a ser preenchida em 2001 com a criação do Parlamento Comum da Região que envolve a participação dos 113 vereadores de todas as Câmaras Municipais. Os vereadores, na sua opção política de instituir o Parlamento, foram guiados “pelos princípios federativos, pela autonomia municipal e pela independência harmônica das instituições políticas e jurídicas, que exercem as funções e poderes outorgados pelo povo” (Parlamento Comum, Regimento Interno). Estabelecem o acordo de vontades com base em orientações jurídicas e políticas e apoiados pela democracia representativa adotada no país, pelas Constituições Federal, Estadual e Leis Orgânicas Municipais e na Lei Complementar 152/97 do estado do Rio Grande do Norte que cria a Região metropolitana de Natal. Aprovam o Tratado “pelo bem comum e desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana de Natal” (idem, ibidem).

O órgão é destituído de sede fixa e tem caráter eminentemente político, não se sobrepondo às Casas Legislativas dos municípios que as integram e função meramente sugestiva. Trata da agenda sistêmica e tenta influenciar a agenda de decisões dos governos estaduais e dos municípios metropolitanos. Reivindica para si um novo papel: o de organizar a agenda metropolitana. É um fórum apropriado para debater problemas comuns e encaminhá-los às instâncias competentes para resolvê-los.

O Parlamento Comum tem se revelado uma instância muito dinâmica na solução dos problemas metropolitanos em Natal. Através de vários eventos – reuniões, seminários - vem construindo e negociando com outros segmentos e instituições sociais uma Agenda Metropolitana. Chama atenção a ênfase dada à solução de problemas contemporâneos que

supostamente afetam mais decisivamente as grandes metrópoles. A ênfase, dada à segurança pública, ao transporte e à questão ambiental, é exemplo de que esses problemas independem do tamanho da metrópole. Não resta dúvida que a proposta de criação do Parlamento Comum foi bem sucedida considerando: a) facilidade com que foram mobilizados os vereadores em torno da idéia; b) a construção coletiva dos documentos que o formalizam e o finalizam: o Tratado Metropolitano e a Carta de Vereadores; c) o reconhecimento de sua existência política através da conquista de assento no Conselho de Desenvolvimento Metropolitano; d) no envolvimento da sociedade civil na formulação de suas propostas; e) na continuidade e regularidade de seu funcionamento e das negociações políticas bem sucedidas.

Poder-se-ia inadvertidamente dizer, que sua construção é muito limitada. Visa tão somente organizar o debate e a discussão de uma agenda metropolitana que seria encaminhada às instancias competentes para encaminhamento e solução. Entretanto, pouco podendo fazer diretamente, desempenha relevante papel político na construção de um pacto territorial.

Dando seqüência a “idéia guia” de construção do pacto territorial, a instalação do Conselho do Pólo Costa das Dunas vem constituindo-se num espaço para planejar, deliberar e viabilizar iniciativas que concorram para o desenvolvimento do setor turístico, caracterizados por forte senso de co-responsabilidade e parceria institucional. Conta com a participação efetiva de diversos segmentos econômicos e sociais: Governo Federal; governos estaduais e municipais; Terceiro Setor - ONGs ambientais/sociais, universidades, centros de pesquisa, associações comunitárias; setor privado - entidades de classe, “trade” turístico, e instituições do sistema "S". Criado em 1999 o Pólo Costa das Dunas integra 16 municípios do Rio Grande do Norte situados ao sul e ao norte a partir de Natal, quase todos litorâneos. Abrange uma área maior que a metropolitana, englobando-a, porém. Desde sua instalação o Conselho vem atuando num processo de desenvolvimento regional do turismo dito sustentável. Sua atuação vai além das esferas governamentais, atingindo outros setores importantes para o desenvolvimento da atividade turística, que vivencia forte expansão no Rio Grande do Norte, particularmente na área metropolitana de Natal.

## **V. DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS**

Nesta parte do trabalho o aspecto focalizado é a capacidade financeira dos municípios da RMNatal para fazer frente à ampliação de responsabilidades no atendimento das demandas sociais. Para tanto realiza-se sinteticamente uma análise estática de alguns indicadores de finanças dos municípios que compõem a RMN. Embora seja problemático apresentar um único exercício financeiro, compensou-se a análise com a proximidade temporal à realidade atual com os dados de 2003. Intenta-se colaborar com os gestores municipais para melhorar as contas públicas sem colocar em xeque a capacidade dos municípios responderem à crescente demanda de gastos.

Coloca-se certamente um grande desafio, que ganha dimensão quando se tem presente o processo de urbanização do RN e a necessidade de oferta de serviços públicos. O movimento da metropolização em Natal tem levado a que municípios menores acabem delegando a responsabilidade por ofertar serviços sociais fundamentais ao pólo regional. Isso traz implicações sobre a qualidade dos serviços, dado que a capital é forçada a ofertar um volume de serviços maior que o número de seus habitantes, sem qualquer contrapartida financeira.

### **V.1 - Distribuição das atividades econômicas e da População dentro da RMN**

O ponto de partida da análise é o estado do Rio Grande do Norte no período 1999-2002. Nesse período, a população estadual experimentou um incremento médio de 1,43% ao ano, passando de um total de 2.760.342 para 2.880.425 pessoas. Esta dinâmica populacional permitiu que a população estadual representasse sem maior oscilação 1,63%, do total da população brasileira. No que concerne ao produto interno bruto, a participação estadual no PIB brasileiro que fora da ordem de 0,79% em 1999 atinge, em 2002, 0,86% da produção nacional. Ou seja, verificou-se no período uma expansão contínua do PIB. O produto interno bruto do Rio Grande do Norte apresentou a cifra de R\$ 7,6 bilhões, em 1999, e manteve sua trajetória ascendente de modo a atingir uma magnitude produtiva da ordem de R\$ 11,6 bilhões em 2002 (RIBEIRO e GARSON, 2004)

Na abordagem da Região Metropolitana de Natal é importante chamar atenção para o papel central exercido por esta Região Metropolitana, no que diz respeito à concentração relativa tanto da população quanto dos meios de produção e da infra-estrutura de prestação de serviços e que se expressam na composição do produto interno. A tabela V.1.1

apresenta a participação dos municípios no PIB da RM e do estado. Mostra a participação de cada município no espaço urbano. Em seguida é calculada a participação do município no PIB do estado.

**Tabela V.1.1 - Participação dos municípios no PIB do Espaço Urbano e do Estado**

Município	Espaço Urbano (%)				ESTADO (%)			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002
Ceará-Mirim	2,3	2,5	2,1	2,3	1,2	1,2	1,1	1,1
Extremoz	1,6	1,6	1,9	1,8	0,8	0,8	0,9	0,9
Macaíba	3,9	5,1	5,1	4,3	2,0	2,5	2,6	2,1
Natal	71,2	67,7	70,9	72,1	36,7	33,4	35,8	34,5
Nísia Floresta	0,9	0,9	0,9	1,0	0,5	0,5	0,4	0,5
Parnamirim	10,1	11,5	10,2	11,0	5,2	5,7	5,2	5,3
São G. do Amarante	8,9	9,1	7,5	6,1	4,6	4,5	3,8	2,9
São José de Mipibu	1,3	1,5	1,3	1,4	0,6	0,8	0,7	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>51,6</b>	<b>49,4</b>	<b>50,4</b>	<b>47,9</b>

Fonte: GARSON e RIBEIRO, 2004.

Como pode ser observado a RM Natal concentra cerca de 50% do PIB do RN, sendo que somente a Capital concentra 35%. Os municípios de Parnamirim e São Gonçalo que abrigam os dois distritos industriais mais importantes complementam essa centralidade do PIB regional. Se desdobrados os dados para a população de cada município, Natal concentra 64% (dados de 2002) da população regional, seguido de Parnamirim com 12,2% e São Gonçalo com 6,6%.

**Tabela V.1.2 - Participação dos municípios na População do Espaço Urbano e do Estado**

Município	População e Participação no Espaço Urbano								Participação no Estado (%)			
	1999		2000		2001		2002		1999	2000	2001	2002
	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%				
Ceará-Mirim	61.957	5,7	63.086	5,7	64.222	5,6	65.370	5,6	2,24	2,25	2,26	2,27
Extremoz	19.361	1,8	19.870	1,8	20.383	1,8	20.901	1,8	0,70	0,71	0,72	0,73
Macaíba	54.363	5,0	55.620	5,0	56.885	5,0	58.163	5,0	1,97	1,99	2,00	2,02
Natal	707.215	65,1	718.806	64,6	730.468	64,2	742.258	63,8	25,62	25,67	25,72	25,77
Nísia Floresta	18.808	1,7	19.369	1,7	19.934	1,8	20.505	1,8	0,68	0,69	0,70	0,71
Parnamirim	121.896	11,2	128.646	11,6	135.438	11,9	142.301	12,2	4,42	4,59	4,77	4,94
São G. do Amarante	68.647	6,3	71.288	6,4	73.946	6,5	76.632	6,6	2,49	2,55	2,60	2,66
São José de Mipibu	34.604	3,2	35.348	3,2	36.096	3,2	36.852	3,2	1,25	1,26	1,27	1,28
<b>TOTAL</b>	<b>1.086.851</b>	<b>100,0</b>	<b>1.112.033</b>	<b>100,0</b>	<b>1.137.372</b>	<b>100,0</b>	<b>1.162.982</b>	<b>100,0</b>	<b>39,37</b>	<b>39,71</b>	<b>40,05</b>	<b>40,38</b>

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA, PNUD.

Um aspecto merecedor de destaque é que, sem exceção, todos os municípios experimentaram elevações de participação relativa na população estadual. Além disso, vale enfatizar que embora não se trate do município da Região Metropolitana com o maior incremento populacional no período, o município de Natal isoladamente, em todos os anos em foco, concentrou mais de  $\frac{1}{4}$  da população do Rio Grande do Norte. Quanto à participação relativa dos distintos municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal, constata-se que em decorrência dos mais elevados acréscimos experimentados em suas respectivas populações, ao longo do período em tela, os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante foram os que registraram os maiores avanços nas respectivas participações relativas na população total da Região Metropolitana (tabela V.1.2). Nesse aspecto, ainda vale ressaltar que o pólo metropolitano, em decorrência do reduzido incremento populacional comparativamente ao conjunto dos municípios, experimentou redução na participação relativa na população do espaço metropolitano em foco. O contraponto a ser feito é que apesar da perda de participação relativa, tal participação continuou sendo fortemente expressiva, cerca de 64% da população da Região Metropolitana.

Quanto à dinâmica produtiva, expressa pela expansão do produto interno bruto, constata-se que, no período 1999/2002, apenas o município de São Gonçalo do Amarante apresentou declínio na produção real, da ordem de 8,9% ao ano. Os demais municípios lograram acréscimos nos respectivos PIB's, sendo o menor incremento o ocorrido no município-pólo, 3,7% a.a., e o mais elevado no município de Extremoz, da ordem de 8,9%

a.a. As distintas performances estaduais propiciaram que no todo a Região Metropolitana de Natal se expandisse a uma taxa média anual de 3,28% no mesmo período. Assim, constata-se que o maior dinamismo produtivo ocorrido na Região Metropolitana materializou-se fora do pólo metropolitano.

Além disso, a existência de vetores de crescimento cujos efeitos atuam principalmente fora da Região Metropolitana fez com que esta perdesse participação na produção global do estado. A esse propósito é necessário apenas mencionar que, embora com oscilações, a participação relativa da Região Metropolitana na produção estadual apresentou tendência declinante no curto período em pauta, passando de 51,6%, no ano de 1999, para 47,9% do produto interno estadual, em 2002.

No interior da Região Metropolitana, as distintas performances produtivas promoveram alterações das participações municipais na composição do produto interno bruto. No período descrito, o município de São Gonçalo do Amarante, embora tenha mantido a terceira maior parcela do PIB metropolitano, experimentou expressiva perda, passando de 8,9 para 6,1%. Ceará-Mirim, por sua vez, manteve sua participação inalterada, em um patamar de 2,3%. Os demais municípios ganharam participação no contexto da produção metropolitana, entretanto, ressalta-se o município de Extremoz pelo maior dinamismo, propiciou que sua diminuta participação fosse ampliada e os de Natal e Parnamirim por haverem detido as maiores parcelas do PIB regional, sendo que em todos os anos, Natal concentrou cerca de 70% e Parnamirim de 10 a 11% do valor da variável em foco.

Com vistas a proporcionar uma breve visão setorial da atividade econômica abordada-se, a seguir, o valor adicionado na Região Metropolitana no ano de 2002. Em primeiro lugar, destaca-se que, neste ano, apenas 2,1% do valor adicionado teve origem na agropecuária, sendo 39,9% gestados na indústria e 58% no setor de serviços.

Além de haver apresentado participação irrisória no valor adicionado da Região Metropolitana, a agropecuária foi o único setor que não exerceu preponderância em nenhum dos municípios. Ainda assim, é importante mencionar que em São José de Mipibu, Ceará-Mirim e Nísia Floresta, este setor atingiu as maiores participações na composição do valor agregado, sendo de 13,2%, 16,5% e 19,8%, respectivamente. Os municípios preponderantemente industriais, em ordem crescente, foram: Parnamirim, 50,9%, Extremoz, 50,1%, São Gonçalo do Amarante, 52,2%, e Macaíba, 57,2%. Já o setor de serviços teve participação predominante nos municípios de Nísia Floresta, 55,5%, Ceará-Mirim, 59,4%, São José de Mipibu, 60,2%, e Natal, 62,8%.

Quanto à participação dos municípios para o valor agregado por setor, constata-se que nos casos dos setores industrial e de serviços houve predomínio absoluto do município de Natal, sendo de 65,4% sua participação no valor originário do primeiro setor e de 76,6%, no caso do segundo. Embora se trate de uma participação muito distante da ocorrida no pólo metropolitano, os municípios de Parnamirim e de São Gonçalo do Amarante assumiram, respectivamente, a segunda e terceira posições na composição do valor agregado em ambos os setores. Com relação à diminuta agropecuária, as participações apresentaram-se bastante diluídas, de qualquer modo vale destacar que os municípios com as maiores participações na formação do valor agregado no setor foram Ceará-Mirim e Parnamirim com 21,3% e 20,4%, respectivamente.

Partindo-se das dinâmicas populacional e produtiva acima apresentadas, é possível empreender também, ainda que em caráter geral, breves considerações sobre o comportamento do produto interno bruto per capita na Região Metropolitana de Natal. A constatação inicial é que o PIB per capita neste espaço metropolitano e em cada um dos seus municípios constitutivos apresentou comportamento oscilatório no período estudado. Do primeiro para o segundo ano, todos os municípios experimentaram em proporções distintas acréscimos na variável em foco. Do segundo para o terceiro ano, apenas Extremoz e Natal lograram incremento e do terceiro para o quarto ano, quatro municípios obtiveram acréscimo e, por conseguinte, os outros quatro experimentaram declínio no produto por pessoa. Desse comportamento ciclotímico, o resultado foi que para a Região Metropolitana tomada conjuntamente, o incremento médio anual no período foi de apenas 0,73%.

Quanto aos municípios, a princípio, merece ser destacado o fato de que os maiores incrementos médios anuais ocorreram em dois municípios que mantêm baixo nível de integração com o pólo (São José de Mipibu e Nísia Floresta) e em um município com média integração (Extremoz, melhor desempenho). O município-pólo (Natal) obteve a quinta maior taxa de crescimento, o município com nível de integração muito alto (Parnamirim) conseguiu a última dentre as taxas positivas e o município com alto nível de integração (São Gonçalo do Amarante) foi o único que experimentou declínio, registre-se, muito acentuado, ao longo do período.

Por fim, merece ser destacado que o município de São Gonçalo do Amarante foi o único que nos três primeiros dos quatro anos em destaque suplantou o PIB per capita registrado no pólo metropolitano. Ademais, que embora se trate de um período muito curto, os dados sugerem uma “convergência” do valor do PIB per capita, nos municípios com maior nível de integração, para o valor registrado em Natal. Entretanto, deve-se

ressalvar que no caso dos municípios com baixo nível de integração, que são também, aqueles em que a agropecuária assumiu maior relevância, apesar dos ganhos relativos experimentados, os valores absolutos encontraram-se muito distante do valor registrado no município-pólo e na Região Metropolitana de Natal.

Tomando o PIB per capita em 1996, observa-se que as cidades da RMN guardam significativas diferenças. A tabela V.1.3 apresenta a média do PIB per capita das cidades da RMNatal incluindo ou não o pólo. Para avaliar o grau de homogeneidade entre cidades utilizou-se o coeficiente de variação, onde o desvio padrão é expresso como uma percentagem da média, de forma a possibilitar que as variabilidades relativas sejam comparáveis, quais quer sejam as distribuições (RIBEIRO e GARSON, 2004 ).

**Tabela V.1.3 - Regiões Metropolitanas - PIB PER CAPITA/1996\***

Região Metropolitana	Número de Cidades	TOTAL REGIÃO		Demais Cidades (Exceto cidade núcleo)	
		Média PIB per capita	Coeficiente de variação	Média pib per capita	Coeficiente de variação (%)
Natal	8	2,52	70	1,98	57

Fonte: P.2 apud IPEA, elaborada por Ribeiro

\* Valores a preço de 2000 com deflator implícito

Observe-se, ainda, a diferença entre as rendas per capita para os municípios metropolitanos. Ao excluir Natal que apresenta PIB per capita de 6,29 mil reais (valores a preço de 2000 com deflator implícito) o coeficiente de variação muda bastante indicando que a dispersão em torno da média se deve não só à diferença à diferença de Natal mais também dos municípios industriais de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, ambos com PIB per capita acima de 3,5 mil (tabela V.1.4)

**Tabela V.1.4 - População e Pib Per Capita**

<b>Município</b>	<b>População 2004</b>	<b>Tx Cresc 2000 2004</b>	<b>PIB PER CAPITA (R\$ MIL/2000)</b>
Natal	766.081	1,84	6,29
Ceará-Mirim	67.692	2,05	1,17
Extremoz	21.948	2,91	1,37
Macaíba	60.749	2,57	1,31
Parnamirim	156.181	5,79	3,59
São Gonçalo do Amarante	82.063	4,27	3,9
São José de Mipibu	38.381	2,4	1,05

Fonte: Ribeiro e Garson, 2004

Sabe-se que como regra geral, o orçamento municipal é afetado pelo tamanho e composição de sua base econômica, pelo tamanho da população, pela condição ou não de capital administrativa de estado federado e pela capacidade de se habilitar e cumprir exigências necessárias ao recebimento de transferências negociadas com as demais esferas governamentais (RIBEIRO e GARSON, 2004 ).

Os municípios da RMNatal com dados disponíveis de finanças municipais em 2003 são 07 (tabela V.4). Apesar da proximidade física e do intenso movimento de seus cidadãos enquanto produtores e consumidores, as cidades metropolitanas diferem bastante em relação a Natal e mesmo entre os demais em sua estrutura financeira.

## V.2 - A receita e a despesa da RMN

A tabela V.2.1 apresenta os indicadores de estrutura e vinculação da receita municipal. Fica clara a diferença entre a capital e as demais cidades metropolitanas. Os indicadores referentes à receita vinculam-se a essa estrutura econômica e à existência nos maiores municípios (Natal e Parnamirim) de uma administração tributária capaz de arrecadar. Sabe-se, que no geral, os pequenos municípios não arrecadam. Mesmo em Natal e Parnamirim, somente 24,3% e 17,8%, respectivamente, da receita provém de fontes tributárias diretamente administradas pelo município (autonomia de base tributária). Mesmo em se tratando de municípios metropolitanos, há situações onde essa autonomia praticamente não existe, a exemplo de São Jose de Mipibu (1,2%), São Gonçalo do Amarante (3,0%) e Macaíba (3,54%); ou pode ser considerada sofrível indicando que de fato há dificuldades que precisam ser investigadas de que esses municípios não vêm cumprindo sua função constitucional de arrecadação e tributos tendo sua receita estrutura pelos repasses constitucionais: ICMS e FPM.

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA.

**Tabela V.2.1 - Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 (em %)**

Cidades	RECEITA							
	ESTRUTURA DA RECEITA				Vinculação receita			
	Autonomia base tributária	Autonomia base territorial	Segurança legal de receitas	Dependência de fontes financeiras	Vinculação legal com saúde 12%	Vinculação legal com saúde 15%	Sobre rec total	Sobre rec fiscal
Natal	24,33	40,6	88,48	0,85	40,92	41,27	42,99	43,36
Ceará-Mirim	4,62	8,09	79,35	0	53,35	53,35	54,57	54,57
Extremoz	6,83	11,62	92,35	0	44,16	44,16	46,38	46,38
Macaíba	3,54	10,99	91	0,19	51,14	51,24	53,03	53,13
Parnamirim	17,68	33,67	84,13	3,26	37,92	39,19	39,93	41,27
São G. do Amarante	3,04	13,65	86,48	0,4	45,89	46,07	47,82	48,01
São José de Mipibu	1,2	4,85	92,07	0,08	63,15	63,2	64,53	64,58

As transferências, resultado de impostos estaduais e federais arrecadados no território municipal (IPA, IRRF, IOF, ITR) são evidentemente mais vinculadas à existência de atividades econômicas (autonomia por base territorial, cumulativo com o percentual anterior). Na RMNatal praticamente todos os municípios duplicam sua receita mesmo naqueles que arrecadam poucos tributos municipais como São José de Mipibu, São

Gonçalo e Macaíba. O indicador de segurança legal corresponde a transferências obrigatórias sob a forma de fundos (FPM, Saúde, Educação, Assistência Social, sendo em todos os casos, bastante elevadas). Quanto às vinculações legais da receita, correspondem à cerca de 40% da receita (GARSON e RIBEIRO, 2004), direcionando cerca da metade da receita para políticas sociais (tabela V.2.2).

**Tabela V.2.2: Região Metropolitana de Natal Indicadores de Despesas em 2003 (em %)**

Cidades	Despesa total líquida	Pessoal	Outras despesas correntes	Serviço da dívida	Investimentos e outras despesas de capital
Natal	100	49,17	44,3	1,83	4,7
Ceará-Mirim	100	47,88	32,99	3,4	15,72
Extremoz	100	39,63	56,47	--	3,9
Macaíba	100	55,19	37,56	4,35	1,9
Parnamirim	100	45,26	37,76	1,37	15,61
São G. do Amarante	100	56,27	37,26	1,9	4,58
São José de Mipibu	100	52,08	39,98	1,02	6,93

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA.

Do ponto de vista da despesa, chama a atenção o elevado comprometimento dos recursos com pagamento de pessoal na maioria dos municípios metropolitanos. Somente Extremoz tem comprometimento mediano com o pagamento de pessoal. Natal tem percentual de 49,2%, Ceará Mirim 48% e Parnamirim, 45%. Nas demais, esse comprometimento é extremamente alto, ultrapassando os 50%.

Por outro lado, considera-se relativamente elevado o índice de comportamento da despesa com a rubrica outras despesas correntes, principalmente nos casos relativos a Natal e Extremoz. Em se tratando de Natal, isso parece verossímil, visto que na capital está concentrada a renda regional e estadual, boa parte dos serviços fundamentais já estão municipalizados (à exemplo do SUS, da educação fundamental, da merenda escolar) o que fazem elevar enormemente os gastos em custeio. O mesmo não se pode dizer em relação ao vizinho município de Extremoz, carecendo para sua explicação um aprofundamento qualitativo dos dados.

Os gastos com investimento apresentam um comportamento bastante errático e pouco elucidativo: Macaíba apresenta 1,9%, Ceará Mirim e Parnamirim 15% cada um e Natal 4,3%. Se considera que a índice de Macaíba está aquém de seu potencial – sedia o mais novo distrito industrial – por outro lado o de Natal deixa bastante a desejar tendo em vista a concentração de população e de atividades econômicas na capital cuja infra-

estrutura sempre se constitui um problema grave. Depreende-se, por suposição, a prática de “*contrapartida de recursos*” venham eles de qualquer outra esfera de governo ou de convênios internacionais (BID, BIRD, etc.)

No serviço da dívida, veja-se que essa despesa é quase inexistente nos municípios metropolitanos. O único município com algum grau de endividamento é Macaíba. Veja-se que tem também a maior despesa de pessoal sugerindo a condição mais atípica, comparando os demais municípios metropolitanos (tabela V.2.3).

**Tabela V.2.3:** Região Metropolitana de Natal Estrutura das Despesas em 2003 (%)

Cidades	Rigidez do orçamento total	Rigidez do orçamento Fiscal	PRIORIDADES DE GASTO						
			Gastos Urbanos						
			Gasto social	Total	Urbanismo	Habitação	Transporte	Saneamento	Gestão ambiental
Natal	67,74	68,32	81,74	21,5	21,5	--	--	--	--
Ceará-Mirim	71,45	71,45	72,44	15	14,4	--	--	0,02	--
Extremoz	59,8	59,8	82,81	5,61	2,61	--	0,47	2,53	--
Macaíba	82,04	82,2	73,7	9,73	9,73	--	--	--	--
Parnamirim	63,91	66,06	81,72	23,9	16	0,35	0,01	--	8,54
São G. do Amarante	78,01	76,31	71,85	11,5	7,78	0	0,83	3,12	--
São José de Mipibu	76,96	77,02	82,45	13,1	12,6	--	--	0,82	--

Fontes: Censo IBGE, 2000, METRODATA.

No plano dos gastos por função, particularmente naquilo que se considera como gasto social urbano, os municípios da RMN apresentam situações bem díspares. Primeiro, há uma certa homogeneidade quanto ao gasto social. Quando tratamos do gasto urbano as situações apresentam-se bem díspares. O município de Macaíba apresenta o menor percentual, 5,6%, focalizados em urbanismo e saneamento. Os maiores percentuais são os de Natal (21,5%) e Parnamirim (23%), em ambos, focalizados em urbanismo. Destaca-se o município de Parnamirim com boa performance na distribuição dos gastos sociais urbanos sendo o único dos municípios metropolitanos a comprometer recursos com gestão ambiental.

Esta análise da despesa, por fim, se completa com a interpretação dos indicadores de rigidez orçamentária. Se depreende que a rigidez orçamentária é medida pelo quanto do orçamento está comprometida por determinação legal – saúde e educação – ou àqueles gastos ditos incomprimíveis-a exemplo do serviço da dívida, pessoal, câmara municipal etc.- então pode-se considerar que os municípios da RMN estão, desse ponto de vista,

numa situação bastante comprimida, pois em todos os municípios esse percentual está acima de 60%, com agravante para o município de Macaíba cuja rigidez do orçamento total é de 82%.

Sabe-se que as possibilidades de investimento num orçamento público não são mensuradas pelos índices de “recursos livres” de vinculação orçamentária. Sabe-se que existem gastos, como o de coleta de lixo, que embora não se configure entre os gastos “incomprimíveis” são imperiosos no desempenho da gestão municipal. A rigor, com exceção das vinculações constitucionais, tudo o mais é variável no orçamento. Até mesmo as despesas com terceirização com pessoal.

Nesse sentido, o próximo passo é analisar os indicadores de endividamento tabela V.2.4 e capacidade de investimento, para avaliar a real capacidade de investimento do município é preciso verificar não somente a parcela da receita destinada a estes gastos, como também a estrutura de seu financiamento. Veja-se, por exemplo, o caso do município de Parnamirim. Em 2003, o indicador de investimento efetivo – montante líquido de investimentos e inversões financeiras sobre a receita líquida total – alcançou 17,04%. No entanto, apenas 46,39% tinham cobertura orçamentária no exercício fiscal, ou seja, 57,61% foram financiados com déficit. Para manter o equilíbrio do orçamento no exercício, este gasto deveria ter se restringido a 7,9% da Receita líquida ( $17,04 \times 46,39$ ). Em Ceará Mirim a situação fica mais favorável para o mesmo procedimento de cálculo: o gasto deveria ter se restringido a 14%.

Os municípios de Extremoz e Macaíba, cujos investimentos/inversões foram integralmente financiados por déficit (zero sobre o total investido e zero sobre o total da receita) teriam investimento nulo no exercício. Nos casos em que houve superávit do orçamento, o indicador sobre o total investido é naturalmente superior a um. Ou seja, o investimento efetivo poderia ter sido maior.

O indicador de sustentabilidade do investimento busca avaliar a qualidade das fontes que financiaram o investimento. Mesmo para aqueles que não financiaram seu investimento por déficit não apresentam boa performance. Em relação ao endividamento e comprometimento da receita, merece atenção especial para o município de Parnamirim.

**Tabela V.2.4 - Região Metropolitana Natal - Indicadores 2003 em %**

Cidades	Endividamento e capacidade de investimento							
	Investimento efetivo	Equilíbrio de curto prazo		Sustentabilidade investimento de equilíbrio		Endividamento e comprometimento de receita		
		sobre o total investido	sobre total da receita	curto prazo	longo prazo	Dívida bruta/recorr líquida	Dívida líquida/reccorr líquida	Serviço da dívida/reccorr líquida
Natal	4,85	35,7	1,73	36,7	29,95	26,78	23,18	1,88
Ceará-Mirim	16,04	87,51	14,04	34,71	34,71	0,33	6,61	3,79
Extremoz	4,33	--	--	--	--	--	7,66	--
Macaíba	2,03	--	--	--	--	12,46	10,42	4,68
Parnamirim	17,04	46,39	7,9	42,27	35,96	42,9	23,52	1,51
São G. do Amarante	4,77	14,17	0,68	6,42	3,67	6,64	4,16	1,98
São José de Mipibu	6,98	90,1	8,29	33,53	33,16	2,55	1,48	1,07

Fonte: Autores a partir dos dados SIMBRASIL, 2004.

Notas: Investimento efetivo e de equilíbrio de curto prazo – relação entre o montante de investimento e inversões líquidas e a receita total. Sustentabilidade do investimento a parcela dos investimentos e inversões líquidas financiados por geração interna (conforme Garson e Ribeiro, 2004).

Para concluir, embora essa análise esteja pontuada em um único exercício financeiro, os dados evidenciaram a realidade da situação fiscal dos municípios que compõem hoje a Região metropolitana de Natal.

## **VI. TENDÊNCIAS RECENTES DA RMNatal**

O processo de crescimento populacional da RMN e a expansão da sua estrutura física têm sido condicionados por estruturas econômicas localizadas fora da Região, particularmente, da economia do RN<sup>16</sup>. Em que pese à existência de um pólo industrial na RMN<sup>17</sup>, constata-se a presença significativa do setor de serviços<sup>18</sup> e do setor agrícola.<sup>19</sup> A cultura canvieira no vale do Ceará-Mirim, por exemplo, confere especificidades ao crescimento regional, quer seja, pela atração expressiva do contingente populacional para o campo, quer seja pela definição de eixos viários necessários ao escoamento dessa produção<sup>20</sup>. Vale mencionar, ainda, que grande parte do segmento carcinicultor do Rio Grande do Norte, está localizado na RMN. Considerado o maior produtor e exportador brasileiro de camarão, essa nova atividade é responsável em 2006 por aproximadamente 12,4% do volume de recursos da pauta de exportações do Estado, embora tenha reduzido sua participação em relação a 2005 (que era de 18,4%).

A partir da década de 1980, a atividade turística conferiu uma dinâmica diferenciada ao crescimento da RMN<sup>21</sup>. Na primeira metade da década de 1970, o Rio Grande do Norte passou a integrar a agenda dos Planos Nacionais de Desenvolvimento,

---

<sup>16</sup>. As principais fontes produtivas do Estado residem nas atividades extrativa mineral – petróleo-gás, sal e minérios como ferro e recentemente a retomada da exploração da scheelita -, e fundamentalmente com a atividade turística que vem se tornando na principal fonte de dinamismo da economia norte-riograndense. Destacam-se ainda o setor de serviços, impulsionado pelos negócios do petróleo-gás e do turismo, além das atividades com base nos recursos naturais, a exemplo da aquicultura, fruticultura e pesca.

<sup>17</sup> Destaque deve ser dado à indústria têxtil, segundo ramo em importância da indústria de transformação potiguar e o segundo segmento produtivo em termos de consumo de energia elétrica. Após um extenso período de retração registra-se novos investimentos nas unidades produtivas de maior porte, como o grupo Coteminas, que se aliou a uma grande empresa americana, ampliando as três unidades existentes na RMN (duas no município de São Gonçalo do Amarante e uma em Macaíba), a empresa Hering e fábrica da Coats/Corrente, ( no DI de Extremoz) verificando-se ainda a instalação e ampliação em unidades de pequeno e médio portes.

<sup>18</sup> O turismo deve ter um impacto irradiador mais significativo na economia da RMN, com dinamização do setor imobiliário e do varejo moderno, em especial do ramo de Shopping Centers, favorecidos também pelo efeito renda do setor petróleo e gás;

<sup>19</sup> Notam-se ainda sinais de retomada de investimentos na indústria alimentícia, de expansão no setor calçadista além de uma crescente produção do segmento de açúcar e álcool.

<sup>20</sup> Os investimentos na infra-estrutura rodoviária, no sistema portuário e aeroportuário, no segmento de logística e na geração de energia alternativa vêm reforçando o papel exportador do Rio Grande do Norte.

<sup>21</sup> O crescimento da economia do Rio Grande do Norte vem sendo sustentado sobretudo pela expansão do turismo, impulsionado pelos grandes blocos de investimentos hoteleiros. Merece ser destacada a tendência do turismo do Estado se consolidar como um importante destino turístico internacional, o que pode ser comprovado pelo aumento dos vôos e elevação do fluxo de passageiros oriundos do exterior.

com ênfase nas oportunidades turísticas. A implantação do projeto Parque das Dunas Via Costeira é exemplar dessas ações. Na Década de 1990, através do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - PRODETUR I houve investimentos na modernização do Aeroporto Augusto Severo, no Município de Parnamirim, além de melhorias nas estradas e rodovias intermunicipais e alocação de subsídios para o setor hoteleiro, com concentração dos investimentos em Natal e municípios entorno. A partir dos anos de 1990 intensificou-se a integração metropolitana através da infra-estrutura turística, verificando-se: a) A integração metropolitana via orla marítima, com o crescimento de distritos e localidades periféricas à sede municipal; b) A transformação de terra rural em urbanizada (parcelamento privado do solo) e integração via empreendimentos imobiliários; c) Uma nova dinâmica de trabalho e renda nestas localidades (mão de obra não qualificada, concentração de emprego em alguns municípios e setores e baixos salários); d) A emergência de novas tipologias de turismo e lazer: pousadas, hotéis, resorts, condomínios fechados, flats, casas de veraneio, entre outros.

Estão para acontecer importantes investimentos de expansão e reestruturação na RM, salientando-se entre eles: os investimentos considerados estruturadores, como o aeroporto de São Gonçalo, acoplado ao projeto de criação de uma área de livre comércio, o gasoduto Açú/Seridó, a ferrovia Natal-Mossoró vinculada à recuperação do terminal pesqueiro de Natal; as iniciativas de implantação de dois parques de energia eólica, o do Litoral Norte e o de Rio do Fogo; os investimentos em infra-estrutura, capitaneados pela duplicação da BR-101 e pela Ponte de Todos Newton Navarro, além da construção e melhoramento da malha rodoviária, do abastecimento d'água e do esgotamento sanitário nas principais cidades metropolitanas e os investimentos industriais apoiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI); e os investimentos em turismo.

Vale mencionar que grande parte do segmento carcinicultor do Rio Grande do Norte, está localizado na RMN. Considerado o maior produtor e exportador brasileiro de camarão, essa nova atividade é responsável em 2006 por aproximadamente 12,4% do volume de recursos da pauta de exportações do Estado, embora tenha reduzido sua participação em relação a 2005 (que era de 18,4%).

Do ponto de vista espacial, há clara identificação de constituição de três eixos: a) **o dos serviços**, mais antigo, modernizado nos anos 70 pelos segmentos industriais desconcentrados do sudeste e, nos anos 80 e 90, reestruturado pelo turismo. É originário da

histórica concentração de serviços públicos na capital potiguar, partindo das áreas centrais mais urbanizadas e em direção ao sul de Natal para os bairros de melhor renda. E, ao norte e oeste, para a constituição de enorme periferia urbana. b) **o do turismo**, mais recente, dos anos 90. A área turistificada extrapola Natal e os 5 municípios metropolitanos costeiros. Configura uma espécie de “filamento do oceano” no sentido norte e sul a partir de Natal urbanizando e modificando a feição da costa litorânea. São cerca de 100 km ao norte e 100 Km ao sul de Natal, com forte concentração em Natal e praias e pequenos núcleos urbanizados, descontínuos, longe das sedes municipais. Observa-se a formação de dois núcleos nas extremidades: Pipa ao sul e São Miguel do Gostoso, ao norte. c) **o das atividades rurais e interiorizadas**, constitutivas de vazios e terras para especulação imobiliária.

É visível a configuração de novas territorialidades metropolitanas, emergentes do crescimento populacional, incremento do setor de serviços e, principalmente, o turismo como alavancador de novos processos e espaços econômicos. Afirma-se que o turismo é um dos vetores que vem determinando a expansão metropolitana, vem criando novas espacialidades, novos processos, também responsáveis pelas atuais (e recentes) formas espaciais na RM.

A partir de análises preliminares, no âmbito do projeto “O Mapa Social da Região Metropolitana de Natal”<sup>22</sup> permite-se apontar algumas questões/reflexões sobre o desenho urbano e metropolitano de Natal:

1) Natal, pólo da aglomeração urbana, município com centralidade extrema, é concentrador de atividades econômicas e populacionais e definidor dos processos de metropolização, seja por transbordamento ou por conturbação nos anos mais recentes. Supõe-se a existência de núcleo metropolitano expandido: Natal - Parnamirim.

2) O turismo, cujo crescimento pelo litoral, via binômio sol e mar, evidencia e amplia a tendência do processo de conurbação entre o pólo e as localidades costeiras urbanizadas, propicia o distanciamento das relações existentes entre tais localidades e a sede do seu próprio município. Um diferencial pode ser visto no município de Nísia Floresta, a única sede municipal que se integra à atividade turística.

Ocorre um transbordamento (periferização de um centro principal por sobre municípios vizinhos) de Natal para municípios vizinhos em parte pelo exíguo tamanho (169,9 Km<sup>2</sup>) do município e através de atividades historicamente concentradas no polo.

Esse transbordamento se dá em áreas contíguas no sentido Natal - Macaíba, Natal - São Gonçalo e Natal - Extremoz (em diferentes intensidades) motivado, primordialmente, por novas relações do mercado imobiliário, especificidades da legislação, menor crescimento populacional do pólo - Natal - e crescimento das atividades econômicas em áreas periféricas, notadamente em Parnamirim e na zona norte de Natal. Neste caso, o turismo é uma variável a ser considerada, mas não é a mais preponderante;

Um transbordamento já visível se dá na direção Parnamirim – Macaíba, e, ao mesmo tempo em que amplia a periferia, ratifica a situação de conurbação Natal - Parnamirim e de transbordamento Natal - Macaíba constituindo e fechando um primeiro arco justificado em parte pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 90 e aí fortemente localizada pela indução governamental de um novo distrito industrial: o Cia - Centro Industrial Avançado.

Do mesmo modo, e de forma menos visível, é possível vislumbrar a configuração desse arco englobando São Gonçalo - Macaíba (Região Oeste de Natal). Essa periferia é justificada também pelo crescimento da indústria tradicional reestruturada nos anos 90 e localizada na área industrial de São Gonçalo e Distrito Industrial de Natal. De certo modo vinha sendo abortado pela barreira física imposta pelo Rio Potengi e pela ocupação desordenada de suas margens.

Os municípios de São José do Mipibu e Ceará-Mirim formalmente incluídos na região metropolitana apresentam vinculação funcional urbana em relação ao pólo no que diz respeito, principalmente, aos serviços públicos - aterro sanitário, por exemplo. Sua vinculação mais que físico territorial com Natal é ainda incipiente funcionando em parte como cidades dormitórias apesar de manterem suas sedes municipais com certa independência econômica em relação a Natal. Ambos são historicamente municípios açucareiros

As localidades costeiras, dos quatro municípios litorâneos (exclusive Natal) apresentam uma tendência de diferenciação das sedes municipais, acirrando, ainda mais, a desigualdade intra-metropolitana e a complementaridade das atividades de Natal a partir dos seguintes processos:

- 1) Natal exercendo forte centralidade (como espaço produtivo) em relação aos municípios vizinhos, acirra a desigualdade sócio-espacial;

---

<sup>22</sup> Projeto em desenvolvimento no âmbito da UFRN pela Equipe RMNatal com financiamento do CNPq-Pronex/UFRN/FAPERN e também vinculado a Rede Observatório das Metrôpoles.

2) As sedes municipais também apresentam uma relação desigual com algumas localidades costeiras, em particular no que diz respeito às dinâmicas imobiliárias, populacionais, econômicas e, sobretudo em relação a alocação de infra-estrutura;

3) Estas localidades, entretanto, não esboçam um papel de sub-centralidade com relação a Natal pelo fato de desempenharem atividades econômicas e complementares, no que tange as atividades turísticas. Nesse sentido, Natal também estabelece uma relação desigual com essas localidades, pois as mesmas não passam a desenvolver um setor terciário (hotelaria, comércio-serviço) de maior porte.

Enquanto tendência, ainda, aponta-se os futuros investimentos em infra-estrutura e equipamentos na área metropolitana como possíveis modificadores ou ratificadores dos processos em curso. São fatos portadores de futuro<sup>23</sup>:

- Aeroporto de São Gonçalo do Amarante: Os investimentos do aeroporto englobam um volume de recursos de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão (US\$ 500 milhões), cuja construção deve influir decisivamente na implantação de uma área de livre comércio no Rio Grande do Norte, já existindo um grupo de estudo para detectar a viabilidade técnico-econômica da instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Estado. Por sua vez, o governo estadual providenciou em 2005 a licitação para elaboração das obras de infra-estrutura rodoviária acesso interligando o aeroporto às rodovias BR-406, BR-304 e BR-226. Os investimentos a serem feitos tanto na elaboração do projeto quanto para a implantação dos acessos totalizam cerca de R\$ 30 milhões correspondendo à contrapartida do Governo do Estado ao empreendimento. O projeto deverá ser executado em Parceria Público - Privada - PPP;
- Ferrovias Natal-Mossoró: Trata-se de um dos projetos de infra-estrutura mais importantes para o desenvolvimento do Estado. Corresponde à construção de um ramal ferroviário que parte do Terminal Salineiro de Areia Branca até a região de Açú, seguindo em direção a Jucurutu onde se localiza a extração de ferro. O projeto contempla ainda a recuperação do Terminal Salineiro, para o qual estão previstos recursos no PPA do Governo Federal de R\$ 58 milhões, com horizonte de conclusão para 2007. Em Açú seria escoada para Natal a

---

<sup>23</sup> Selecionado de Relatório de Consultoria ao Governo do RN elaborado pelo economista Valdeci Monteiro, da CEPLAN, PE, em setembro de 2006.

produção de frutas. No traçado do ramal ferroviário já existe a ferrovia no trecho Macau/Natal, que se encontra desativada e que necessita profundas reformas. Esse projeto mostra-se viável e a perspectiva é a de que até 2012 seja concretizado;

- Terminal Pesqueiro: Apesar do baixo montante de recursos desse projeto (apenas R\$ 34,7 milhões) sua importância reside no fato de ser um empreendimento gerador de emprego e renda para uma quantidade considerável de pessoas (aproximadamente 12 mil beneficiados, correspondente a indivíduos de 84 comunidades pesqueiras de 25 municípios litorâneos do Rio Grande do Norte) além de dinamizar a atividade da pesca. O projeto consta de cais localizado em Natal para embarque e desembarque de produtos frutícolas, trigo, maquinário e derivados de petróleo, três armazéns, um mercado de peixe, uma fábrica de gelo, além da estrutura administrativa e uma escola de formação de pesca, prevendo também a instalação de um estaleiro para fabricação de embarcações de pequeno e médio. A idéia do Terminal é trazer a produção dos 50 barcos pesqueiros locais e de outros 200 barcos estrangeiros que pescam na costa potiguar, uma vez que o tempo gasto por esses barcos para seus portos de origem varia entre 7 e 14 dias, enquanto para Natal esse período corresponde a no máximo três dias, o que traria consideráveis ganhos de escala para a atividade pesqueira
- Marina do Potengi: Este projeto será implantado por um grupo espanhol, que está negociando uma área com a Prefeitura de Natal, possivelmente nas imediações do Terminal Pesqueiro. Trata-se de um investimento de R\$ 50 milhões objetivando reparar barcos de lazer (iates) uma vez que a unidade de reparo mais próxima das embarcações que vêm da Europa localiza-se na Bahia. Além disso, pretende-se com esse empreendimento incrementar o turismo de pesca diferenciada;
- Duplicação da BR 101: Os investimentos previstos para essa obra somam aproximadamente R\$ 528,5 milhões para a duplicação de 138,9 quilômetros, divididos em dois lotes. A primeira fase do projeto de recuperação da estrada se inicia no município de Touros, litoral Norte potiguar, abrangendo o trecho entre o entroncamento da RN-063 até o entroncamento da RN-061, encontrando-se em execução, devendo estar concluído em 2007. A segunda

refere-se ao trecho do entroncamento da RN-061 até a divisa com a Paraíba, a ser contratada, com a expectativa de que as obras fiquem prontas até o início de 2009;

- Ponte sobre o rio Potengi: Orçada em R\$ 175 milhões, construída pelo Governo do Estado devendo estar concluída em 2007. Com 1,78 quilômetros de extensão e 21 metros de largura, sua edificação é do tipo estaiado. Recursos estimados em R\$ 120 milhões serão aplicados na construção da ponte que vai incrementar a mancha sócio-econômica da parte norte de Natal. A importância dessa obra é ressaltada por conta do impacto que irá causar na economia da Zona Norte de Natal e em outros 16 municípios do Litoral Norte que serão beneficiados com novos empreendimentos turísticos da iniciativa privada;
- Melhoria da Infra-estrutura rodoviária: O Plano Plurianual do Estado prevê investimentos na recuperação e construção de rodovias onde se destaca a recuperação e adequação, além da construção de uma terceira pista em pontos críticos de ultrapassagem, ao longo da BR-304, principal rodovia do Estado, que liga Mossoró à Natal, cuja obra deverá custar R\$ 46 milhões.
- Novas Indústrias: O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), cuja finalidade é atrair e fomentar investimentos na atividade industrial do Rio Grande do Norte, mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tem na sua pauta de investimentos a instalação até o horizonte de 2007 de 47 estabelecimentos industriais que totalizam inversões de R\$ 180 milhões. Desses recursos, 40 serão realizados na região Oeste e 60% dividem-se equitativamente na Grande Natal e no resto do Estado.
- Turismo: A atividade turística no Rio Grande do Norte ao longo dos últimos anos apresentou um incremento significativo, superior ao de outros destinos turísticos do país, apontando para mudanças consideráveis no cenário socioeconômico estadual. No segmento empresarial indica a existência de 99 empreendimentos hoteleiros de médio e grande porte, que deverão entrar em funcionamento nos próximos 5 anos, envolvendo um volume de investimento de cerca de um bilhão de Reais, contemplando a construção de um grande número de empreendimentos hoteleiros coligados com condomínios de

segunda residência (19.229 casas, 20 campos de golfe e 99 hotéis) somando 31.820 leitos. O Estado, por seu turno, vem realizando investimentos em infra-estrutura por conta do Prodetur II, principalmente na rede viária, em saneamento básico e no abastecimento d'água, com investimentos no valor de R\$ 55 milhões até 2007.

## **VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA RMNatal**

A RMNatal se constitui numa região em fase de consolidação de sua dinâmica intra-urbana. Em síntese, o conjunto de informações agregadas num diagnóstico sócio-urbano descritivo aponta que a região precisa orientar seu crescimento em todos os aspectos com o fim de promover uma qualidade de vida a sua população.

Notadamente, os dados compilados indicam a necessidade de orientação no âmbito das políticas públicas afim de ordenar a sua estrutura urbana, a demanda e oferta de serviços gerando com isso espaços nulos ou de pouca diferenciação social.

Tal necessidade de orientação é justificada, em virtude da RMNatal ter sido formalmente criada em 1997, mas que até o momento não apresenta um marco legal de atuação e integração político-econômico entre os oito municípios que a compõem. A polarização exercida por Natal e os níveis de integração metropolitano diferenciados revelam também as estruturas de desenvolvimento precárias entre os municípios que a compõem.

Por outro lado, mesmo sendo uma região metropolitana recente e com pouco mais de 1,5 milhão de habitantes, se observa que a região apresenta graus de desigualdade e segregação sócio-territorial com tendência a ampliação nas próximas décadas. Sobretudo, como já ressaltado ao longo do diagnóstico sócio-urbano o fato da RMNatal ser polarizada pela liderança econômica e funcional do município do pólo, concentrando a demanda e a oferta da infra-estrutura de serviços urbanos.

Contudo, é importante a observância de novas configurações territorialidades metropolitanas, verificadas pelo crescimento populacional significativo dos municípios com integração alta e muito alta, produzindo novos espaços de transbordamento territorial.

Esses transbordamentos é fortemente influenciado pelo processo de reestruturação produtiva na região, já que se afirma pela transferência dos distritos de produção industrial do pólo para os municípios de : Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba.

Outro fator de influencia, são decorrentes da promoção econômica do turismo que interliga os municípios de média e baixa integração, como atividade motora das dinâmicas ocupacionais nesses territórios, redefinindo as estruturas sócio-ocupacionais.

Todavia, não se pode deixar de ressaltar que a RMNatal é uma área com desenvolvimento médio, tendo municípios com fortes diferenciações entre si, com

municípios 100% urbanos e outros com população rural predominantes. Sendo, que 18% de sua força efetiva de trabalho está desocupada e 55% do total de seus domicílios apresentam renda per capita média igual  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo.

Tal situação ocupacional e de renda per capita é preocupante porque do ponto de vista demográfico é uma região com dinâmicas populacionais distintas, em que alguns municípios crescem na ordem de 7,9% com uma expectativa de vida média de 68 anos.

Fator de preocupação que é agravado pelas precárias condições de educação e moradia. Em que 14% da população é analfabeta funcional e apresenta um déficit habitacional de 15%, revelando a necessidade de investimento públicos nessas duas áreas de prioridade social.

Esses desníveis sócio-urbanos se aprofundam devido a pouca cooperação metropolitana que são incipientes do ponto de vista institucional, carecendo de plano de desenvolvimento metropolitano para a região e assim atuar sobre a realidade que se apresenta com fortes níveis de vulnerabilidade e com tendência ao aprofundamento das desigualdades no futuro se não for tratada politicamente como de interesses metropolitano.

Sem sombra de dúvida, os problemas que afetam a RMNatal e os municípios que a integram ultrapassam as capacidades econômicas, políticas, sociais etc. - específicas de cada membro de resolvê-las. Não se discute que esses problemas têm dimensões macro e micro- econômico, cujas primeiras independem do esforço local, enquanto as segundas dependem do esforço conjunto do municípios. No entanto a consolidação da RMNatal com a criação de um plano integrado de desenvolvimento metropolitano que contemple as especificidades de cada município e que engaje os esforços de todos os atores políticos, econômicos e sociais, pode a médio e longo prazo atenuar sensivelmente os problemas que afetam a metrópole, principalmente nas questões que surgem do conflito de proximidade territorial e conurbação.

Superar a visão tradicionalista dos prefeitos e edis, como também a visão localista desses representantes do povo tem sido a principal dificuldade para se consolidar a RMNatal e conseqüentemente a inovações que o Parlamento Comum da Região em consonância com o Conselho de Desenvolvimento metropolitano de Natal poderão criar, se for solapado os obstáculos políticos a efetivação da RMNatal

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P. *Patrimônio Público, Gestão do Território. Direito ao Meio Ambiente*. Os bens da União e dos Estados na implantação hoteleira e turística no litoral do Rio Grande do Norte (1930-1990). *Tese Doutorado*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. *Economia e Urbanização: o Rio Grande do norte nos anos 70*. Natal, UFRN, 1995. Coleção Humanas Letras.

\_\_\_\_\_. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, Flora, BRANDÃO, Carlos e GALVÃO, Antônio Carlos. *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo, Unesp, 2003.

CONSÓRCIO NATAL 2015. *Plano Estratégico de Ações de Proteção Ambiental para Natal/RN - 1999/2015*. Natal. Comitê de Saneamento, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DE GOVERNO E PROJETOS ESPECIAIS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. Plano Diretor de Limpeza Urbana - PDLU. Diagnóstico dos Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Natal, Natal. 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Aglomerado Urbano de Natal, Natal, Fundação Instituto de Desenvolvimento do Estado - IDEC e Luiz Forte Neto, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). Diagnóstico Ambiental e Sócio - Econômico do Litoral Oriental do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 1994, 284 p.

HOGAN, Daniel J. *Mobilidade Populacional e Meio Ambiente*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Brasília, 1996.

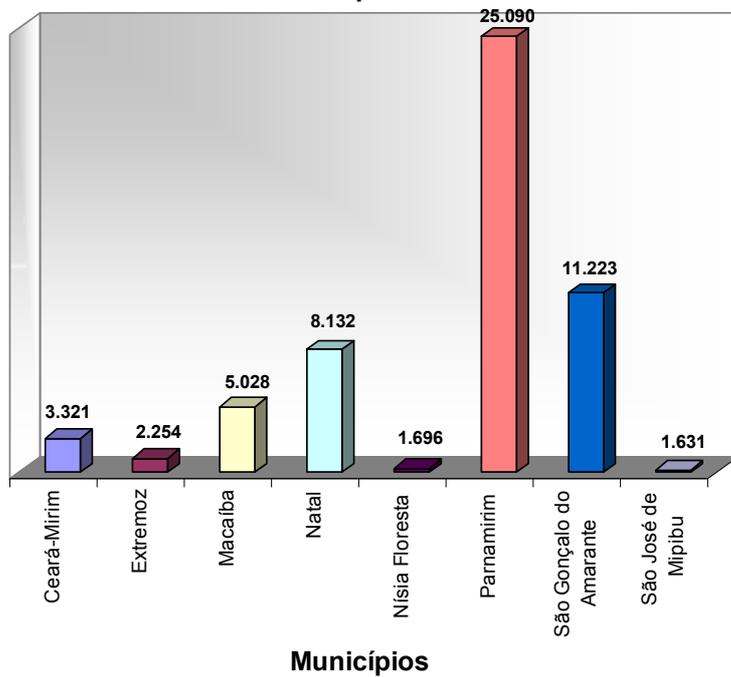
IPEA. *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro Oeste*. Brasília, IPEA/UNICAMP, 1999.

PESSOA, Zoraide Souza. *Desenvolvimento local: Promoção econômica, formação e renda*. Natal/RN, 2000. Monografia

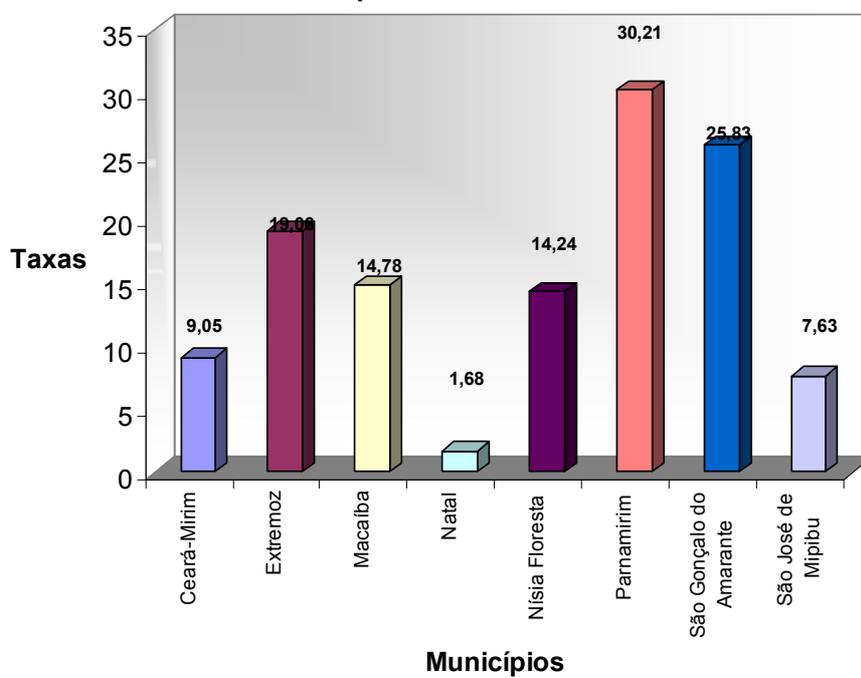
SAWOOD, C.H; CARVALHO, J.A.M. de. *A demografia da desigualdade no Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330 p NTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

# ANEXOS

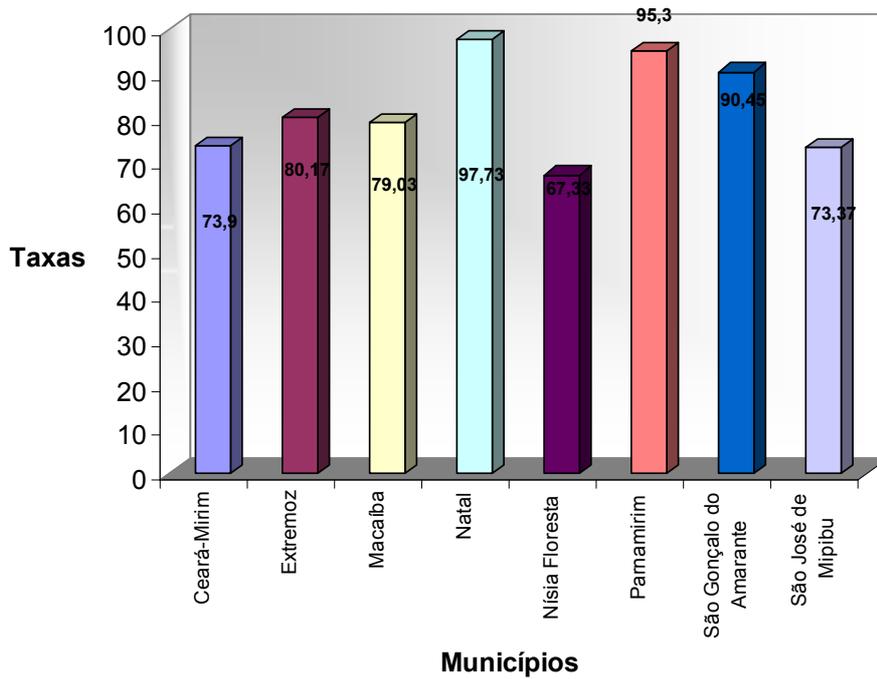
**Número de Pessoas que Trabalham ou Estudam em Outros Municípios - 2000**



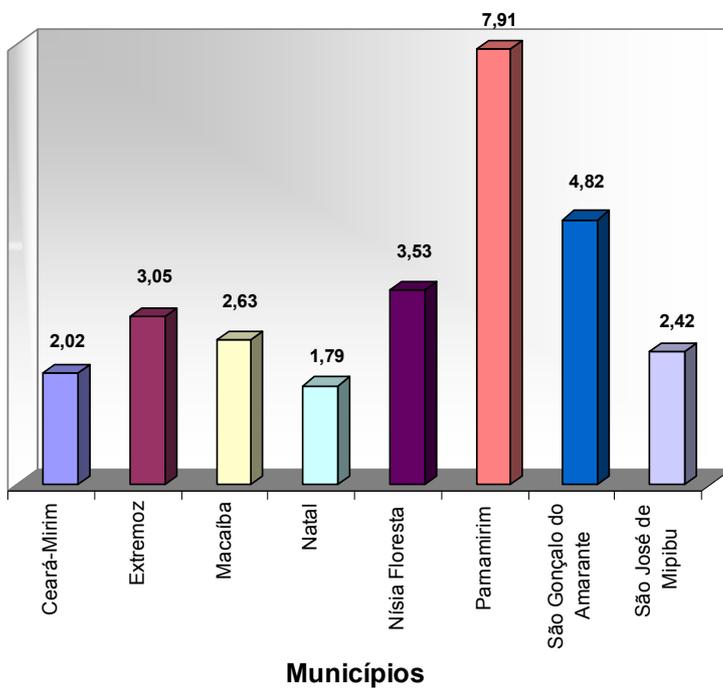
**Percentual de Pessoas que trabalham e estudam em outros municípios - RMNatal - 2000**



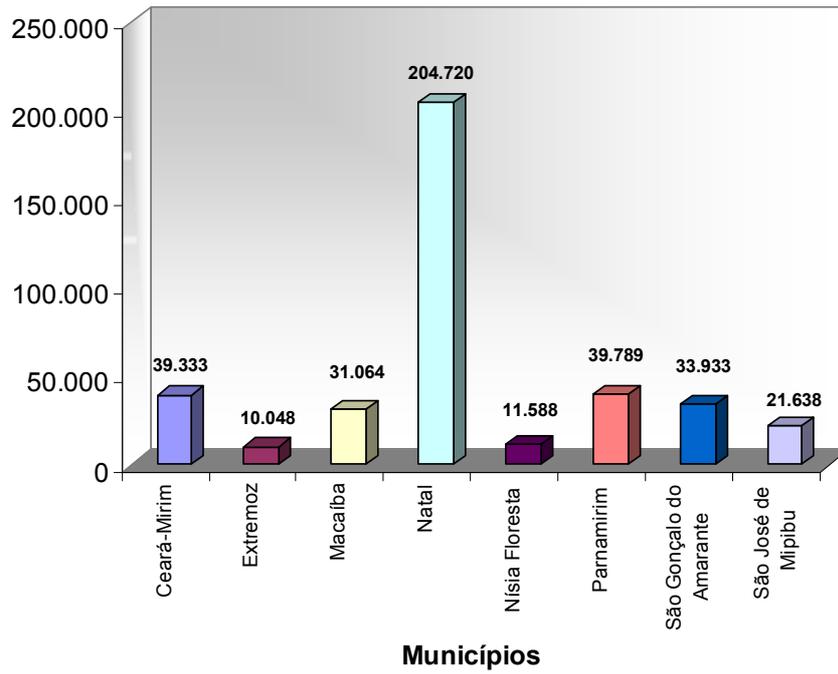
**Percentual de Ocupados Não-Agrícolas - RMNatal - 2000**



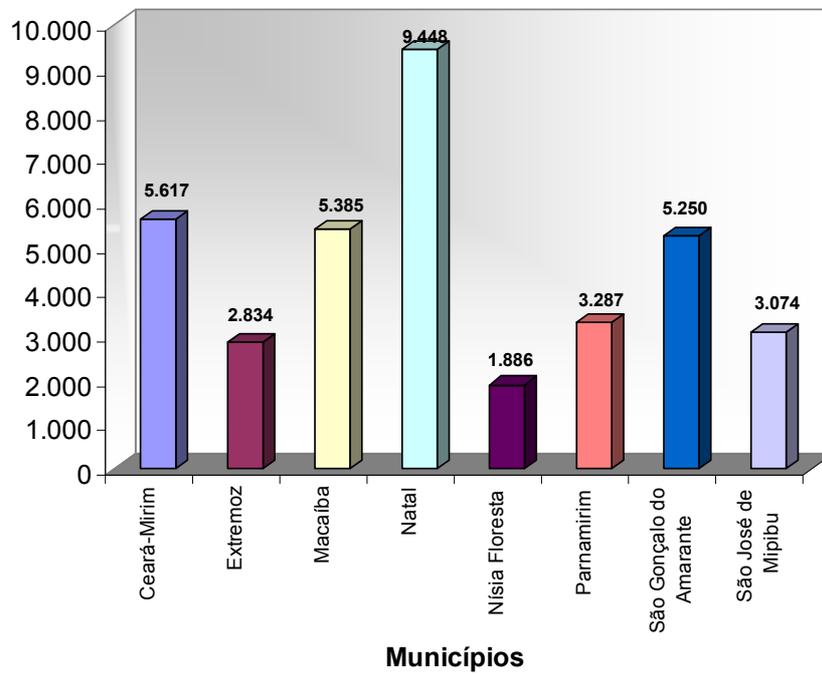
**Taxa de Crescimento Populacional Total da RMNatal - 2000**



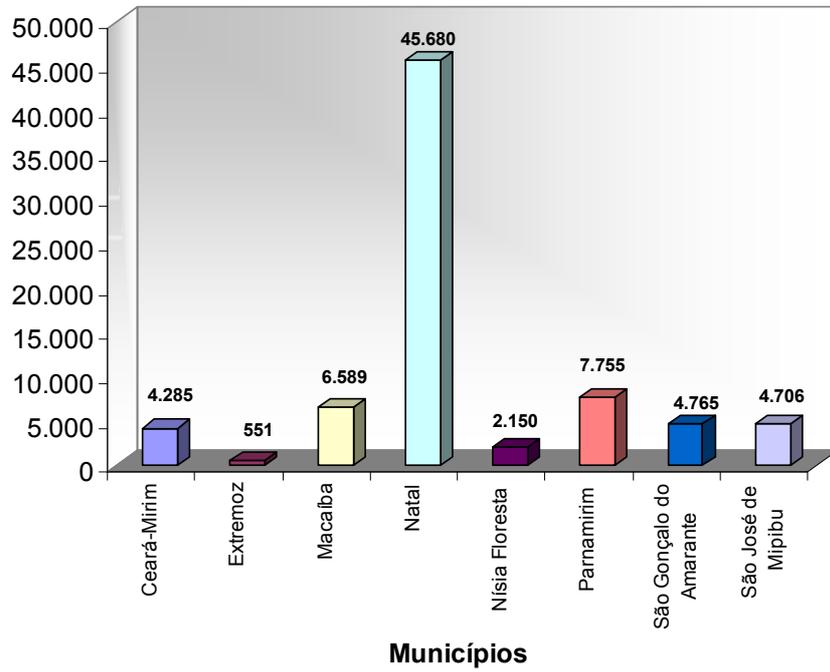
**Número de Pessoas Pobres - RMNatal - 2000**



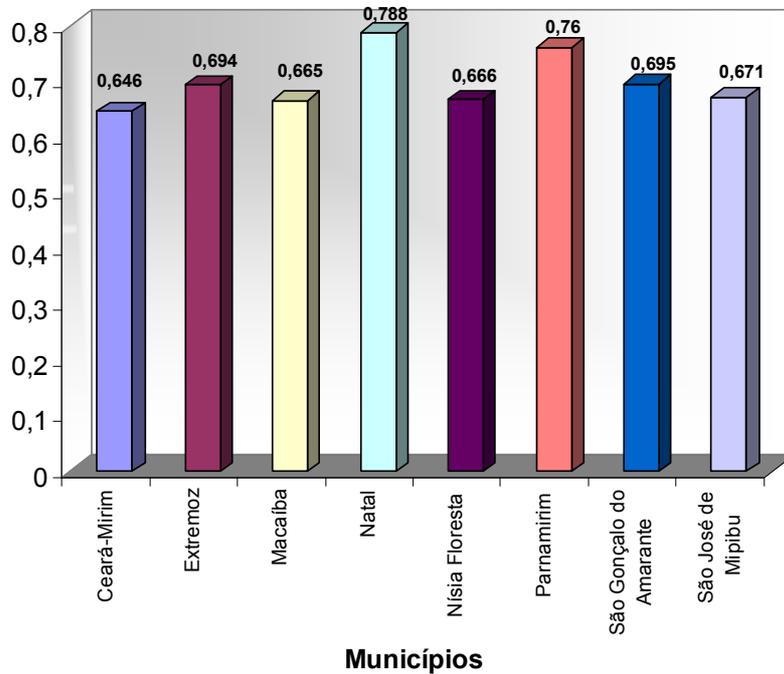
**Número de Domicílios Carentes - RMNatal - 2000**



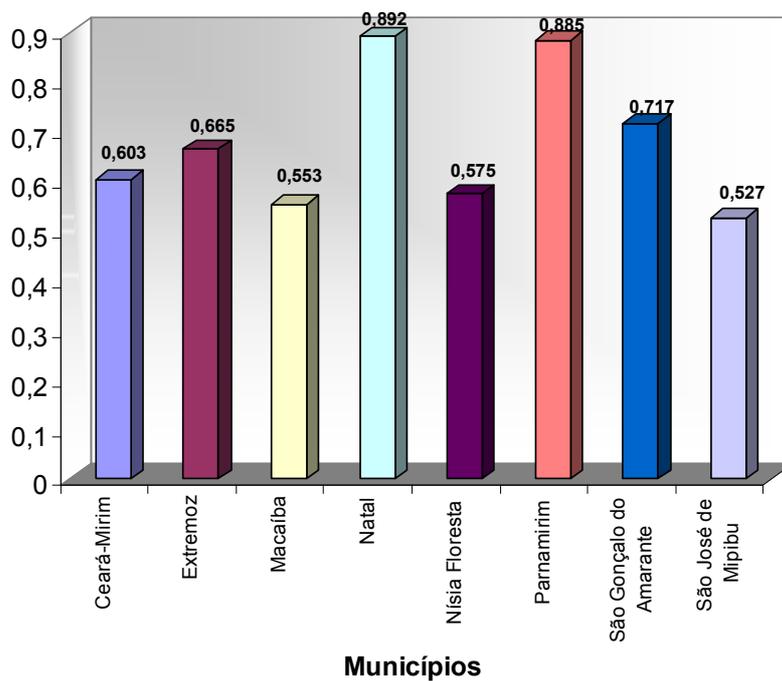
**Número de Domicílios Deficientes - RMNatal - 2000**



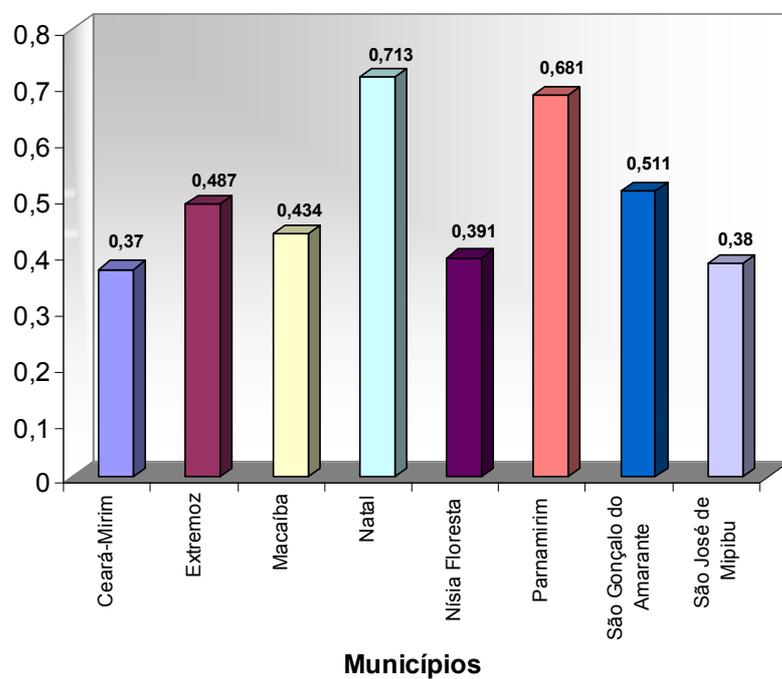
**Índice de Desenvolvimento Humanano - Municipal - RMNatal - 2000**



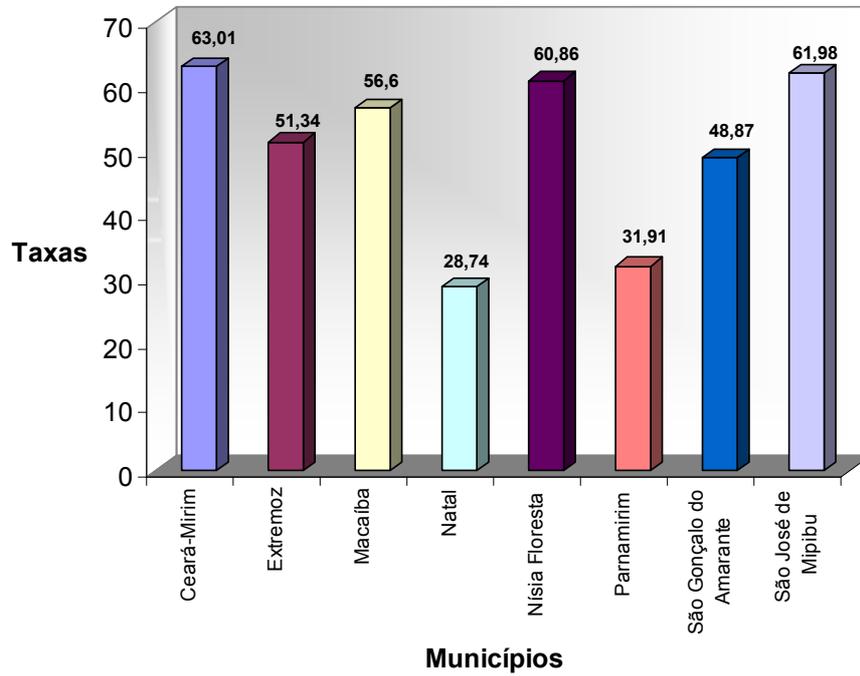
### Índice de Carência Habitacional - RMNatal - 2000



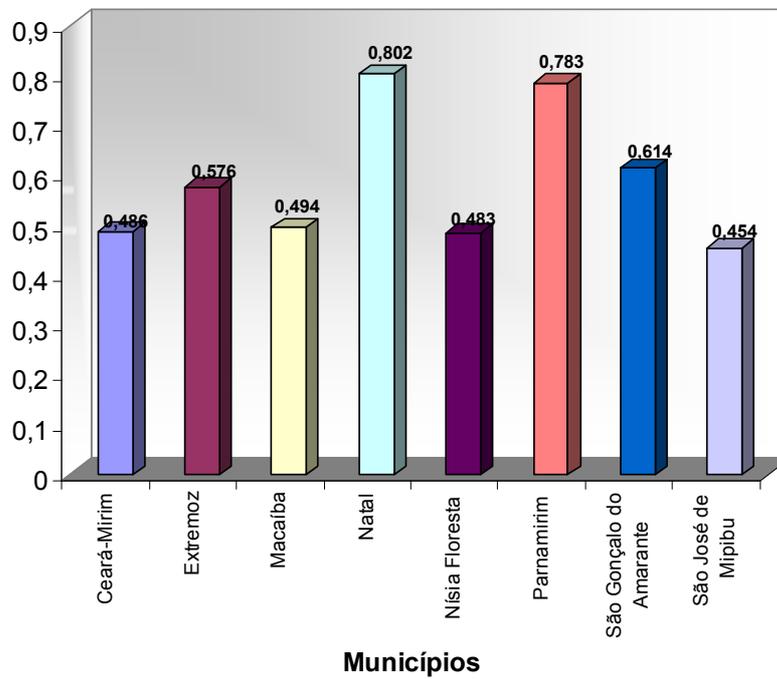
### Índice de Pobreza - RMNatal - 2000



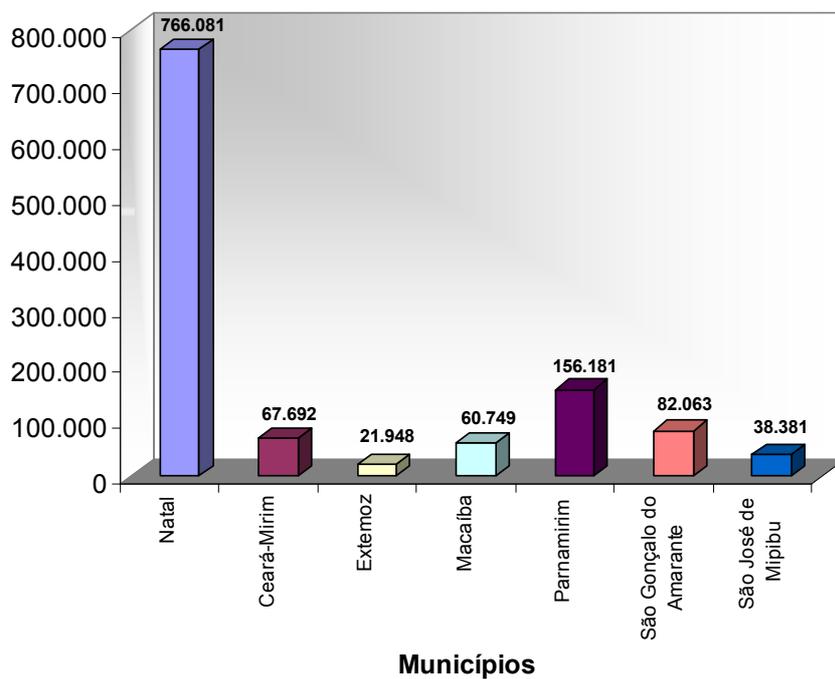
**Taxa de Pobreza - RMNatal - 2000**



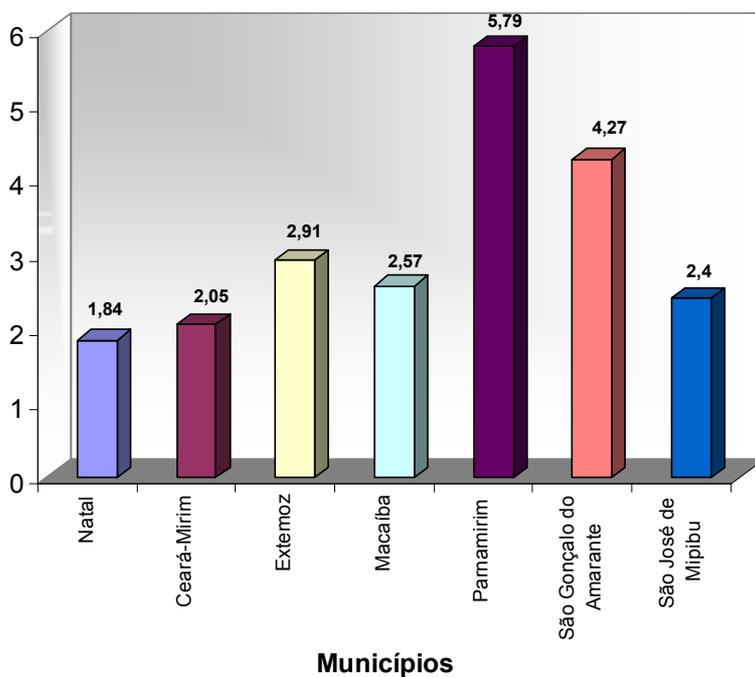
**Índice da Condição Social - RMNatal - 2000**



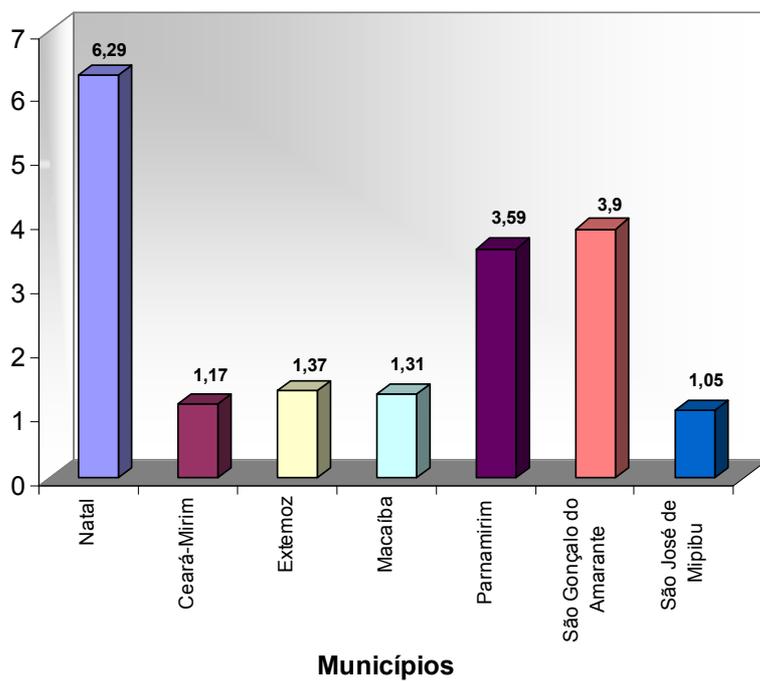
### População Total - RMNatal - 2004



### Taxa de Crescimento 2000/2004 - RMNatal



### PIB PER CAPITA (R\$ Mil) - RMNatal - 2000



### Densidade Demográfica da RMNatal (Hab. / Km<sup>2</sup>) - 2000

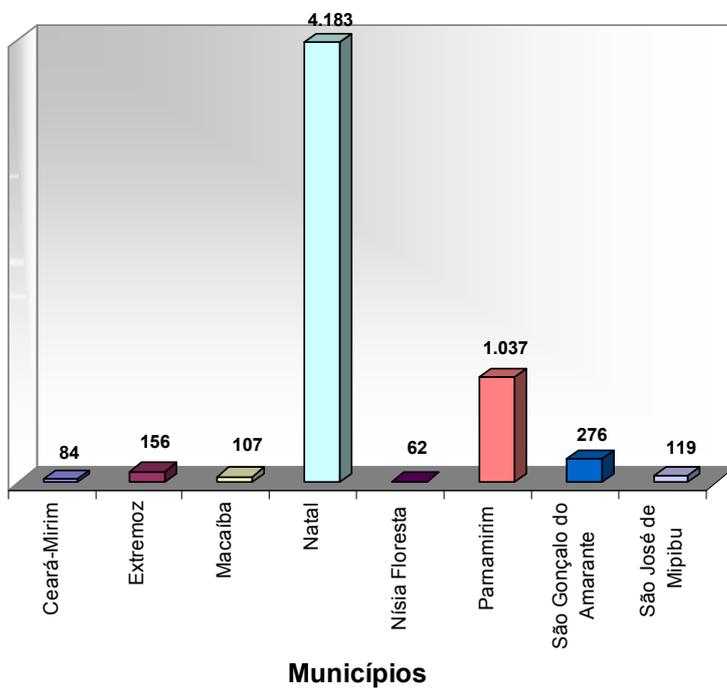


Foto 01: BR-101



Foto 02: Parnamirim



Foto 03: Avenida Principal de Parnamirim



Foto 04: Rio Potengi – Litoral Norte



Foto 05: Ponte sobre o Rio Potengi- Natal



Foto 06: Mercado Publico de Ceará- Mirim



Foto 07: Praça de Macaíba



Foto 08: Rio Potengi - Macaíba



Foto 09: Igreja de Macaíba



Foto 10: Teatro Municipal de São Gonçalo do Amarante



Foto 11: Centro de Parnamirim



Foto 12: Feira Livre de São José de Mipibu



Foto 13: Igreja Matriz de São José do Mipibu



Foto 14: Mercado Público de São José de Mipibú



Foto 15: Antiga Estação de Trem de Nísia Floresta (atualmente um restaurante)



Foto 16: Nísia Floresta



Foto 17: Zona rural em Nísia Floresta

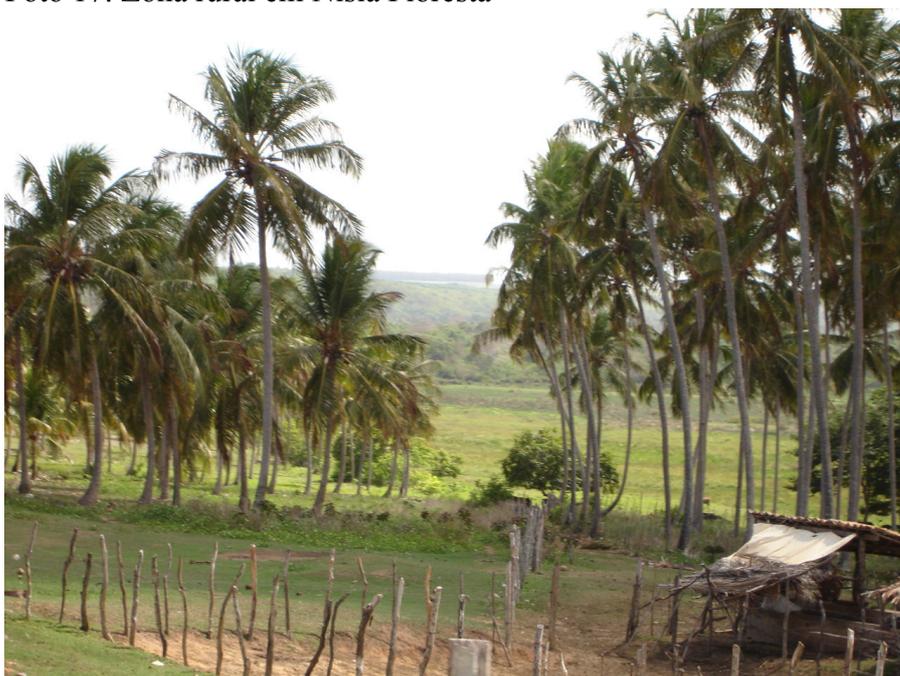


Foto 18: Litoral de Nísia Floresta



Foto 19: Vista Litorânea de Nísia Floresta



Foto 20: Ladeira de Búzios (Nísia Floresta)



Foto 21: Pirambúzios



Foto 22: Verticalização em Pirangí do Norte (Parnamirim)



Foto 23: Verticalização na Praia de Cotovelo (Parnamirim)



Foto 24: Condomínio Fechado em Nova Parnamirim



Foto 25: BR 101 - Natal



Foto 26: Centro da Cidade de Natal



Foto 27: Casa de Câmara Cascudo - Natal



Foto 28: Antiga Catedral de Natal



Foto 29: Ponte Newton Navarro - Natal



Foto 30: Vista Aérea da Praia do Meio - Natal



Foto 31: Praia de Areia Preta - Natal



Foto 32: Via Costeira e Bairro de Ponta Negra - Natal



Foto 33: Vista Panorâmica de Ponta Negra - Natal

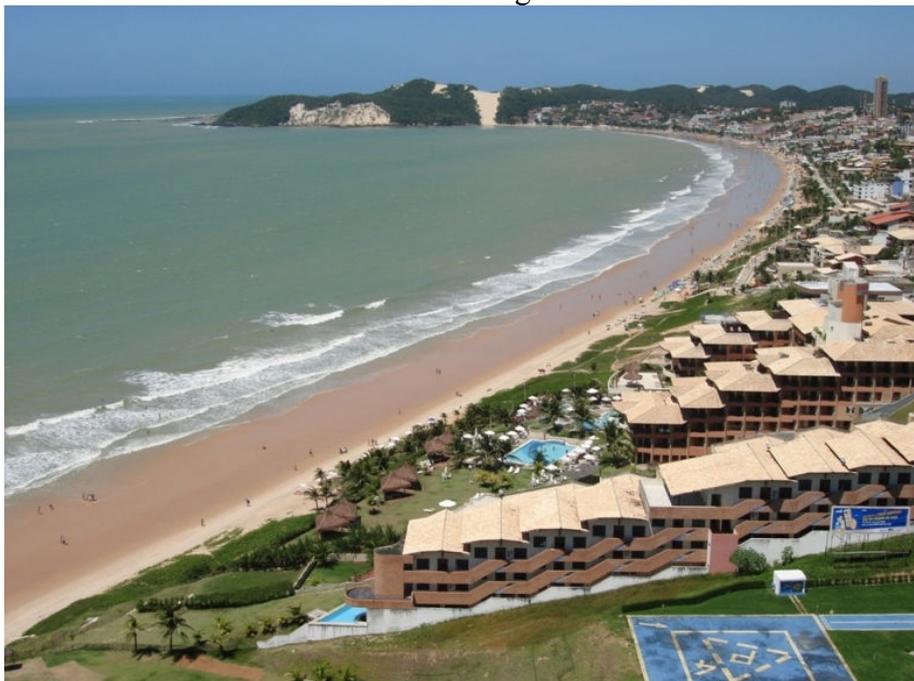


Foto 34: Natal

